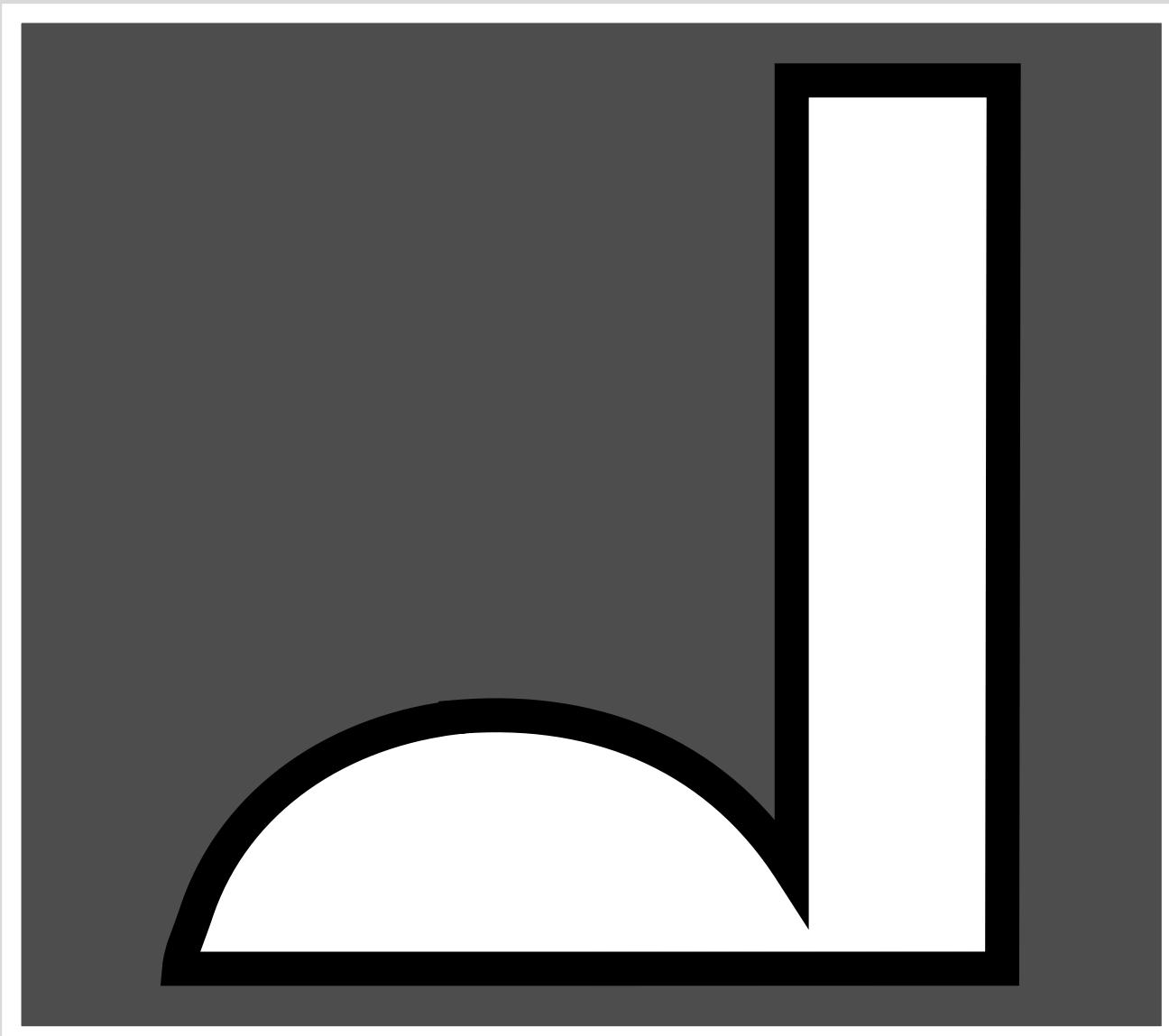




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX - N° 196 - TERÇA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2004 - BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sliessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella - PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT-13, PSB – 3, PTB – 3)		
LÍDER – PT Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa – PTB	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL – 17, PSDB – 12 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 17 José Agripino - PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS
LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes		
 LÍDER - PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	 LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 222, de 4 de outubro de 2004, que *“atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério, e dá outras providências”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 4 de dezembro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 29 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 171ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

- Mensagem do Presidente da República

Nº 189, de 2004 (nº 781/2004, na origem), de 24 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *José Roberto de Almeida Pinto*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras..

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem que tenha sido oferecidas emendas, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1.125, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que susta os efeitos da Portaria nº 160, de 13 de abril de 2004, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.....

Término do prazo, na última sexta-feira, sem que tenha sido oferecidas emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2003 (nº 5.119/2001, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Milton Santos” a BR-242 (Bahia-Brasília), que atravessa a Chapada Diamantina e o oeste baiano.

Recebimento do Aviso nº 36, de 2004 (nº 2.238/2004, na origem), de 24 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório das Atividades referentes ao 3º trimestre de 2004. (Anexado ao processado do Aviso nº 16, de 2004). À Comissão de Fiscalização e Controle.

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.477, de 2004, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando à Ministra de Estado de Minas e Energia as informações que menciona....

Nº 1.478, de 2004, de autoria da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, solicitando informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Nº 1.479, de 2004, de autoria da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, solicitando informações ao Ministro de Estado da Energia.....

1.2.4 – Ofício

Nº 1.028/2004, de 29 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de indi-

cação de membro na qualidade de suplente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação do Deputado Ibere Ferreira (PTB-RN), para compor a referida comissão.....	39244
1.2.5 – Discursos do Expediente	
SENADOR PAULO PAIM – Lançamento, no próximo dia 3, do projeto “Cantando a Diferença”, em Gravataí – RS. Apelo para a votação da “Pec Paralela” pela Câmara dos Deputados.....	39245
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da solenidade para a assinatura da ordem de serviço do início da construção do novo aeroporto internacional em Macapá – AP.	39248
SENADOR EDISON LOBÃO – Anúncio da implantação, em São Luiz do Maranhão, de usina siderúrgica para a produção de placas de aço.....	39249
SENADORA HELOÍSA HELENA – Solidariedade ao Senador Papaléo Paes, preterido em solenidade para construção de aeroporto em Macapá. Reunião, amanhã, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, cuja pauta é a discussão da transposição das águas do Rio São Francisco.....	39255
SENADOR JOSÉ JORGE – Avaliação da política de energia elétrica do atual governo, destacando o leito para a venda de energia no próximo dia 7 de dezembro.	39257
SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – Aumento de investimentos federais na malha rodoviária do Estado de Minas Gerais para o ano de 2005.	39260
SENADOR MÃO SANTA – Comenda recebida por S.Exª, a medalha Ulisses Guimarães.....	39261
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – A questão da eliminação das desigualdades regionais. Defesa da atuação da Suframa e da Superintendência da Zona Franca de Manaus.	39265
SENADOR TIÃO VIANA – Comentários ao artigo da revista Veja desta semana, apontando os auspiciosos indicadores econômicos do país neste ano.	39271
SENADOR ALVARO DIAS – Homenagem ao jurista paranaense, Professor René Dotti, que assu-	

mi a vice-Presidência da Associação Internacional de Direito Penal.	39274
SENADOR <i>JOÃO CAPIBERIBE</i> – Importância da realização do Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social da Amazônia Legal. Anúncio da reativação do “Portal Transparência”, pela Controladoria-Geral da República. Apelo para aprovação de projeto de lei, de sua autoria, que sobre transparência no trato com os recursos públicos, em tramitação na Câmara dos Deputados.	39277
SENADOR <i>JONAS PINHEIRO</i> – Alerta para o período de turbulência do setor de agronegócio, o que enseja uma prioridade especial	39278
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Constatação do aumento de vitimados fatais em acidente de trânsito. Aplausos ao trabalho de educação de trânsito elaborado pela prefeitura de Boa Vista – RR.	39280
SENADOR <i>EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS</i> – infra-estrutura do Estado do Tocantins.	39282
1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Registro do Relatório Anual 2003 da Previnorte Fundação de Previdência Complementar.	39286
SENADOR <i>JOÃO RIBEIRO</i> – Parceria firmada entre o governo de Tocantins e a Fundação Luterana do Brasil para a operacionalização do centro de recepção de visitantes do Parque Estadual do Cantão.	39286
1.2.7 – Comunicação da Presidência	
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	39287

**1.3 – ENCERRAMENTO
2 – PARECERES**

Nº 60, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 001, de 2004-CN (nº 3.124/2003, na origem)..... 39291

Nº 61, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre os Avisos nºs 003, 004, 022, 023, 029, 030, 053 e 054, de 2004-CN. 39295

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.963 a 1.970, de 2004. 39316

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

- COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

- CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

- CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 171^a Sessão Não Deliberativa, em 29 de Novembro de 2004

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Papaléo Paes e Valdir Raupp

*(INICIA-SE A SESSÃO ÀS 14 HORAS
E 30 MINUTOS)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 189, DE 2004

(Nº 781/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Os méritos do Embaixador José Roberto de Almeida Pinto que me induziram a escolhê-lo para o de-

sempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 335 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 22 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *Curriculum-vitae* do Embaixador José Roberto de Almeida Pinto, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, –

I N F O R M A Ç Ã O**C U R R I C U L U M V I T A E**
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO**CPF.: 352.774.087-20****ID.: 6546-MRE**

- 1953 Filho de Geraldo de Almeida Pinto e Suzana Lins de Almeida Pinto, nascido em 10 de fevereiro, no Rio de Janeiro, RJ.
- 1976 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva (primeiro lugar no exame vestibular ao CPCD-IRBr, Medalha de Prata).
- 1977 CPCD - IRBr.
- 1977 Prêmio Rio Branco (primeiro lugar no CPCD-IRBr, Medalha de Ouro).
- 1977 Terceiro Secretário em 17 de outubro.
- 1977 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente.
- 1978 Estágio-prêmio na Embaixada em Paris.
- 1979 Segundo Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro.
- 1981 Divisão das Nações Unidas, assistente.
- 1982 CAD - IRBr.
- 1983 Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB/DF).
- 1983 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário.
- 1984 Primeiro Secretário, por merecimento, em 29 de junho.
- 1987 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário e Conselheiro.
- 1989 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho.
- 1989 Encarregado da abertura, e primeiro Chefe, do Escritório de Observação do Brasil na Namíbia (período outubro/dezembro).
- 1990 Chefe da Divisão Especial de Avaliação Política da Secretaria-Geral de Política Exterior.
- 1990 Orientador profissional do CPCD - IRBr.
- 1991 Membro da Equipe de Planejamento Político do Itamaraty.
- 1991 Professor Titular de Temas de Política Internacional do Instituto Rio Branco (1991/92).
- 1991 Membro da Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas do exame vestibular ao CPCD - IRBr.

- 1992 Embaixada em Roma, Conselheiro.
- 1993 Professor Homenageado da Turma "Ulysses Guimarães" (1991/92) do CPCD-IRBr.
- 1994 Medalha "Mérito Santos-Dumont".
- 1994 CAE - IRBr - "A possibilidade de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a posição do Brasil".
- 1995 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Coordenador.
- 1995 Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Grande Oficial.
- 1995 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de dezembro.
- 1995 Ordem do Mérito, Itália, Comendador.
- 1996 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial.
- 1997 Ordem do Leão, Finlândia, Grande Oficial.
- 1997 Designado Substituto do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral.
- 1997 Legião de Honra, França, Oficial.
- 1997 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial.
- 1997 Ordem do Mérito, Portugal, Grande Oficial.
- 1998 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro, Representante Alterno junto à FAO.
- 1999 Embaixada em Caracas, Ministro-Conselheiro. Encarregado de Negócios, a.i., em diferentes períodos, entre 1999 e 2002.
- 1999 VII Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Secretaria Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), Caracas, Chefe de delegação.
- 1999 XXV Reunião Ordinária do Conselho do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), Caracas, Chefe de delegação.
- 2001 Reunião de Cúpula da Associação de Estados do Caribe, Isla Margarita, Chefe de delegação observadora.
- 2003 Assessor Especial do Ministro de Estado da Defesa.
- 2003 Ordem do Mérito Militar, Comendador.
- 2003 Ordem do Mérito Naval, Comendador.
- 2003 Secretário de Estudos e de Cooperação do Ministério da Defesa.
- 2003 Medalha do Pacificador.
- 2003 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador.

- 2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 02 de dezembro.
- 2003 Ordem do Mérito da Defesa, Grã-Cruz.
- 2004 Presidente da Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares (CPIEM).
- 2004 Medalha da Vitória, concedida pela Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção RJ, e pelo Ministério da Defesa.
- 2004 Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 1. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.
- 2004 Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra.
- 2004 Membro do Comitê Temático de Defesa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 2004 O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

Cláudia D'Angelo
CLÁUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

HONDURAS

PERFIS BIOGRÁFICOS

RICARDO MADURO JOEST – PRESIDENTE DA REPÚBLICA

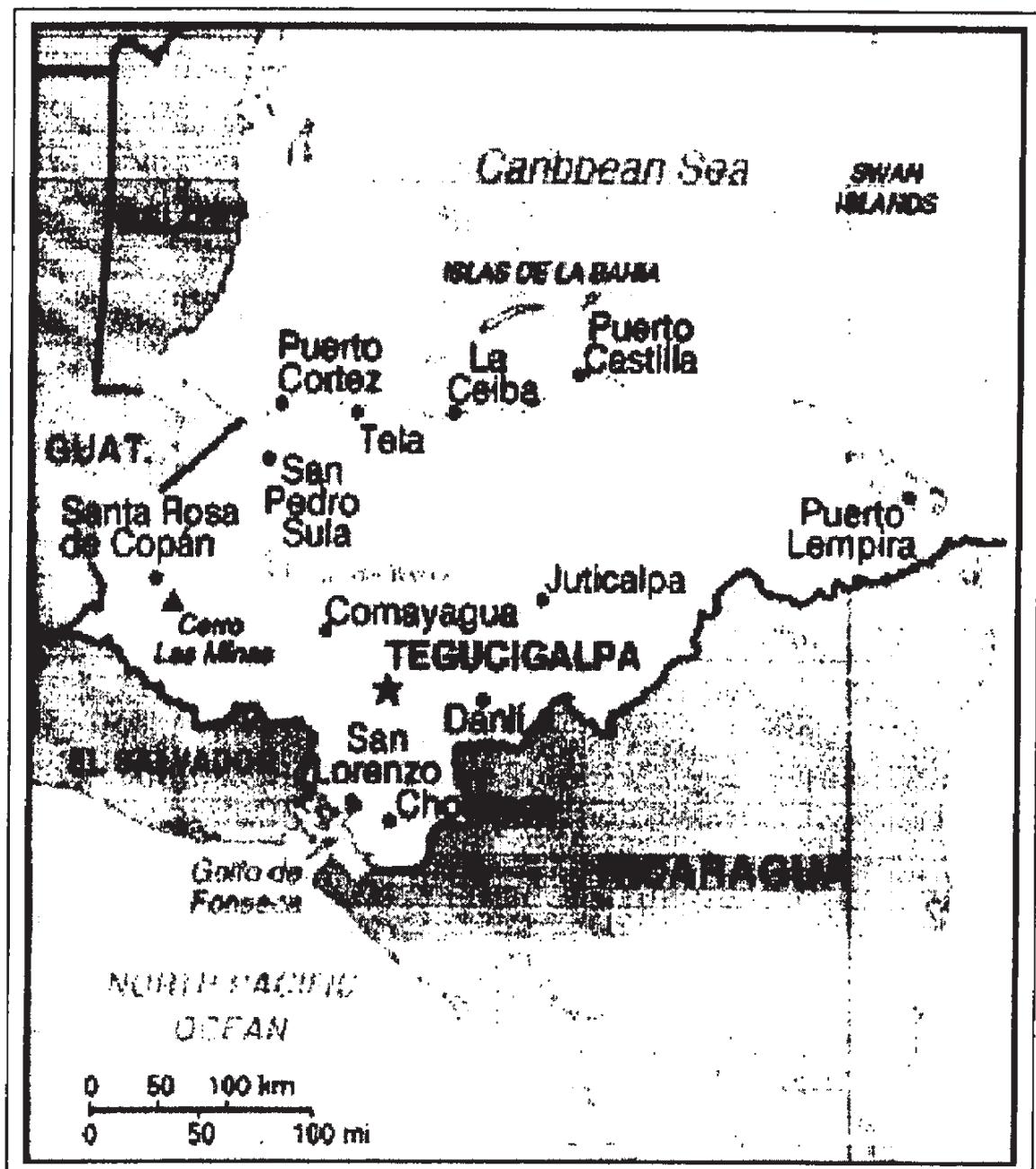
- Ricardo Maduro nasceu em 20 de abril de 1946, no Panamá.
- Licenciado em Economia pela Universidade de Stanford, Califórnia, EUA, é pós-graduado em Engenharia Industrial.
- Sua carreira política sempre esteve vinculada ao Partido Nacional de Honduras, no seio do qual ajudou a formar corrente reformista denominada Unidad y Cambio.
- Em 1990 assumiu a presidência do Banco Central de Honduras e a coordenação do Gabinete Econômico, durante o Governo de Rafael Leonardo Callejas.
- Foi Primeiro-Secretário e Presidente do Comitê Central do Partido Nacional de Honduras.
- Sua candidatura à Presidência da República foi impugnada pelo fato de ter nascido no Panamá. A questão foi submetida a uma Comissão de Juristas, da qual participou o brasileiro João Grandino Rodas.
- Assumiu a Presidência da República em janeiro de 2002, tendo obtido 52,2% dos votos nas eleições realizadas em novembro de 2001.
- Na iniciativa privada, atuou como Gerente Geral da Xerox de Honduras e é, desde 1976, Diretor Executivo da “Inversiones La Paz”, tendo participado da fundação, organização e promoção das seguintes empresas: Aquacultivos de Honduras, Granjas Marinas San Bernardo, Jetstereo Comercial Ultramotor, Automundo, Fuji de Honduras, Bando de la Producción, Supermercados Todos, Centros Comerciales Multiplaza e Hotéis Camino Real Intercontinental.

LEONIDAS ROSA BAUTISTA – CHANCELER

- Nascido em Lempira, em 04 de fevereiro de 1947, é casado e tem três filhos.
- É licenciado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Nacional Autônoma de Honduras.
- Foi provedor Geral da República de Honduras, de 1973 a 1975
- Exerceu o cargo de Vice-Ministro de Governo e Justiça, de 1978 a 1980.
- Foi Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, de 1980 a 1982.
- Membro da Secretaria do Foro Nacional de Convergência (FONAC), de 1999 a 2001.

- Foi Deputado Proprietário ao Congresso Nacional pelo Departamento de Francisco Morazán, entre 2002 e 2004.
- É catedrático da Universidade Nacional Autônoma de Honduras, na Escola de Administração de Empresas e na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.
- Assumiu o cargo de Chanceler em setembro de 2003, após a renúncia de Guillermo Pérez-Cadalso Arias, em julho do mesmo ano.

MAPA GEOGRÁFICO



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	<i>REPÚBLICA DE HONDURAS</i>
CAPITAL	TEGUCIGALPA
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	UNITÁRIO / REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA
ÁREA	112.090 KM ²
POPULAÇÃO (2003, est.)	7,0 MILHÕES
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	MESTIÇOS (90%), AMERÍNDIOS (7%), NEGROS (2%) E BRANCOS (1%)
PRINCIPAIS CIDADES	SAN PEDRO SULA, EL PROGRESSO, CHOLUTeca, LA CEIBA
DATA NACIONAL	15 DE SETEMBRO (INDEPENDÊNCIA) (1821)
PIB (2003, est.)	US\$ 6,8 BILHÕES
PIB/capita (2003, est.)	US\$ 971,00
UNIDADE MONETÁRIA	LEMPIRA
CHEFE DE ESTADO	RICARDO MADURO JOEST
CHANCELER	LEONIDAS ROSA BAUTISTA
EMBAIXADOR DO BRASIL	SÉRGIO LUIZ P. BEZERRA CAVALCANTI
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	VICTOR MANUEL LOZANO URBINA

POLÍTICA INTERNA

O Governo atual, do Presidente Ricardo Maduro, filiado ao Partido Nacional, de tendência conservadora, assumiu em janeiro de 2002, após dois mandatos consecutivos do Partido Liberal, devendo encerrar-se em janeiro de 2006 (eleições previstas para novembro do próximo ano). Não tem conseguido cumprir com a maior parte das promessas de campanha, notadamente na área social. Prevalecem altas taxas de desemprego, subemprego e pobreza. De acordo com cifras do "World Factbook 2004", a taxa de desemprego atual estaria no elevado patamar de 28%, sendo que muitos dos que são computados como empregados vivem na realidade situações de subemprego, ou estão ocupados em atividades da chamada economia informal.

Por outro lado, segundo dados divulgados pelo PNUD, dos 6,5 milhões de habitantes do país, existem ainda 1,6 milhão de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por dia. Quanto à distribuição desigual da renda nacional, ainda de acordo com o PNUD, os 20% mais ricos detêm 54% do PIB, ao passo que os 20% mais pobres dispõem apenas de 3,2%.

Durante a campanha eleitoral, Maduro acenou aos eleitores com plano intitulado "Mi Compromiso Contigo", recheado de declarações de intenções no campo social, especialmente promessas de reajustes salariais, que não pôde cumprir. Nesse sentido, os últimos meses têm sido marcados por seguidas agitações sociais provocadas por classes corporativas, tais como professores, médicos e funcionários públicos, que dispõem de Estatutos próprios, com grandes vantagens, e de grande poder de mobilização, o qual exercem repetidamente, no intuito de manter direitos adquiridos. Recente greve de professores gerou grande agitação em todo o país, com séria ameaça à governabilidade.

Grande parte das críticas a Maduro se baseia na constatação de que ele é empresário, e portanto só governaria para os empresários. A pouco mais de um ano da eleição de 2005, o início da campanha deverá ser marcado, em breve, por novas agitações nas grandes cidades. Convém salientar, no entanto, que a promulgação, e aplicação, da chamada Lei Anti-Maras, deve ser vista como o único ponto de êxito do atual Governo. A referida Lei, ainda que muito criticada, tem por objetivo desbaratar as quadrilhas juvenis (aqui chamadas de "maras"), que vinham semeando terror nas principais cidades do país. Com efeito, os índices de criminalidade nas cidades baixaram consideravelmente em todo o país, e a população apóia a manutenção da Lei Anti-Maras.

ECONOMIA

Os Acordos com o FMI vêm sendo regularmente renovados. Em fevereiro deste ano, o Governo hondurenho assumiu perante o Fundo o compromisso de reduzir o déficit fiscal e a taxa anual de inflação, cuja tendência aponta no sentido de se manter em um dígito. A meta acordada para crescimento do PIB em 2004 foi de 5% (cinco por cento), e houve ainda menções a maior abertura da economia, reforma tributária, do setor público e dos Códigos civil e penal, bem como novos regulamentos para os setores de eletricidade, telecomunicações e de transportes, com a consequente privatização do fornecimento de serviços ao público. Houve, há poucos dias, missão de observação do FMI ao país, que emitiu "Press Release" intitulado "Statement by the IMF Staff Mission to Honduras", o qual afirma: "As conclusões da missão com firmam que o programa de Honduras está sendo amplamente implementado. Apesar pressões de curto prazo representadas pela alto nos preços do petróleo, as autoridades fizeram bem em permanecer no curso das reformas previstas pelo seu programa."

Cabe ressaltar que o Governo de Ricardo Maduro também decidiu reformas fiscais e monetárias de obter perdão para parte da dívida externa do país, no âmbito da iniciativa para os Países Altamente Endividados (HIPC).

Note-se, ainda, que o país já recuperou quase toda a infra-estrutura destruída pelo furacão Mitch, em 1998.

De qualquer forma, a economia do país permanece frágil, extremamente dependente das remessas de imigrantes residentes nos EUA (cerca de US\$ 1 bilhão por ano), que constituem a primeira fonte de divisas para Honduras. Em segundo lugar vem a "maquila", manufatura de roupas por meio de mão de obra barata, para exportação, que já é a segunda fonte de recursos, haja vista a estagnação dos setores mais tradicionais, de café e frutas (principalmente banana). Nesse sentido, o país busca firmar Tratado de Livre Comércio com os EUA, ao mesmo tempo em que entretém árduas negociações para renovar o TPS ("Temporal Protection Status"), também com aquele país, pelo qual os imigrantes ilegais ficam temporariamente isentos de serem deportados sumariamente. Com a próxima eleição nos EUA, e a possibilidade de mudança de partido no poder, crescem neste país as preocupações com o fato de ainda não ter entrado em vigor o Tratado de Livre Comércio e com a possibilidade de não ser renovado o TPS.

INDICADORES ECONÔMICOS

	1999	2000	2001	2002	2003
Taxa de crescimento do PIB (%)	-1,9	4,9	2,6	2,7	3,0
Produtos Internos Brutos (US\$ bilhões)	11,7	11,1	9,7	7,7	7,7
Produtos Internos Brutos Per Capita (US\$)	6,3	6,5	6,6	6,8	7,0
Despesa Pública (US\$ bilhões)	1,3	1,3	1,4	1,5	1,4
Despesa Pública (US\$ bilhões)	5,5	5,6	5,1	5,1	5,3

DIC - The Economist Intelligence Unit

POLÍTICA EXTERNA

Honduras é, e sempre foi, alinhado com os Estados Unidos da América. A negociação da renovação do TPS (Temporal Protection Status) é o ponto prioritário da agenda externa do país, uma vez que cerca de 300 mil hondurenhos vivem na América do Norte. Como evidência dessa política de alinhamento, pode-se mencionar o envio de soldados para o Iraque, retirados, porém, logo depois da saída da Espanha.

Recentemente, houve tensões com Cuba, por ter sido Honduras que apresentou, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, moção de censura à ilha caribenha, apesar de contar com cerca de 500 (quinhentos) médicos cubanos que prestam cooperação neste país. Cuba abriu Embaixada em Tegucigalpa em 2002, mas Honduras ainda não nomeou Embaixador em Havana, mantendo apenas Encarregado de Negócios naquela Capital.

O país continua a ser grande receptor de assistência externa, especialmente dos Estados Unidos, Japão e de Taiwan, país com o qual mantém relações diplomáticas plenas [na Embaixada de Taiwan residente em Tegucigalpa].

Em termos de relações com os vizinhos, houve avanços positivos nas relações com El Salvador, tradicionalmente tensas em função de dificuldades relativas à delimitação fronteiriça terrestre e marítima, que abriram caminho para a possibilidade de novos investimentos salvadorenhos em Honduras. Permanecem tensões com a Nicarágua, relativas à delimitação da plataforma continental, bem como a respeito de redução de armamentos. O Governo sempre menciona a sua disposição de potencializar as negociações no âmbito dos sistemas SICA (Sistema da Integração Centro Americana) e SIECA (Sistema de Integração Econômica Centro-americano), as quais têm avançado muito lentamente, embora já tenham sido facilitados trâmites aduaneiros e criados documentos únicos a serem preenchidos nas fronteiras.

RELAÇÕES BILATERAIS

A densidade das relações entre Brasil e Honduras ainda é muito baixa, havendo a necessidade de impulsionar projetos de cooperação. Sendo Honduras país essencialmente receptor de cooperação técnica, a circunstância de que outros sul-americanos, tais como Argentina, Chile e Colômbia, mantêm projetos de cooperação, enquanto o Brasil está ausente nessa área, é fator limitante. Em 2003, foi cancelada a vinda de missão da ABC a Tegucigalpa, que havia sido solicitada por iniciativa do Posto. Em termos de cooperação educacional, convém salientar que os Programas PEC-G e PEC-PG, que despertavam muito interesse nos anos 70 e 80 do século passado, não atraem mais os jovens hondurenhos, principalmente porque outros países mais próximos, que falam a mesma língua e oferecem bolsas de estudo, tais como México e Cuba, exercem maior atração. Acresce que inexiste, no país, Centro de Estudos Brasileiros ou qualquer outra escola de idiomas onde se possa aprender a língua portuguesa.

No presente momento, após três anos de contatos, Brasil e Honduras estão chegando à fase final da negociação de Acordo por Troca de Notas que estipula a dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, bem como de Acordo para Dispensa de Vistos de Turismo e Negócios em passaportes comuns. A entrada em vigor, pelo lado brasileiro, dos referidos Acordos, atende a importante reivindicação das autoridades hondurenhas, que já decidiram, unilateralmente, desde 2002, deixar de exigir visto de entrada para qualquer tipo de passaporte brasileiro.

COMÉRCIO BILATERAL

O aspecto mais importante das relações entre Brasil e Honduras reside no comércio, que no entanto se mostra totalmente desequilibrado em favor do Brasil. Saliente-se que as exportações brasileiras cresceram de US\$ 34,8 milhões em 2001 para US\$ 47,9 milhões em 2002 e para US\$ 72,4 milhões em 2003. O salto de 2002 para 2003 foi de 51,15%. No que diz respeito às exportações de Honduras para o Brasil, permanecem no patamar de US\$ 400 mil.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são: fumo, papel, perfis de ferro e aço, tecidos de algodão, barras de ferro e aço, papel, ladrilhos de cerâmica, fios de alumínio, caldeiras, contadores elétricos, veículos automotores, eletrodomésticos, sementes e aparelhos de cozinha, entre vários outros.

Em 2003, o Itamaraty tentou facilitar contatos visando à venda de aviões de treinamento militar para Honduras, mas as negociações não prosperaram. É importante recordar que a Força Aérea Hondurenha tem 13 aviões Tucano em operação. Cabe mencionar também o interesse da Andrade

Gutiérrez na construção da usina hidrelétrica El Tigre, mega-projeto binacional entre Honduras e El Salvador, no Rio Lempa, na fronteira entre os dois países, para a geração de 743 MW, financiado pelo Banco do Brasil e pelo BNDES.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões):

BRASIL ⇒	1999	2000	2001	2002	2003
Exportações	35,8	31,6	34,8	47,9	72,4
Importações	0,16	0,69	0,40	0,40	0,43
Saldo Comercial do Brasil	+35,7	+30,9	+34,4	+47,5	+71,9

Fonte: MDIC/SECEX

PRINCIPAIS ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

Nome	Assinatura	Entrada em Vigor
Convenção de Arbitramento	26/04/1909	24/04/1914
Convenção Cultural	22/10/1957	12/03/1963
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	11/06/1976	05/01/1977
Acordo para a Constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha	28/08/1981	28/08/1981

Aviso nº 1.416 – C. Civil

Em 24 de novembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.125, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que susta os efeitos da Portaria nº 160, de 13 de abril de 2004, do Ministro de Estado do Emprego e Trabalho; e

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2003 (nº 5.119/2001, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Milton Santos” a BR-242 (Bahia-Brasília), que atravessa a Chapada Diamantina e o oeste baiano.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A Presidência recebeu o **Aviso nº 36, de 2004** (nº 2.238/2004, na origem), de 24 do corrente, do Tribunal

de Contas da União, encaminhando o Relatório das Atividades, referente ao 3º trimestre de 2004.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 16, de 2004, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.477, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações à Ministra de Estado de Minas e Energia referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país, considerando:

1º) Que o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, regulamenta a comercialização de energia elétrica no setor elétrico brasileiro; e

2º) Para o cumprimento do disposto no art. 18 do citado Decreto, os agentes de distribuição apresentam declaração ao Ministério de Minas e Energia, até 30 de setembro do corrente ano, definindo os montantes de energia e potência associada, a serem contratados em 2004, para entrega a partir de cada ano do período compreendido entre 2005 e 2009.

Solicito sejam informadas as necessidades de energia e potência de cada agente distribuidor do Sistema Interligado Nacional para o período compreendido entre 2005 e 2009.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2004.

– **Efraim Moraes.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.478, DE 2004

(Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

(Requerimento nº 27 de 2004-CI)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações abaixo elencadas à Ministra de Estado do Meio Ambiente, referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país.

1º) O último leilão para concessão de usinas hidrelétricas foi realizado no ano de 2002 e o próximo, segundo o Ministério das Minas e Energia, deverá ser em 2005.

Os projetos listados para o próximo leilão dependerão de licença prévia ainda a ser obtida, o que

poderá comprometer a data do mesmo. É possível que só ocorra no segundo semestre de 2005.

Considerando que o prazo de implantação de usinas após a definição do leilão varia de 4 a 6 anos, a energia do próximo leilão estará disponibilizada para o período de 2005 a 2011.

2º) Aponta-se para uma possível crise no suprimento de energia a partir de 2007, noticiada inclusive pela imprensa internacional, Financial Times. Diante do exposto, desejamos saber se procedem as informações e as providências adotadas nos respectivos Ministérios.

3º) É absolutamente necessário conhecer a situação de projetos já concessionados que totalizam mais de 6.000 MW e as razões pelas quais ainda não foram iniciadas as obras e a previsão do início de operação das mesmas, no que tange os seguintes projetos:

- a)** UHE Estreito – 1087 MW – Rio Tocantins –TO;
- b)** UHE Santa Isabel – 1087 MW – Rio Araguaia (TO/PA);
- c)** UHE Couto Magalhães – 150 MW – Rio Araguaia (GO);
- d)** UHE São Salvador – 241 MW – Rio Tocantins (TO);
- e)** UHE Itaocara – 210 MW – Rio Paraíba do Sul (RJ/MG);
- f)** UHE Simplício – 360 MW – Rio Paraíba do Sul (RJ);
- g)** UHE Foz do Chapecó – 855 MW – Rio Uruguai (SC/RS);
- h)** UNE Paiquerê – 290 MW – Rio Pelotas (SC/RS);
- i)** UHE São Jerônimo – 360 MW – Rio Tibaji (PR);
- j)** UHE Cubatão – 50 MW – Rio Cubatão (SC);
- k)** UHE Monjolinho – 67 MW – Rio Passo Fundo (RS);
- l)** UHE São Domingos – 50 MW – Rio Claro (MS);
- m)** UHE Salto Pilão – 180 MW – Rio Itajaí-Açu (SC);
- n)** UHE Corumbá 3 – 94 MW – Rio Corumbá (GO);
- o)** UHE Cachoeirinha/São João – 105 MW – Rio Fundão (PR);
- p)** UHE Itumirim – 56 MW – Rio Corrente (GO);
- q)** UHE Caçu e Barra dos Coqueiros – 155 MW – Rio Claro (GO);
- r)** UHE Salto do Rio Verdinho – 93 MW – Rio Verde (GO);

- s) UHE Salto – 108 MW – Rio Verde (GO);
- t) UHE Murta – 120 MW – (MG);
- u) UHE Baú – 110 MW – (MG).

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2004.

– **Efraim Moraes.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.479, DE 2004

(Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

(Requerimento nº 24, de 2004-Cl)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações abaixo elencadas à Ministra de Estado do Meio Ambiente, referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país.

1º) O último leilão para concessão de usinas hidrelétricas foi realizado no ano de 2002 e o próximo, segundo o Ministério das Minas e Energia, deverá ser em 2005.

Os projetos listados para o próximo leilão dependerão de licença prévia ainda a ser obtida, o que poderá comprometer a data do mesmo. É possível que só ocorra no segundo semestre de 2005.

Considerando que o prazo de implantação de usinas após a definição do leilão varia de 4 a 6 anos, a energia do próximo leilão estará disponibilizada para o período de 2005 a 2011.

2º) Aponta-se para uma possível crise no suprimento de energia a partir de 2007, noticiada inclusive pela imprensa internacional, Financial Times. Diante do exposto, desejamos saber se procedem as informações e as providências adotadas nos respectivos Ministérios.

3º) É absolutamente necessário conhecer a situação de projetos já concessionados que totalizam mais de 6.000 MW e as razões pelas quais ainda não foram iniciadas as obras e a previsão do início de operação das mesmas, no que tange os seguintes projetos:

- a) UHE Estreito – 1087 MW – Rio Tocantins – TO;
- b) UHE Santa Isabel – 1087 MW – Rio Araguaia (TO/PA);
- c) UHE Couto Magalhães – 150 MW – Rio Araguaia (GO);
- d) UHE São Salvador – 241 MW – Rio Tocantins (10);
- e) UNE Itaocara – 210 MW – Rio Paraíba do Sul (RJ/MG);
- f) UHE Simplício – 360 MW – Rio Paraíba do Sul (RJ);
- g) UHE Foz do Chapecó – 855 MW – Rio Uruguai (SC/RS);
- h) UNE Paiquerê – 290 MW – Rio Pelotas (SC/RS);
- i) UHE São Jerônimo – 360 MW – Rio Tibaji (PR);
- j) UHE Cubatão – 50 MW – Rio Cubatão (SC);
- k) UHE Monjolinho – 67 MW – Rio Passo Fundo (RS);
- l) UNE São Domingos – 50 MW – Rio Claro (MS);
- m) UHE Salto Pilão – 180 MW – Rio Itajaí-Açu (SC);
- n) UHE Corumbá 3 – 94 MW – Rio Corumbá (GO);
- o) UHE Cachoeirinha/São João – 105 MW – Rio Fundão (PR);
- p) UHE Itumirim – 56 MW – Rio Corrente (GO);
- q) UHE Caçu e Barra dos Coqueiros – 155 MW – Rio Claro (GO);
- r) UHE Salto do Rio Verdinho – 93 MW – Rio Verde (GO);
- s) UHE Salto – 108 MW – Rio Verde (GO);
- t) UHE Murta – 120 MW – (MG);
- u) UHE Baú – 110MW – (MG).

- Sala das Comissões, 23 de novembro de 2004.

– **Efraim Moraes.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 1.028/2004

Rasília, 29 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Ibere Ferreira, (PTB – RN), na qualidade de Suplente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para 2004.

Ao ensejo renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência designa o Sr. Senador Iberê Ferreira como suplente para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC)

– Sr. Presidente, com amparo regimental, solicito a V. Ex^a inscrever-me para uma comunicação inadiável em tempo oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será inscrito, intercalado com os oradores inscritos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a tem a palavra, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, da mesma forma, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos

– PSDB – TO) – Será assegurada a V. Ex^a a inscrição, intercalada com os outros oradores normalmente inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, primeiro Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, é com alegria que trago informação recebida de que, no próximo dia 3 de dezembro, dia internacional da luta das pessoas com deficiência, proclamado pela ONU em 1981, celebraremos essa data com o lançamento oficial, no Rio Grande do Sul, do projeto Cantando as Diferenças.

Estamos desenvolvendo este projeto em conjunto com a Ulbra, Universidade Luterana do Brasil; o Sintec, Sindicato dos Técnicos da Indústria do Rio Grande do Sul; a Copelmi, Companhia de Mineração do Rio Grande do Sul; a Rádio Vale Feliz; a Prefeitura Municipal de Gravataí; a Faders, Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas do Rio Grande do Sul e o Cipp, conhecido como Centro de Integração Paulo Paim.

A idéia do projeto foi apresentada durante o Seminário “Pessoa com Deficiência – Célula-Tronco: Raízes de Problemas ou Ramos de Soluções”, realizado no dia 17 de agosto, na Ulbra, pelo cantor nativista Xará,

que está com contribuindo para que possamos vencer mais este desafio.

Sr. Presidente, o projeto Cantando as Diferenças propõe uma mudança de paradigma nos aspectos culturais, sociais e individuais. A matéria tem muito a ver com a linha de atuação pela qual me tenho pautado aqui no Senado da República, mesmo quando era Deputado. Cantando as Diferenças fala da história dos nossos idosos e, consequentemente, tem tudo a ver com o Estatuto do Idoso, que foi transformado em lei, mediante projeto de nossa autoria.

Cantando as Diferenças, que vai ser lançado na praça em Gravatá, fala da permanente importância e luta contra os preconceitos e aborda o Estatuto da Igualdade Racial. Este projeto, Sr. Presidente, trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência, da luta dos mais pobres, das mulheres, daqueles que dependem do salário mínimo: mais 112 milhões de brasileiros.

Cantando as Diferenças tem como objetivo principal o reconhecimento políticas das diferenças com a participação de todos os povos, com as suas diferenças étnicas, sociais e individuais, promovendo, assim, a mudança de modelos tradicionais que abordam essas temáticas com uma visão discriminatória e preconceituosa.

Cantando as Diferenças fala das nossas crianças, das mulheres, dos pobres, dos negros, dos deficientes, dos idosos. As poesias, canções, letras musicais, que farão parte do projeto e que serão apresentadas à sociedade mediante festivais e concursos, serão transformadas em livros e gravadas em CDs.

Este projeto visa atingir em um primeiro momento todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, o projeto daqueles que estão a trabalhar nessa área que considero de suma importância para o povo brasileiro pretende fazer com que se estenda a todo o País.

Sabemos que a arte e a cultura, historicamente, foram ferramentas utilizadas para provocar mudanças de conceitos e concepções, contribuindo com muitas ações que hoje temos como realidade em nossas vidas.

Cantar as diferenças com olhares de cidadania agrada-nos muito, pois acompanhamos as lutas que esses segmentos têm enfrentado para sua inclusão no Estado e na sociedade.

Estamos apoiando este projeto, por entendermos que será extremamente significativo para que, juntos, possamos realizar o sonho de um mundo mais justo e fraterno para todos, onde ninguém seja discriminado.

Convidamos a todos para o seu lançamento, que ocorrerá na cidade de Gravataí, lá no meu Rio Grande

do Sul. Será no Parcão, Parada 79, às 19 horas, da próxima sexta-feira. Ali, haverá atividades culturais de artistas locais e regionais.

Sr. Presidente, este projeto, defendido pela sociedade do Rio Grande e que tem muito a ver com a minha linha de atuação aqui, no Congresso Nacional, ele relaciona-se também, uma vez que lá estarão servidores públicos, Sr. Presidente, com a luta dos servidores públicos. Aí, volta-se à temática da PEC Paralela.

Estamos praticamente terminando o ano e a PEC Paralela ainda não foi votada. Lembro-me desse assunto, porque ainda hoje uma senhora me ligou e disse-me que ela está com câncer. Vai se aposentar por invalidez, mas que, pela proposta aprovada e já promulgada na Câmara e no Senado, a aposentadoria por invalidez – que faz parte da chamada PEC principal – não está garantindo a paridade. Ela está garantida na PEC Paralela. Então, a PEC paralela interessa a milhares e milhares de brasileiros.

Por isso, neste fim de ano, espero que o espírito de Natal, de início de ano, contamine a Câmara dos Deputados positivamente, Senador Edison Lobão, para que a PEC Paralela, com a qual se criou uma grande expectativa há um ano, seja votada.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permito um aparte a V. Ex^a, com satisfação.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Com a educação política que caracteriza V. Ex^a, a cobrança é feita de modo ameno. Devo dizer, Senador Paulo Paim, que a PEC é o produto de uma negociação entre Senadores e Deputados, lideranças políticas. Foi acertado que se votaria e se aprovaria a PEC da Previdência desde que se aprovasse também a PEC Paralela, que corrigia deformações da primeira. Na condição de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, participei dessas negociações e lastimo que o acordo não tenha sido cumprido como foi fechado. Ao longo da minha vida pública, aprendi que acordo político é para ser cumprido e não para servir de embromação em relação a quem acerta detalhes dessa natureza. Portanto, venho secundar V. Ex^a na solicitação que faz às lideranças na Câmara no sentido de que cumpram o acordo aqui firmado e votem a PEC Paralela que tantos e tão bons serviços haverá de prestar aos nossos servidores públicos brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão. Na sexta-feira passada, falei sobre este assunto, e os Senadores que estavam no plenário concordaram unanimemente. Percebo que hoje também é assim porque conheço o voto de cada um dos que estão aqui. Todos os Senadores presentes

naquela sessão histórica votaram pela aprovação da PEC Paralela. Mesmo aqueles que votaram contra a chamada PEC principal, na Paralela nos acompanharam. Falamos PEC Paralela mas nem todos sabem o que ela traz. Nela está garantida a aposentadoria para a dona-de-casa; está garantido efetivamente que as pessoas que se aposentarem por algum tipo de doença crônica ou por invalidez não pagarão os 11%; está assegurada a paridade, ou seja, quem está aposentado vai ter o mesmo reajuste de quem está na ativa no serviço público; está garantida a regra de transição. Milhares de pessoas estão na expectativa para decidir suas vidas a partir da aprovação da PEC Paralela.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, falo no assunto. Este já deve ser o meu centésimo discurso defendendo que a Câmara dos Deputados cumpra o acordo firmado entre todos os partidos. Sempre digo que não existe um partido no Senado Federal e outro na Câmara dos Deputados. O PT do Senado Federal é o PT da Câmara dos Deputados; o PLF do Senado Federal é o PFL da Câmara dos Deputados; o PSDB do Senado Federal é o PSDB da Câmara dos Deputados. O acordo foi feito com todos os partidos. Por isso, não consigo entender como a Câmara dos Deputados não vota, de forma definitiva, essa PEC que está sendo cobrada – com razão – por grande parte da população brasileira.

Nesse sentido, mais uma vez, reafirmo a nossa posição. Como disse o Senador Edison Lobão, fica difícil fazer acordos. Como podemos fazer acordos, se eles não são cumpridos? Confesso que, depois que fizeram o acordo sobre essa matéria – e eu participei diretamente da PEC Paralela –, nunca mais me procuraram para fazer acordo. Por quê? Porque sabem que eu direi: comigo, não. Acordo, só depois de cumprir o da PEC Paralela.

E foi assim meu voto quando da votação do salário mínimo. Votei contra porque sabia que não havia nada que apontasse para uma resposta positiva para o salário mínimo. Por isso, não poderia ser diferente. Acordo, para mim, ou se cumpre, ou não se cumpre. Aquele que não cumprir o acordo não me procure num segundo momento, porque naturalmente não serei parceiro, como não tenho sido parceiro em posições que vão na linha dos ditos acordos, já que, infelizmente, eles não estão sendo cumpridos.

Concedo um aparte ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, peço um aparte a V. Ex^a para registrar a seriedade com que conduz seu mandato, especialmente neste assunto que diz respeito aos servidores, principalmente públicos, os mais sacrificados de todo esse processo de reforma aprovada nesta Casa – já havia

sido aprovada na Câmara dos Deputados – e que só foi aprovada aqui porque surgiu, na última hora, a denominada PEC Paralela. Essa PEC Paralela serviu de argumento inclusive para que V. Ex^a, com toda a sua boa-fé, com toda a sua determinação, se empenhasse junto a alguns colegas que resistiam, como V. Ex^a, à PEC nº 67. V. Ex^a teve uma conversa comigo, manteve meu voto contra a PEC nº 67, mas esperava que a PEC Paralela fosse aprovada. É desolador para todos nós, principalmente para aqueles que assumiram o compromisso ao aprovar a PEC nº 67, que a PEC nº 77 não tenha sido aprovada. Houve até mesmo convocação das duas Casas para que isso ocorresse, mas até hoje a Câmara dos Deputados não concluiu o trabalho que deveria ter sido concluído durante a convocação do início do ano. Senador Paulo Paim, manifesto os meus respeitos a V. Ex^a e reafirmo a admiração que tenho pelo seu trabalho sério e competente, sobretudo em relação ao servidor, ao trabalhador. Fica registrado o meu reconhecimento, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, é necessário persistir, e V. Ex^a é persistente. A presença de V. Ex^a na tribuna dá ênfase àquilo que sugerimos: que não haja mais acordo no Senado Federal sem a participação da Mesa e das lideranças da Câmara dos Deputados. Não podemos, de forma alguma, gerar expectativas no Senado que depois se frustram na Câmara. Praticamente um ano depois, continuamos a discutir a PEC Paralela no Senado Federal porque a Câmara dos Deputados, lamentavelmente, não convalidou o acordo aqui celebrado. Naquela época, eu dizia desta tribuna que a PEC Paralela era um instrumento ardilosamente elaborado para aplacar consciências atormentadas, que levavam Senadores a refletir sobre as consequências do voto na proposta do Poder Executivo aprovada pela Câmara dos Deputados. A PEC Paralela veio, portanto, para amenizar os males causados pela reforma da Previdência Social, mas isso não ocorreu. Os prejuízos são irrecuperáveis nesse período. Quantos tiveram que se aposentar ao longo desse tempo, ou estão retardando a sua aposentadoria à espera da aprovação da PEC Paralela? Enfim, o que devemos destacar é a necessidade de assumirmos séria e responsávelmente os acordos realizados nesta Casa. O Poder Executivo é aqui representado por lideranças que falam em nome dele. Portanto, o não-cumprimento do acordo pela Câmara dos Deputados implica repudiarmos desta Casa a postura do Poder Executivo pelo fato de não exigir que se honre, por meio de suas lideranças, o que foi acertado no Senado Federal. V. Ex^a novamente presta esse

serviço porque tem autoridade; é membro integrante do PT e da base de apoio do Governo e tem contribuído nesta Casa não apenas com seu voto favorável a propostas do Governo, mas com a sua participação ativa nas discussões que levam ao entendimento que sempre buscamos para contribuir com a governabilidade do País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SC) – Cumprimento os Senadores Papaléo Paes e Alvaro Dias, porque ambos têm autoridade, já que nos acompanharam nosso voto na PEC paralela. Votaram contra a chamada PEC principal, mas, ao apreciar a paralela, ambos entenderam o apelo feito pelas lideranças dos servidores e acompanharam nosso voto.

Vou concluir, Sr. Presidente. Voltarei a falar, com o tempo necessário, sobre esse assunto. Até agora não entendi a posição da Comissão de Orçamento que fala em um salário mínimo de R\$283,00. Vou explicar por quê: a inflação projetada, de abril a abril – hoje vi uma estimativa de 11% –, conforme o índice usado, ela pode ser de 11%, de 8% ou de 7%. Não me basearei nem no percentual de 7% nem no de 11%, mas no indicador normalmente usado, o INPC, que deve ficar em torno de 8% no período de abril deste ano a abril do ano que vem. Se considerarmos a inflação de 8% nesse período e o PIB – uns falam em 4,5% e outros em 5,5% – ficarei com 5% –, o salário mínimo, atendendo às disposições da LDO, será R\$294,20. Ou não se vai cumprir nem o que manda a LDO?

Por isso, Sr. Presidente, tenho dito que a Comissão de Orçamento pode apontar caminhos, mas ela não fixa o valor do salário mínimo, que será determinado aqui após votações nos meses de março e abril, a não ser que a data-base do salário mínimo mude do dia primeiro de maio para o dia primeiro de janeiro. Dessa forma, poderiam trabalhar com a inflação dos últimos doze meses, que vai fechar agora em dezembro. Como não é esse o quadro, porque a data-base é primeiro de maio, vamos considerar 8% de inflação e 5% do PIB, o que significa o salário mínimo no valor de R\$294, 20.

Como este é o terceiro ano de nosso Governo, acredito que vamos melhorar o valor do salário mínimo e ultrapassar a barreira dos R\$300,00. No ano passado, apresentei projeto que visa garantir, em 1º de maio de 2005, o salário mínimo de R\$300,00, acrescido do PIB. Devemos avançar e torço para que isso realmente aconteça.

Para concluir, Sr. Presidente, espero que ninguém tenha a ousadia de encaminhar a esta Casa projeto que vise tirar do aposentado a garantia do salário mínimo unificado. Inúmeros articulistas, de diversos jornais, em matéria naturalmente “plantada”, dizem que a saí-

da para aumentar o salário mínimo seria desvincular o mínimo da área privada do mínimo do aposentado.

Quem diz isso não deve entender nada dessa área. O piso regional já está desvinculado; existe o piso da categoria, que também está desvinculado. Agora, vão alterar a Constituição? Para isso é necessário o voto de três quintos. Quero ver três quintos dos Senadores dizerem que o aposentado não terá direito sequer ao salário mínimo unificado em âmbito nacional.

Ainda penso que isso é uma provocação, para depois dizerem que o povo esperava um mal maior e veio um mal menor. Não acredito que alguém terá a ousadia de encaminhar emenda constitucional retirando do idoso a garantia do salário mínimo pago no País a quem está em atividade e mesmo a quem depende do seguro-desemprego, dizendo que ele não será assegurado ao aposentado e ao pensionista.

Não acredito que o Governo fará isso. Também não será Deputado ou Senador que haverá de encaminhar uma proposta absurda, esdrúxula, discriminatória para acabar com a vida de nosso idoso.

Ainda hoje eu conversei com os líderes da Copab, os quais se mostraram muito preocupados, temendo que isso possa acontecer. Eu os tranquilizei, dizendo-lhes de que nesta Casa não haverá de passar uma proposta que discrimine os idosos. Se tal acontecer, recorremos à Justiça baseados no Estatuto do Idoso, pois essa é uma discriminação hedionda contra aqueles que têm mais de sessenta anos.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando o pedido de urgência urgentíssima para o Projeto nº 200, de minha autoria, que garante ao trabalhador o mínimo de R\$300,00 mais o PIB e estende a aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Por se tratar de sessão não deliberativa, concedo a palavra ao primeiro inscrito para comunicações inadiáveis, Senador Papaléo Paes. Em seguida, falará o Senador Edison Lobão, por cessão do Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na última sexta-feira, na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, realizou-se cerimônia que encerrou uma novela de mais de dez anos de reivindicação. Trata-se da construção de um novo aeroporto internacional que atenda às necessidades de Estado do Amapá.

O novo aeroporto elevará a capacidade atual de passageiros, que é de cerca de 400 mil por ano, segundo fonte da Infraero. O projeto é uma readequação do aeroporto de Palmas, no Estado do Tocantins.

Como disse anteriormente, a construção de um novo aeroporto é reivindicação antiga e, neste contexto, faço questão de dizer que, quando fui Prefeito de Macapá, no período de 1993 a 1996, junto com a Infraero, procedemos ao ordenamento das áreas de invasão no entorno do aeroporto de Macapá e criamos o bairro da Infraero. Abrimos ruas e lotes dimensionados de acordo com o Código de Postura do Município, além de resolver um problema crônico, que foi o remanejamento das casas que se encontravam ao longo do canal do Jandiá e transformamos a Lixeira Pública, com as orientações dos técnicos da Sema, Secretaria do Meio Ambiente do Amapá.

O novo aeroporto de Macapá, sem dúvida alguma, é uma conquista de todos, sem exceção, particularmente, Senador Mozarildo Cavalcanti, dos parlamentares, em todos os níveis. Todas essas figuras políticas trabalharam em prol do nosso aeroporto e nunca deixaram de reivindicar esta obra, que teve início há dez anos, quando eu era Prefeito de Macapá. Por uma articulação política muito forte do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, conseguimos fazer uma integração da Prefeitura de Macapá com a Infraero e celebrar um convênio com o Governo do Estado do Amapá, para dar condições de reforma o aeroporto.

Na condição de Parlamentar, nunca deixei de lado essa reivindicação e sempre me somei ao Senador José Sarney para resolver essa questão importantíssima para o nosso Estado.

Conforme já falei em discursos anteriores nesta Casa, é sempre bom lembrar que o Estado do Amapá pode dar uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social do País, por sua importância estratégica, pela possibilidade de abrir novas perspectivas para a nossa economia e por representar um novo caminho para os grandes mercados mundiais.

Por isso, faço questão de dizer que nunca fiquei alheio ou omisso nas reivindicações do Estado do Amapá e não posso ser tratado como se assim procedesse.

Quero deixar registrada essa minha frase final exatamente porque, na condição de Senador mais votado, eleito pela vontade soberana do povo amapaense, assinalo que todos, nessa solenidade que passou, deveriam ser tratados, indiscriminadamente, com o mesmo respeito.

Por isso, fiz questão de ir ao meu Estado para essa solenidade. Espero que, pelo menos, a minha

presença junto ao público que assistia àquele importante evento tenha feito com que o povo do Amapá reconheça que estou exercendo com dignidade e correção o meu mandato. Jamais qualquer ressentimento por razões políticas ou politiqueiras me impediria de apoiar tão importante evento.

O povo do meu Estado me conhece muito bem, Sr. Presidente, sabe que faço política com responsabilidade. Por isso, graças a Deus, sou respeitado. Para mim, o que interessa é isto: que o povo que me elegeu continue a me respeitar. Primeiramente, porque respeito esse povo que acredita que política se faz com seriedade, que se faz com determinação, que se faz com compromisso e, principalmente, com respeito para com a sociedade.

Assim, Sr. Presidente, quero deixar registrado esse grande evento para o Estado do Amapá, agradecer ao Presidente José Sarney pelo seu empenho e pela sua persistência de dez anos. Na sexta-feira, acredito que alcançaremos o êxito que já estávamos esperando por toda uma década.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Em seguida, ouviremos as palavras da Senadora Heloísa Helena, que falará por cessão do Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nesta etapa vivida por nosso País, em que há uma geral preocupação e mesmo ansiedade na procura dos instrumentos que assegurem o desenvolvimento nacional, suscita-me grande satisfação afirmar, desta tribuna, que estamos em face de um dos maiores investimentos que se realizarão a curto prazo no Brasil e até mesmo na América Latina.

Trata-se da associação, que vem sendo estudada desde 2002, do grupo empresarial chinês Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce, destinada à implantação de uma usina siderúrgica para a produção e exportação de placas de aço. É uma integração de empreendedores, agora reforçada pela recente visita do Presidente da China ao Brasil e sua comitiva de autoridades e empresários daquele país.

A Vale é uma das maiores exportadoras mundiais de minério de ferro de alta qualidade, proveniente da sua jazida em Carajás, localizada no Estado do Pará, enquanto a Baosteel se apresenta como a maior produtora chinesa de aço. A empresa brasileira detém e opera uma das mais modernas ferrovias do mundo, a

Carajás–Ponta da Madeira, em São Luís, e também mantém na capital maranhense um porto exportador de excelentes condições operacionais, por onde escoa a sua produção de minério.

Pelos estudos já concluídos, verificou-se ser a cidade de São Luís – onde a Vale já possui uma planta de pelotização – a localização mais adequada à implantação do projeto. De um lado, pelos aspectos logísticos; de outro, em razão das extraordinárias condições operacionais e naturais do complexo portuário já existente em São Luís.

A questão da implantação em São Luís de uma usina siderúrgica tornou-se algo concreto, merecendo a melhor atenção dos maranhenses e de todos os brasileiros para o inteligente aproveitamento das grandes oportunidades que advirão de tal empreendimento.

Essa feliz perspectiva interessa particularmente ao Maranhão, mas, pelas suas repercuções e desdobramentos, corresponde aos mais elevados interesses da Nação brasileira.

Na verdade, o Maranhão, ao longo de nossa história, tem sido um dos entes federativos a dar um das mais relevantes contribuições ao progresso nacional. Em passado recente, meu Estado teve significativa importância no fornecimento de gêneros alimentícios ao País. Ficou conhecido como o “celeiro nordestino”, em razão do peso de sua produção, especialmente de arroz, no abastecimento do Nordeste e de outras partes do Brasil.

Não são poucos os historiadores econômicos que apontam o papel que essa produção de cereais, proveniente do Maranhão, desempenhou no processo de industrialização que se desenvolveu no Brasil a partir do Governo Juscelino Kubitschek.

Peço permissão aos meus Pares para o registro de um ponto de história em torno da siderurgia mundial e brasileira nos últimos anos. A partir do processo de privatização do setor no Brasil, no período de 1991 a 1993, os investimentos que nele se realizaram privilegiaram a melhoria do *mix* de produtos, em detrimento da ampliação da capacidade criativa instalada. Se isso tornou a siderurgia brasileira mais competitiva, ao melhorar o nível tecnológico dos seus produtos, também evidenciou a necessidade do incremento da capacidade de ampliação das plantas em operação e da implantação de novas usinas. Aí surgiu, como idéia primária, a construção de uma usina siderúrgica em São Luís, que se enquadra nos aspectos técnicos exigidos por esse novo estágio da siderurgia no Brasil.

Por outro lado, verificou-se – tanto no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) quanto na Europa, ao longo dos anos 90 – uma acentuada redução no número de altos-fornos ali existentes, acompa-

nhada de aumento da importação de produtos siderúrgicos. Apenas a Arcelor, a maior siderúrgica mundial, projeta uma redução de capacidade instalada de 8 milhões de toneladas, ao longo do período 2005/2010 na França, Bélgica e Alemanha, enquanto se estimam importações na área do Nafta de 12 a 18 milhões de toneladas, para o mesmo período.

Em contraste com esse cenário, a indústria siderúrgica chinesa vem batendo recordes de produção. Em 1990, a China produziu 66,3 milhões de toneladas, o que equivalia a 8,6% do total mundial. Em 2003, esses números chegaram a 220,1 milhões de toneladas – saltaram, portanto, de 66 milhões, em 1990, para 200 milhões de toneladas, em 2003 –, o que correspondeu a 22,8% da produção mundial. Excluindo-se a China, para efeito comparativo, a produção mundial teria crescido anualmente apenas 1,8% no período 1990-2003, e a produção da China, 9,7%.

Em 1996, segundo dados extraídos do Anuário Estatístico Siderúrgico do International Iron and Steel Institute, edição de 2003, a China superou o Japão como maior produtor mundial de aço. Nessa ocasião, a diferença de produção entre os dois países era de 2,4%. Em 2003, já tinha se elevado para 99%.

A siderurgia chinesa na presente década vem mantendo a performance da anterior, sendo que em 2003 a sua produção de aço bruto cresceu 22%; a importação de minério de ferro, 33%; a importação de laminados, 52%; e a de semi-acabados, 21%.

Esses números evidenciam que a siderurgia mundial está ficando cada vez mais dependente e vulnerável à China. Nesse momento, pode-se repetir o comportamento verificado em 1993-1995 em relação às importações, quando elas recuaram de 37 para 15 milhões de toneladas. Fizeram regredir as importações chinesas de produtos siderúrgicos em um total mundial de 17% para 6% em apenas dois anos.

O vigoroso crescimento da indústria siderúrgica chinesa vem requerendo substanciais investimentos. Estimando-se para o período de 1995 a 2001, que eles tenham alcançado o montante de US\$5 bilhões e 600 milhões por ano. Atingiram US\$7 bilhões e 200 milhões em 2002 e US\$16 bilhões em 2003.

Ao longo do biênio 2003/2004, a expansão da capacidade instalada da siderurgia chinesa contemplará números absurdos. Eu peço a atenção dos Srs. Senadores. A expansão da capacidade instalada da China contemplará a instalação de 138 novos altos-fornos; 57 novas coquerias; 53 novas sinterizações; 89 novas aciarias e 97 novas laminações.

Nós estamos, no Maranhão, Senador José Jorge, a quem concedo um aparte, há quarenta anos tentando fazer a instalação de apenas uma laminação.

Quarenta anos de luta para instalar uma laminação e a China, em apenas dois anos, instalará noventa e sete laminações.

Ouço o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro amigo Senador Edison Lobão, eu acho muito importante esse discurso que V. Ex^a faz neste momento, porque nos traz uma série de informações de um setor em que o Brasil é competitivo: a área siderúrgica. O setor privatizado tinha muitos problemas e deu certo essa privatização. As empresas brasileiras, tais como a Gerdau, a Companhia Siderúrgica Nacional e outras, já têm aquisição de fábricas em outros países, inclusive nos Estados Unidos, que são o maior mercado do mundo. E nós verificamos que a China está dando esse salto na área siderúrgica, o que é preocupante para nós. Porque, na realidade, nós temos esse mercado internacional hoje, mas, se no futuro a China continuar com esse padrão de investimento, certamente a China terá esse mercado. E ficamos ainda mais preocupados há pouco tempo, quanto esteve aqui o Presidente da China e o Brasil aceitou declarar que a China era um mercado capitalista, quer dizer, que a China tinha uma economia de mercado. E não o tem! Todos nós sabemos que a China não tem ainda uma economia de mercado. Há muitos subsídios cruzados. Portanto os outros países têm que se proteger de alguma forma de vendas que os chineses ainda hoje praticam no mundo inteiro. Então, eu acho que o Brasil errou em dar esse **status** à China e que nós temos que nos preocupar em investir, não só em siderurgia mas também em energia, porque na realidade sem energia não se pode ter uma indústria siderúrgica forte. Acho muito importante o discurso de V. Ex^a. São informações que muitos de nós aqui, inclusive eu, não conhecíamos sobre a indústria chinesa e, me parece, bastante interessantes para serem trazidas aqui neste momento. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador José Jorge, com a autoridade de quem foi Ministro das Minas Energia – e devo dizer um dos mais eficientes Ministros do Estado deste País, notadamente na área das Minas Energia – discorre com perfeição sobre o tema. Nós temos que tomar nossas precauções. O Brasil é o maior produtor e o maior exportador de minério de ferro do mundo; todavia, não é o maior nem um dos maiores produtores de laminados de aço e seus derivados.

Lamentavelmente falta-nos investimentos, porque o Governo Federal tem-nos negligenciado ao longo das décadas. Nós não podemos nos vangloriar de sermos grandes exportadores de minério de ferro; nós precisamos exportar o aço acabado. E é isso que está fazendo a China, que começou na economia aberta há poucos

anos, e, apesar disso, com sua agilidade administrativa, com sua rapidez, com sua mão de obra, com sua Justiça que funciona com rapidez, com tudo isso junto, a China alcançou patamares extraordinários na produção de aço, tornando-se o maior produtor do mundo e maior exportador e o maior consumidor.

Sr. Senadores, esse elevado volume de investimentos chineses vêm sendo empreendidos basicamente por empresas estatais e, apesar do crescimento da importância delas e das empresas privadas, essas respondem por apenas 12,4% da produção de aço bruto. Já a participação de empresas estrangeiras é pouco representativa, embora tal realidade esteja começando a mudar.

De ponto de vista do Maranhão, a questão siderúrgica não constitui exatamente uma novidade. Quando da descoberta das jazidas de Carajás, apresentou-se a possibilidade de implantar-se uma usina, em São Luís, voltada para o beneficiamento do minério recém-descoberto. Essa possibilidade constou de I Plano Siderúrgico Nacional de 1968, retomada em 1987, no Governo José Sarney, por ocasião do II Plano Siderúrgico Nacional, que propunha duplicar a capacidade instalada na siderurgia brasileira para 50 milhões de toneladas até o ano 2000, a um custo de US\$24 bilhões.

Para atingir essa meta, além das usinas já em operação, quatro novas plantas deveriam ser construídas, sendo duas usinas integradas à Coque (Maranhão e Santa Catarina) e duas laminações (Ceará e o Rio Grande do Sul). No caso do Maranhão, previa-se a implantação de uma usina com capacidade instalada de três milhões de toneladas, especializada em placas.

Ressalte-se que nesse período, ou seja, os anos oitenta do Século passado, a Companhia Vale do Rio Doce já exportava pelo porto de Ponta da Madeira, situado no complexo portuário de São Luís, cerca de 35 milhões de toneladas por ano de minério de ferro, colocando o Maranhão no espaço mundial de acumulação de capital da indústria siderúrgica. Assim, a instalação de uma usina de placas de aço na capital maranhense reafirma uma potencialidade que já foi identificada há quase quarenta anos, objeto de variados planos, quer nacionais, quer estaduais, ao longo de todo esse tempo. A infra-estrutura que se implantou no Estado desde então, os investimentos em logística e transportes, todos convergem para que tão esperado projeto siderúrgico finalmente se concretize.

O processo, neste momento, assumiu uma dinâmica tal que, ao lado dos estudos de implantação da usina Baosteel/Vale, especula-se sobre a possibilidade de se construírem, na mesma área prevista para essa, mais duas plantas semelhantes: uma, fruto de associação

com a empresa coreana POSCO; e a outra, resultante de sociedade com uma empresa alemã.

O empreendimento com os chineses representa uma capacidade de produção de 4,1 milhões de toneladas de placas, em sua primeira etapa, podendo atingir 7,5 milhões de toneladas, na hipótese de instalação de um segundo alto-forno.

Para a concretização deste perfil produtivo, calcula-se uma necessidade de investimentos na ordem de US\$1,4 bilhão, na primeira etapa, demandando-se mais US\$930 milhões para a segunda etapa, totalizando em investimentos US\$2,41 bilhões.

É de importância destacar que, nos citados valores de investimentos, não estão incluídos os dispêndios necessários à instalação do Píer Sul, no Porto da Ponta da Madeira, a serem diretamente bancados pela Companhia Vale do Rio Doce, no total de US\$207 milhões.

Do mesmo modo, também não estão consideradas naquelas cifras, entre outros, as instalações que serão construídas e operadas por terceiros, no total de US\$235 milhões.

Vê-se, portanto, que a instalação apenas da planta da sociedade Vale-Baosteel, conhecida como BV Steel Works, pode proporcionar a realização, no Maranhão, de investimentos da ordem de quase US\$3 bilhões, cujos significados e desdobramentos são da maior importância não só para o Maranhão como para o Brasil como um todo.

Concedo o aparte ao eminentíssimo Senador Moarildo Cavalcanti.

O Sr. Moarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a faz um pronunciamento efetivamente muito importante, principalmente considerando as recentes visitas feitas ao Brasil de vários dirigentes de países que têm procurado estreitar os laços comerciais com o Brasil. Penso que é o momento de o Brasil aproveitar esse panorama mundial e estabelecer essas pontes de maneira definitiva, principalmente com países importantes como a China.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço a contribuição de V. Ex^a.

Em verdade, a China torna-se um parceiro importante, não apenas para o Maranhão, mas para o Brasil, nesse setor e em diversos outros setores. Devemos aproveitar essa possibilidade de parcerias, mas com todo cuidado, para que os demais legítimos e profundos interesses brasileiros não sejam transferidos aos chineses ou a quem quer que seja.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não há, nos âmbitos nacional e estadual, quem possa deixar de apoiar, com entusiasmo, o projeto a que me referi.

Pessoalmente, desde já, levo ao Governo maranhense a ponderação de que se trata de um empreendimento que deve ser considerado de mão dupla, isto é, do interesse do poder público e dos empreendedores. O Estado e a União irão destinar a entidades privadas cerca de dois mil hectares de terras nobres, para as instalações industriais projetadas. As plantas siderúrgicas em atividade vão consumir um volume considerável de água. Há de se ter dos empreendedores, em contrapartida, uma contribuição importante para o Maranhão.

Minha sugestão é que deles se obtenha, no mínimo, uma completa e cabal melhoria do sistema de abastecimento de água na capital.

Recordo neste passo a instalação da Alcoa em nosso Estado, há mais de 22 anos: a empresa, à época, contribuiu com US\$30 milhões (que hoje corresponderiam a cerca de US\$80 milhões, se corrigidos).

Essas são algumas das informações que trago hoje ao conhecimento e debates no Senado da República para que o tema possa ganhar a verdadeira dimensão nacional de que, efetivamente, se reveste.

Se almejamos por desenvolvimento, progresso e paz social, não tenho dúvida de que o projeto siderúrgico do Maranhão será um dos mais importantes instrumentos para o alcance de tais objetivos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO PROFERIDO PELO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nesta etapa vivida por nosso País, em que há uma geral preocupação e mesmo ansiedade na procura dos instrumentos que assegurem o desenvolvimento nacional, suscita-me grande satisfação afirmar, desta tribuna, que estamos em face de um dos maiores investimentos que se realizarão, a curto prazo, no Brasil e até mesmo na América Latina.

Trata-se da associação, que vem sendo estudada desde 2002, do grupo empresarial chinês Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce, destinada à implantação de uma usina siderúrgica para a produção e exportação de placas de aço. É uma integração de empreendedores agora reforçada pela recente visita do Presidente da China ao Brasil e sua comitiva de autoridades e empresários daquele país.

A Vale é uma das maiores exportadoras mundiais de minério de ferro de alta qualidade, proveniente de sua jazida de Carajás, localizada no Estado do Pará, enquanto a Baosteel se apresenta como a maior produtora chinesa de aço. A empresa brasileira detém e

opera uma das mais modernas ferrovias do mundo, a Carajás-Ponta da Madeira, em São Luís, e também mantém na capital maranhense um porto exportador de excelentes condições operacionais, por onde escoa a sua produção de minério.

Pelos estudos já concluídos, verificou-se ser a cidade de São Luís – onde a Vale já possui uma planta de pelotização – a localização mais adequada à implantação do projeto. De um lado, pelos aspectos logísticos; de outro, em razão das extraordinárias condições operacionais e naturais do complexo portuário já existente em São Luís, situado mais próximo aos mercados norte-americano e europeu.

A questão da implantação em São Luís de uma usina siderúrgica, portanto, tornou-se algo concreto, merecendo a melhor atenção dos maranhenses e de todos os brasileiros para o inteligente aproveitamento das grandes oportunidades que advirão de tal empreendimento.

Essa feliz perspectiva interessa particularmente ao Maranhão, mas, pelas suas repercussões e desdobramentos, corresponde igualmente aos mais elevados interesses da Nação brasileira.

Na verdade, o Maranhão, ao longo da nossa História, tem sido um dos entes federativos a dar algumas das mais relevantes contribuições ao progresso nacional. Em passado recente, meu Estado teve significativa importância no fornecimento de gêneros alimentícios ao país. Ficou conhecido como o “Celeiro Nordestino”, em razão do peso da sua produção, especialmente de arroz, no abastecimento do Nordeste e de outras partes do Brasil.

Não são poucos os historiadores econômicos que apontam o papel que essa produção de cereais, proveniente do Maranhão, desempenhou no processo de industrialização que se desenvolveu no Brasil, a partir do Governo JK. Contribuiu para viabilizar a reprodução da força de trabalho empregada nos setores nascentes de transformação, a custo compatível com as necessidades de então.

Peço permissão aos meus pares para o registro de um pouco de história em torno da siderurgia mundial e brasileira nos últimos anos. A partir do processo de privatização do setor, no Brasil, no período 91-93, os investimentos que nele se realizaram privilegiaram a melhoria do mix de produtos, em detrimento da ampliação da capacidade produtiva instalada. Se isso tornou a siderurgia brasileira mais competitiva, ao melhorar o nível tecnológico dos seus produtos, também evidenciou a necessidade do incremento da capacidade de ampliação das plantas em operação e da implantação de novas usinas. Aí surgiu, como idéia primária, a construção de uma usina siderúrgica em São Luís,

que se enquadra nos aspectos técnicos exigidos por esse novo estágio da siderurgia no Brasil.

Por outro lado, verificou-se – tanto no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) quanto na Europa, ao longo dos anos 90 – uma acentuada redução no número de altos-fornos ali existentes, acompanhada de aumento da importação de produtos siderúrgicos. Apenas a Arcelor, a maior siderúrgica mundial, projeta uma redução de capacidade instalada de 8 milhões de toneladas, ao longo do período 2005-2010 na França, Bélgica e Alemanha, enquanto se estimam importações na área do Nafta de 12 a 18 milhões de toneladas, para o mesmo período.

Em contraste com esse cenário, a indústria siderúrgica chinesa vem batendo recordes de produção. Em 1990, a China produziu 66,3 milhões de toneladas, o que equivalia a 8,6% do total mundial. Em 2003, esses números chegaram a 220,1 milhões de toneladas, o que correspondeu a 22,8% da produção mundial. Excluindo-se a China, para efeito comparativo, a produção mundial teria crescido anualmente apenas 1,8% no período 1990-2003, e a da China, por sua vez, 9,7%. Em 1996 – segundo dados extraídos do Anuário Estatístico Siderúrgico do International Iron and Steel Institute, edição de 2003 –, a China superou o Japão como maior produtor mundial. Nessa ocasião, a diferença de produção entre os dois países era de 2,4%. Em 2003, já tinha se elevado para 99,2%!

A siderurgia chinesa, na presente década, vem mantendo a performance da anterior, sendo que em 2003 a sua produção de aço bruto cresceu 22,0%; a importação de minério de ferro, 32,9%; a importação de laminados, 51,8%; e a de semi-acabados, 21,3%.

Esses números evidenciam que a siderurgia mundial está ficando cada vez mais dependente e vulnerável à China. Neste momento, pode repetir-se o comportamento verificado em 1993-1995, em relação às importações, quando elas recuaram de 36,9 para 14,8 milhões de toneladas. Fizeram regredir a participação das importações chinesas de produtos siderúrgicos, no total mundial, de 17,2% para 6,3% em apenas dois anos.

O vigoroso crescimento da indústria siderúrgica chinesa vem requerendo substanciais investimentos, estimando-se para o período 1995-2001 que eles tenham alcançado o montante de US\$5,6 bilhões por ano. Atingiram US\$7,2 bilhões em 2002 e US\$16,2 bilhões em 2003. Ao longo do biênio 2003-2004, a expansão da capacidade instalada da siderurgia chinesa contemplará a instalação de 138 novos altos-fornos, 57 novas coquerias, 53 novas sinterizações, 89 novas acarias e 97 novas lamações.

Esse elevado volume de investimentos vem sendo empreendido basicamente por empresas estatais e, apesar do crescimento da importância das empresas privadas, estas respondem por apenas 12,4% da produção chinesa de aço bruto. Já a participação de empresas estrangeiras é pouco representativa, embora tal realidade esteja começando a mudar.

De modo geral, portanto, o enorme dinamismo da siderurgia chinesa contrasta com o estágio de maturidade do setor nos países desenvolvidos. Ademais, enquanto a siderurgia chinesa mostra uma crescente tendência de fragmentação, uma trajetória oposta foi verificada na Europa, Japão e Estados Unidos.

Do ponto de vista do Maranhão, a questão siderúrgica não constitui exatamente uma novidade. Quando da descoberta das jazidas de Carajás, apresentou-se a possibilidade de implantar-se uma usina em São Luís, voltada ao beneficiamento do minério recém-descoberto. Essa possibilidade constou do I Plano Siderúrgico Nacional de 1968, retomada em 1987, no Governo José Sarney, por ocasião do II Plano Siderúrgico Nacional, que propunha duplicar a capacidade instalada da siderurgia brasileira para 50 milhões de toneladas até o ano 2000, a um custo de US\$24,5 bilhões. Para atingir essa meta, além da ampliação das usinas já em operação, quatro novas plantas deveriam ser construídas, sendo duas usinas integradas a coque (Maranhão e Santa Catarina) e duas lamações (Ceará e Rio Grande do Sul). No caso do Maranhão, previa-se a implantação de uma usina com capacidade instalada de três milhões de toneladas, especializada em placas.

Ressalte-se que, desde os anos 80 do século passado, a Companhia Vale do Rio Doce já exportava pelo porto da Ponta da Madeira, situado no complexo portuário de São Luís, cerca de 35 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, colocando o Maranhão no espaço mundial de acumulação de capital da indústria siderúrgica. Assim, a instalação de uma usina de placas de aço na capital maranhense reafirma uma potencialidade que já fora identificada há quase 40 anos, objeto de variados planos, quer nacionais, quer estaduais, ao longo de todo este tempo. A infraestrutura que se implantou no Estado desde então, os investimentos em logística e transportes, todos convergem para que o tão esperado projeto siderúrgico finalmente se concretize.

O processo, neste momento, assumiu uma dinâmica tal que, ao lado dos estudos de implantação da usina Baosteel/Vale, se especula sobre a possibilidade de construir-se, na mesma área prevista para esta, mais duas plantas semelhantes, uma fruto de associação com a empresa coreana Posco e a outra, resultante de sociedade com uma empresa alemã.

O empreendimento com os chineses significa uma capacidade de produção de 4,1 milhões de toneladas de placas em sua primeira etapa. Pode atingir 7,5 milhões de toneladas, na hipótese de instalação de um segundo alto-forno.

Para a concretização deste perfil produtivo, calcula-se uma necessidade de investimentos na ordem de US\$1,4 bilhão na primeira etapa, demandando-se mais US\$930 milhões para a segunda etapa, o que totaliza investimentos de US\$2,41 bilhões.

É de importância destacar que nos citados valores de investimentos não estão incluídos os dispêndios necessários à instalação do Píer Sul, no Porto da Ponta da Madeira, a serem diretamente bancados pela Companhia Vale do Rio Doce, no total de US\$207 milhões. Do mesmo modo, também não estão consideradas naquelas cifras, entre outros, as instalações que serão construídas e operadas por terceiros, no total de US\$235 milhões.

Vê-se, portanto, que a instalação apenas da planta da sociedade Vale-Baosteel, conhecida como *BV Steel Works*, pode proporcionar a realização no Maranhão de investimentos da ordem de quase US\$3 bilhões, cujos significados e desdobramentos são da maior importância não só para o Maranhão, mas para o Brasil como um todo.

Na hipótese de instalação das três usinas cogitadas, a produção de placas no pólo de São Luís poderia alcançar quantidade de 22,5 milhões de toneladas em 2013, o que corresponde a 70% da atual produção brasileira. São Luís seria um dos principais produtores nacionais de aço. Os investimentos a serem aplicados nessas hipóteses significariam o triplo do valor atual do PIB maranhense.

Por tais dimensões, tem-se que este não é um empreendimento que diga respeito somente ao Maranhão, mas se reporta à própria economia brasileira. Projeta-se para o período 2002-2015 um efeito acumulado sobre o PIB nacional equivalente a R\$29,7 bilhões, segundo estudos da Phorum Consultoria, de titularidade do ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento Prof. Paulo Haddad, o que corresponde a 2,6 vezes o PIB do Maranhão, no ano de 2002.

Apesar do impacto negativo sobre a Balança Comercial nos três primeiros anos, referentes à implantação do projeto, o superávit gerado durante sua operação é estimado, em termos anuais, a partir de 2010, em aproximadamente US\$1,7 bilhão.

E mais: as estimativas também revelam que o projeto gera uma necessidade adicional de mão de obra com perspectivas que equivalem a uma média anual de 79,5 mil trabalhadores em toda a cadeia produtiva direta e indireta, envolvendo, entre outros agentes, os

fornecedores de fabricantes de equipamentos que serão produzidos pelo projeto.

Quanto ao Maranhão, os investimentos previstos representam uma elevação na taxa média anual de crescimento do Estado em 1,85 ponto percentual. Isto significa que, na ausência do projeto, espera-se, para o período 2004-2015, um crescimento econômico na ordem de 4,01% a. a. Com a implantação do pólo, este crescimento se eleva para 5,86% a. a. Em relação ao PIB, este atingiria, a preços de 2002, R\$21,9 bilhões no ano de 2015, valor 21,4% superior ao PIB tendencial da economia maranhense. Isto elevaria a participação do Maranhão na economia brasileira dos 0,84%, de 2002, para 1,04% em 2015.

A implantação do Pólo Siderúrgico em São Luís implica, naturalmente, em mudanças estruturais marcantes para a economia maranhense. Elevaria a participação do setor secundário na estrutura produtiva do Estado, situada presentemente em 20% a valores de 2002, para 34% em 2015, na hipótese de instalação de apenas uma planta.

Serão pressurosamente notórios, na efetivação de um projeto que espera um atuante interesse das nossas autoridades maiores, os efeitos quanto à geração de empregos diretos e à massa salarial. Estima-se que esta alcance R\$613 milhões na etapa relativa à implantação, em termos diretos. Pelo efeito multiplicador, eleva-se a cerca de R\$1,518 bilhão, a partir do que acontece na Companhia Siderúrgica do Tubarão, cujo perfil se assemelha bastante ao da usina que se implantará em São Luís.

Em termos de compras locais – considerando-se a construção e a hipótese da instalação das 3 plantas -, estimam os especialistas um volume de R\$2,84 bilhões, que se elevará sobremaneira pelo efeito multiplicador.

A magnitude dos números aqui expostos não deixa dúvidas de que estamos nos referindo a um dos maiores investimentos, a curto prazo, que se oferecem ao Brasil.

Destaque-se nesta oportunidade, Sr. Presidente, que o problema da pobreza, em meu Estado, não se vincula, como se pensa, à má distribuição de renda. Recentes estudos do pesquisador Ricardo Paz e Barros, do Ipea, e de Mirela Carvalho e Samuel Franco, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS – sobre a pobreza no Maranhão, demonstraram isso. O cerne da questão maranhense está na qualidade e produtividade dos postos de trabalho de nossa economia. Em outros termos: os maranhenses têm trabalho, mas em ocupações de tão baixa produtividade que sua remuneração os coloca entre os mais pobres do Brasil.

Conclui-se que a superação desse problema se prende diretamente ao crescimento do produto maranhense, sobretudo em setores que apresentem um maior índice de produtividade e remuneração. Este vem a ser precisamente o caso da instalação do Pólo Siderúrgico de São Luís. Estudos de especialistas da área siderúrgica têm demonstrado que os salários praticados no setor são tradicionalmente acima da média da indústria de transformação, dada a boa qualidade dos empregos gerados.

As projeções mais conservadoras sobre a geração de empregos na usina, em sua fase de operação, apontam para um número de 4 mil postos diretos de trabalho, afora a demanda de mão de obra para a fase de construção, a que iremos nos referir mais adiante.

O Governo maranhense vem adotando uma estratégia global de abordagem da questão. Apóia e facilita os empreendimentos que dependem do Poder Público, mas sempre atento para a inclusão dos maranhenses nos benefícios do projeto, quer em termos de emprego, quer em termos de criação de negócios pelos empreendedores locais. A preservação do meio-ambiente e das especificidades sociais e culturais dos maranhenses igualmente constituem vetores da matriz de decisão das autoridades locais.

Em termos concretos, os governos anteriores muito já fizeram para a qualificação em vários setores da mão de obra maranhense. No atual governo, foi elaborado e está em fase inicial de execução o "Plano Estadual de Capacitação de Recursos Humanos para o Distrito Siderúrgico de São Luís-Fase I-Implantação", coordenado pela Secretaria estadual de Ciência e Tecnologia, e que tem como meta capacitar 15 mil profissionais no Maranhão até abril de 2005, em 26 diferentes áreas de ocupações profissionais. Essas centenas de milhares de profissionais serão necessárias na fase de construção. No pique das obras, previsto para janeiro de 2007, o projeto demandará a colaboração de 14 mil trabalhadores, e outras centenas terão de ser contratadas para as obras do Píer Sul.

Quanto à questão das populações residentes na área industrial onde se instalarão as plantas, o Governo estadual vem realizando um conjunto de estudos e projetos voltados à identificação da sua realidade sócio-econômica. O objetivo é efetivar um processo negociado e planejado de reassentamento em outros locais, onde os reassentados possam desfrutar de melhores condições sócio-econômicas que as atuais. Será, portanto, mais uma etapa para o poder público transformar o processo em uma oportunidade de promoção pessoal, familiar e profissional. Assinale-se, neste aspecto, a participação e comprometimento dos empreendedores, que se sensibilizaram com os argu-

mentos estaduais, no que diz respeito às suas responsabilidades na empreitada.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não há, nos âmbitos nacional ou estadual, quem possa deixar de apoiar com entusiasmo o projeto a que me referi, de evidente interesse para o Brasil. O Maranhão está no limiar de uma nova era de progresso, desenvolvimento e inclusão social, diante da perspectiva de ver implantado na sua capital, depois de quase 40 anos de estudos, expectativas, esperanças e frustrações, um projeto siderúrgico de escala mundial, que tem muito a contribuir para o estado e para o próprio País.

Pessoalmente, desde já levo ao Governo maranhense a ponderação de que se trata de um empreendimento que deve ser considerado de mão dupla, isto é, do interesse do poder público e dos empreendedores. O Estado e a União irão destinar a entidades privadas cerca de dois mil hectares de terras nobres para as instalações industriais projetadas. As plantas siderúrgicas em atividade vão consumir um volume considerável de água. Há de se ter dos empreendedores, em contrapartida, uma contribuição importante para o Maranhão.

Minha sugestão é que deles se obtenha, no mínimo, uma completa e cabal melhoria do sistema de abastecimento de água na capital.

Recordo neste passo a instalação da Alcoa em nosso Estado, há mais de 22 anos: a empresa, à época, contribuiu com US\$30 milhões (que hoje corresponderiam a cerca de US\$80 milhões) para a formação do sistema Italuís de água, deficitário nos dias atuais.

Essas são algumas das informações que trago hoje ao conhecimento e debate do Senado da República para que o tema possa ganhar a verdadeira dimensão nacional de que, efetivamente, se reveste.

Se almejamos por desenvolvimento, progresso e paz social, não tenho dúvida de que o projeto siderúrgico do Maranhão será um dos importantes instrumentos para o alcance de tais objetivos.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, ainda dentro do critério de permitar os oradores regularmente inscritos com as breves comunicações, à nobre Senadora Heiloísa Helena, que fala por cessão deste Presidente.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, nobre Senadora.

A SR^a HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.0) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a, a cessão do tempo.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, farei umas brevíssimas comunicações – em função de o tempo

disponibilizado pelo Regimento ser menor – sobre uma reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que acontecerá amanhã e que tem como ponto de pauta a farsa técnica e a fraude política da transposição do rio São Francisco.

Antes, porém, eu não poderia deixar de solidarizar-me com o Senador Papaléo Paes. Fui informada da solenidade que aconteceu no Amapá. S. Ex^a, de forma delicada, fez as considerações, cumprimentando o povo do Amapá pela conquista em relação ao aeroporto.

Sinto-me na obrigação de prestar a minha humilde e pequena solidariedade porque vivencio esse mesmo tipo de procedimento perverso e cruel no meu Estado de Alagoas.

Na solenidade realizada no Estado do Amapá, com toda a pompa, toda a festa, houve um gesto não apenas de indelicadeza política, mas de desrespeito ao povo do Amapá, que escolheu o Senador Papaléo Paes como um de seus dignos representantes. S. Ex^a foi tratado de forma inconveniente, pois sequer foi anunciado.

Senador Papaléo Paes, tenha certeza de que sei que esse fato não lhe causa qualquer dor ou constrangimento. Certamente, o ato de V. Ex^a, tendo deixado sutilmente a solenidade para atender os filhos da pobreza nos Capuchinhos – trabalho que realiza de forma voluntária como médico – certamente é mais importante do que qualquer outra coisa, qualquer solenidade.

O poder tem disso mesmo. Infelizmente, os Governos são assim: copiam uns aos outros de forma pouco criativa. Os Governos sempre preferem os farsantes que a eles se dobram e chafurdam com desenvoltura nas pociegas do poder àqueles que não aceitam que se coloquem dobradiças em suas costas e defendem suas posições.

Portanto, Senador Papaléo Paes, solidarizo-me com V. Ex^a. Tenha certeza de que não é o único a passar por esse tipo de perversidade, com requinte de残酷. Esses fatos também ocorrem em Alagoas.

Sr. Presidente, amanhã haverá reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e a pauta – volte a repetir – é a farsa técnica e a fraude política da transposição do rio São Francisco, que vem sendo apresentada ao povo brasileiro como a panacéia para resolver todos os males e a única alternativa para, supostamente, minimizar a dor e o sofrimento dos filhos da pobreza.

Sabemos todos – inclusive o Senador José Jorge – que existem tantas outras alternativas concretas, ágeis e eficazes com menor custo, além de vasta tecnologia a ser disponibilizada, que não seria necessária a transposição do rio São Francisco. No entanto,

todos os Governos vivenciam um comportamento assemelhado a uma verdadeira tara no sentido de fazer obras faraônicas. O Senador José Jorge define esse procedimento como a vontade de viabilizar pirâmides. Os Governos apresentam uma tendência a desenvolver essa prática e as grandes obras às vezes acabam sendo elencadas no rol das construções inacabadas, mas não há jeito: utilizam, de preferência, ampla divulgação por meio de muitas, belas e caríssimas peças publicitárias e chamam inúmeras pessoas para participar da instalação das pedras fundamentais a fim de vender ilusões, ludibriando mentes e corações.

Tive a oportunidade de participar de várias audiências públicas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Não existia unanimidade nas reuniões, porque, diante, supomos, de 40 votos, sempre havia dois integrantes do Governo Federal que apresentavam manifestações contrárias. Mas a ampla maioria, 99%, dos membros efetivos que participaram de todas as plenárias, de todas as audiências públicas do Comitê da Bacia Hidrográfica, foram contrários ao projeto de transposição do Governo e fizeram todas as considerações necessárias. Primeiro, alguns dos Estados supostamente beneficiados com a transposição dessas águas não precisam delas. O que falta é um claro gerenciamento do uso da água. Por exemplo, o Ministro Ciro Gomes, do Estado do Ceará, encontra-se muito empenhado, nervoso, quase beirando a histeria, para viabilizar esse projeto. Todos sabem que não existem problemas de ausência de água no Ceará, mas sim ausência de gerenciamento no uso da água, e o mesmo ocorre em outros Estados que, supostamente, serão beneficiados. Todos sabem que menos de 2% do projeto passa perto do semi-árido dos Estados que seriam beneficiados. Ou seja, 1% será para abastecimento humano e animal, mas 90% serão para os megaprojetos de grandes latifundiários e para viabilizar o que todos sabem: agricultura de exportação de algodão colorido, aquelas frutas lindíssimas – e sem gosto nenhum – que enfeitam os hotéis americanos, a soja transgênica para servir de ração para os porcos da Comunidade Européia, e outras coisas mais.

Senador Eduardo Siqueira Campos, sei que o meu tempo está se encerrando.

Todo o Comitê da Bacia Hidrográfica, por unanimidade, em todas as audiências públicas, em todas as plenárias, decidiu pela negativa ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco. A última plenária oficial, realizada em Salvador, chegou à conclusão de que o Comitê da Bacia Hidrográfica diz não ao projeto de transposição do rio São Francisco apresentado pelo Governo. Todavia, para derrotar a demagogia do Governo, que dizia ser o projeto para abastecimento humano, o Comitê abriu

uma exceção e afirmou: se for para viabilizar o consumo humano e animal nós aceitamos a obra. Agora, o Governo se apropria disso para dizer que o Comitê da Bacia Hidrográfica aceitou a transposição.

Faço um apelo para que na reunião de amanhã do Conselho Nacional de Recursos Hídricos o Governo não ouse fraudar a decisão do Comitê da Bacia Hidrográfica contra a transposição do Rio São Francisco. A única exceção foi feita para derrubar a mentira, a demagogia do Governo, de que a obra seria para abastecimento humano. Abriu-se uma exceção unicamente para o abastecimento humano e animal.

O Governo se utilizar dessa decisão, agora, para viabilizar essa fraude política e essa farsa técnica que é a transposição do rio São Francisco é um atentado contra um importante instrumento conquistado pelo povo brasileiro, que são os Comitês de Bacias Hidrográficas.

Portanto, Sr. Presidente, espero que se possa decidir a utilização de outras alternativas para uso da água. Há várias tecnologias hoje que podem viabilizar projetos de irrigação com custo mais baixo e menor utilização da água. Temos a necessidade de revitalização do Rio São Francisco e a imperiosa necessidade de investimentos em outros componentes de matriz energética para que o rio possa cumprir o seu destino. Há obras que podem dar muito dinheiro para as empreiteiras, para as construtoras e até para os seus serviços da política que molham suas respectivas mãos com as propinas. Podem fazer saneamento básico em 503 Municípios da bacia hidrográfica do rio São Francisco que estão jogando seus esgotos **in natura** nos seus afluentes ou diretamente no rio São Francisco.

Apelo para que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que se reúne amanhã, não fraude a decisão absolutamente legítima que foi tomada. Por que não fazem um plebiscito com todo o Nordeste, até para que os Estados que supostamente seriam beneficiados possam estar juntos também nessa discussão? Um plebiscito não apenas entre os Estados que estão no Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, mas com todo o nordeste, para que possamos desmascarar essa farsa e efetivamente apresentar argumentos nesse sentido.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Espero que amanhã não tenhamos que conviver com um gesto antidemocrático como esse que está sendo discutido pelos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência vai conceder a palavra ao Senador José Jorge por permuta com o Senador Mão Santa para preservar o uso da palavra por S. Ex^a, que estava em plenário.

S. Ex.^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o Senador Mão Santa foi receber o Presidente do Paquistão, que visita a Casa neste momento.

Em primeiro lugar, eu gostaria de me solidarizar com a Senadora Heloísa Helena. Realmente, como ela, considero a transposição do rio São Francisco um projeto faraônico e absurdo, do ponto de vista técnico. Dezenas de adutoras poderiam ser construídas. Por exemplo, em Pernambuco existem apenas duas adutoras do rio São Francisco, Senadora, que abastecem as cidades localizadas na bacia do rio. A última demorou anos para ser construída e seu custo é muito menor do que a transposição.

Trata-se de um projeto que será iniciado, mas não concluído. O tipo de enganação que nós nordestinos, com a experiência que adquirimos, não podemos admitir. Penso que também devemos fazer um apelo a fim de que amanhã o Conselho Nacional de Recursos Hídricos possa, de uma vez por todas, arquivar o projeto e investir o pouco dinheiro de que dispõe na construção de adutoras e em saneamento básico, atendendo, assim, os Municípios localizados na bacia. Enfim, recuperar o rio São Francisco antes de retirar sua água para outras bacias.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, após muito vacilar, finalmente o Governo Federal realizará leilão para a venda de energia elétrica no início do próximo mês, dia 7 de dezembro. O Governo já está completando dois anos. Quando assumiu, chegávamos ao fim de uma dura transição no modelo do setor elétrico, e, ao invés de dar continuidade e de fazer as devidas correções a fim de que o modelo continuasse a ser implantado e que concluíssemos a transição, não. Anunciou que implantaria um novo modelo. Na realidade, criou uma nova transição. Os anos de 2003 e 2004 foram perdidos. Consumimos o excesso de energia que existia, cerca de 10 mil Megawatts. Não houve novos investimentos.

O megaleilão ocorrerá no próximo dia 7, quando serão leiloados 55 mil Megawatts da chamada energia velha, ou seja, aquela que provém de usinas hidrelétricas já em operação, em sua maioria já amortizadas.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o Governo inventou uma maneira nova de vender essa energia, por meio de megaleilões. Todas as distribuidoras que vendem energia, ou as comercializadoras, e todas as geradoras entram num único leilão. Então, na realidade é uma operação única. Pela primeira vez no mundo será feita essa operação, que pode ser considerada de alto risco. Portanto, todos devemos torcer para que dê certo.

Esse será, sem dúvida, o primeiro grande teste a que o novo modelo proposto pelo Governo Federal se submeterá. Será a oportunidade de recontratação da energia liberada nos contratos iniciais, que são reduzidos à razão de 25% ao ano. Isso terá como consequência a sinalização de preço para novos investimentos na ampliação da geração de energia elétrica.

Isto é, ficou combinado, por uma lei aprovada no Congresso, que, conforme fossem terminando os contratos que as distribuidoras tinham com as geradoras, seriam liberados 25% ao ano, para que pudéssemos ter um mercado livre, com o preço sendo definido pela oferta e pela procura. Quando isso começou, em 2003, foram liberados 25%; em 2004, 25%; e em 2005 e 2006, em cada ano, serão liberados 25%.

Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, em notícia divulgada hoje, 50 empresas estão pré-qualificadas para o leilão. São 34 empresas compradoras, ou seja, aquelas distribuidoras ou comercializadoras, e 16 vendedoras, que são as geradoras com excesso de energia em virtude das sobras dos contratos iniciais – os tais 25% –, que a partir do primeiro dia do próximo ano, reduzem em um quarto do que foi contratado quando das novas concessões. É esse percentual que explica o grande volume da energia que está sendo licitada. O que está sendo licitado é a energia que existe; é apenas uma distribuição entre as geradoras que produzem energia e as distribuidoras. Não há um megawatt novo, é a mesma energia que está sendo leiloada.

É interessante observar que algumas empresas, como a Cemig, a CEEE, a Escelsa, entre outras, estão habilitadas tanto como compradoras quanto como vendedoras. Isto decorre do fato de que essas empresas são verticalizadas, ou seja, têm ativos de geração e exercem atividades de distribuição da energia elétrica. Contudo, elas correm o risco de, em longo prazo, vender energia a um custo menor do que poderão ser forçadas a adquirir no mercado em épocas de desequilíbrio entre a oferta e a procura. O interessante nesse modelo é que as empresas não poderão ser produtoras. Elas terão que entrar em um leilão para vender a energia que produzem e entrar em um leilão para comprar a energia de que necessitam. Pode acontecer o fato pitoresco de uma empresa vender a sua energia a R\$60,00 o megawatt e comprar por R\$70,00 o mesmo megawatt. Se for uma empresa pública, quero ver como o administrador vai explicar isso ao Tribunal de Contas.

Toda a energia atualmente disponível deverá ser vendida antes que sejam leiloadas energias “novas”, ou seja, aquelas que estão sendo construídas ou que já têm licença ambiental já concedida para a constru-

ção. Portanto, essa energia “antiga” está sendo leiloada agora e depois haverá um outro leilão – Deus sabe quando! – em que serão leiloadas as energias “novas”, essas tais que ou são hidrelétricas ou termelétricas que estão descontratadas ou aquelas que estão em obras, mas com licença ambiental concedida.

Nesse sentido, o leilão sinalizará para os agentes do setor elétrico sobre a oportunidade ou não de fazer novos investimentos, já que o preço resultante do leilão será o “balizador” do mercado. Vai dar um preço e esse preço é que vai balizar se vale ou não a pena fazer os investimentos.

Esse é um dos maiores riscos do novo modelo proposto, que poderá implicar a viabilidade ou inviabilidade de novos investimentos. Se os preços forem muito depressionados, em especial porque 80% da energia gerada está nas mãos do Estado – através das empresas estatais, como Furnas, Eletronorte, Chesf etc –, novos investidores não se sentirão atraídos para fazer novas inversões de capital.

Como o Governo é detentor de grande quantidade de energia, ele tem toda a possibilidade de manipular os preços de mercado. Se o Estado resolver baixar muito o preço da energia, com o intuito de garantir menores preços para o consumidor final, corremos o risco de gerar artificialmente um mercado de energia não atrativo e, com isso, criar condições para um rationamento ou um “apagão” no futuro.

Algumas decisões prévias do Governo têm preocupado os investidores. A primeira delas foi a de mudar o indexador do IGPM para o IPCA. O IGPM é mais influenciado pelo dólar do que o IPCA. Ainda que a longo prazo a mudança não faça muita diferença, a experiência mostra que todos os índices de preço, a longo prazo, chegam próximos uns dos outros. Este ano, por exemplo, o IGPM seria um indicador melhor para o consumidor e pior para o investidor do que o IPCA. Por quê? Porque, como o dólar está caindo, o IGPM será menor do que o IPCA. A mudança não foi feita para beneficiar ou prejudicar o investidor, mas ela agora está beneficiando, porque, com a queda do dólar, o IGPM tende a ser menor do que o IPCA. As empresas deverão fazer operações de *hedge*, como a compra de dólares, por exemplo, o que onera financeiramente os agentes de mercado, e, por conseguinte, repassam esse custo ao consumidor final.

Uma questão interessante sobre o modelo do setor elétrico brasileiro, que muitas vezes esquecemos, é que o setor em toda uma estrutura de preço que define a tarifa. É um sistema com preço controlado, a tarifa é controlada. Isso significa que todo aumento de custo corresponde a um aumento do preço da energia. Então, não adianta criar novos encargos para

as empresas porque isso, na verdade, é repassado diretamente para o consumidor, porque os preços, o lucro, tudo é controlado – não há concorrência; é uma empresa para cada Estado –, principalmente para o consumidor residencial; para o consumidor industrial, a situação é um pouco diferenciada.

Outra dificuldade é que o Governo optou por não definir preços mínimos, o que era uma reivindicação dos investidores.

A avaliação dos especialistas em mercado de energéticos é que a era de energia barata está findando. A tendência, daqui para frente, é que a fatura de eletricidade continue subindo, na medida em que forem escasseando as fontes de hidroeletricidade já amortizadas.

É possível que o megaleilão evite uma explosão inicial no preço da energia elétrica, mas não será suficiente para garantir a modicidade tarifária por muito tempo. E sem um sinal favorável a novos investimentos, poderemos vislumbrar novos racionamentos ou novos “apagões” no futuro.

Segundo levantamentos do mercado, o Brasil precisa investir cerca de R\$13 bilhões anuais, nos próximos dez anos, em geração de energia elétrica. Como o Estado não tem capital, grande parte deste valor deverá vir de recursos privados.

Para agravar este quadro, temos ainda a forte carga tributária nas faturas de eletricidade. Recentemente, o Governo Federal – todos sabemos – aumentou as alíquotas do PIS de 0,65% para 1,65% e da Cofins de 3% para 7,6%.

Segundo a Associação das Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee, só a mudança desses dois impostos deve representar uma alta de 3% nas tarifas, sem falar que a carga tributária poderá atingir 43,83% das receitas das distribuidoras nos próximos anos, por meio da esperada unificação das alíquotas do ICMS em torno de 25%.

Segundo Cláudio Salles, da Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica – CBIEE, “a elevada tributação do setor elétrico é um dos principais componentes da ‘matriz de risco’. O setor tem uma receita bruta de R\$80 bilhões anuais, dos quais R\$32 bilhões são impostos e encargos”.

Além disso, incidem sobre a fatura de eletricidade os custos pelo uso da transmissão e da distribuição, bem como encargos setoriais, como a CCC – Conta de Consumo de Combustíveis, a CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, o Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, e a RGR – Reserva Global de Reversão, dentre outros.

Outras dificuldades à atração do capital privado são: restrições de natureza legal, fraqueza do mercado de capitais, instabilidade econômica, o risco político e regulatório e as questões ambientais.

Mas, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, recentemente fomos surpreendidos com a informação de que a Eletrobrás e a Petrobras prorrogaram o contrato de fornecimento de energia para a cidade de Manaus. Com o acordo, a empresa americana El Paso vai continuar fornecendo energia por mais cinco anos.

Com esse acordo, derrubou-se o leilão que estava sendo preparado, no valor estimado de US\$10 bilhões, para abastecimento da região Norte, no caso Manaus, pelo período de 20 anos.

Segundo notas da imprensa, a licitação já contava com o interesse de 17 empresas. O prazo de entrega das propostas estava marcado para o dia 31 de maio último. A Eletrobrás alegou que não teria tempo útil para fazer uma licitação, que tem metade do vencimento previsto para janeiro próximo e o restante para depois de 12 meses.

É difícil dizer que essa licitação não ocorreu por falta de tempo, porque estava previsto há anos o encerramento desse contrato para agora. É como uma mulher grávida dizer que não teve tempo de comprar o berço para a criança, pois já sabia quando a criança ia nascer desde que ficou grávida. Aqui é a mesma coisa, não é, Presidente? E V. Ex^a entende disso melhor do que eu. Não há desculpa nenhuma para que não se fizesse a licitação.

De fato, a licitação sofreu alguns percalços em função de liminares concedidas pela Justiça do Amazonas. Contudo, desde a semana passada, essas liminares foram derrubadas.

Ainda segundo os interessados na licitação, não havia necessidade dessa prorrogação por cinco anos. Se não foram tomadas as medidas em tempo para garantir a licitação, bastaria prorrogá-la até o prazo que garantisse o processo legal.

O que provocou surpresa no mercado foi o fato de a Ministra, que até muito pouco tempo era uma crítica ferrenha ao contrato da El Paso, ter declarado que “o leilão garantiria mais transparência e preços mais baixos”. Portanto, na realidade, o leilão foi realizado aparentemente contra a vontade da Ministra, porque S. Ex^a durante todo o tempo dizia que o leilão daria preços mais baixos, o que talvez fosse o desejado. No entanto, o leilão foi adiado, a El Paso teve um contrato de mais cinco anos sem licitação, e ninguém sabe por que preço ou como foi acertado.

O que mudou de lá para cá? É isso o que esta Casa deve investigar. Vou, portanto, apresentar um requerimento pedindo explicações à Sr^a Ministra de Minas e Energia para a solução de continuidade do processo licitatório.

Em primeiro lugar, vamos indagar por que a licitação não foi realizada. Por que há a necessidade de um

contrato tão extenso, de cinco anos, de fornecimento de energia elétrica para a cidade de Manaus, no valor de R\$10 bilhões? Por que esse contrato foi renovado, quando o próprio Ministério há meses vem dizendo que faria uma licitação?

Isso é grave, Sr Presidente. Apresentamos o requerimento para ter as informações básicas. A partir daí, iniciaremos todo um processo de investigação.

Srs e Srs. Senadores, procurei, em rápidas palavras, traçar um perfil da situação atual do setor elétrico brasileiro.

Espero, sinceramente, que o futuro não confirme a afirmativa de **O Estado de S. Paulo**, em matéria intitulada “Novo modelo não reduz tarifa”, publicada no dia 16 último, que divulga que “a era da energia barata definitivamente ficou para trás. Apesar dos esforços do Ministério de Minas e Energia com o novo modelo do setor elétrico, a conta da luz continuará subindo e comprometendo a renda do consumidor, ao mesmo tempo em que trará preocupação quanto à inflação”.

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de falar exatamente desta preocupação. Foi feito todo um esforço, inclusive do Congresso, para se aprovar esse novo modelo. Depois de dois anos, o modelo realiza a sua primeira licitação, com energia velha, e ninguém sabe que sinalização dará para os novos investimentos, porque, na realidade, a forma de contratar a energia velha nunca será uma forma que vai trazer energia nova para o País. Precisa-se de incentivos para investimentos e de preço justo que equilibre os investimentos realizados e ofereça uma tarifa módica ao consumidor. É isso que o Ministério prometeu com as alterações do modelo, mas, infelizmente, apesar de o Governo completar dois anos no final do mês de dezembro, nenhum desses dois objetivos foi atingido.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela ordem.) – Peço a V. Ex^a a palavra, por cinco minutos, pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, tendo em vista a ausência do Líder, por cinco minutos.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo

Paes, Sr^{os}s e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna trazer boas notícias e perspectivas para o meu Estado de Minas Gerais no que se refere ao investimento em infra-estrutura de transportes para o próximo ano.

Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, a postura sensata que o Governo Federal, por intermédio do ilustre companheiro de Partido, Ministro Alfredo Nascimento, está sinalizando para 2005 traz investimentos estimados em R\$600 milhões na malha rodoviária federal, o que já se fazia necessário e que já havia passado da hora.

A referida malha corta mais de 20% do meu querido Estado de Minas Gerais. O montante não atende ainda à real necessidade do Estado, mas, bem aplicado, será fundamental para realizar reparos emergenciais em trechos que se encontram em estado crítico.

Dedicar especial atenção a Minas Gerais tem de ser mesmo uma regra no Ministério dos Transportes e no Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre, Dnit, pois nossa malha rodoviária federal não é apenas a maior entre os demais Estados, mas também integra os principais corredores de ligação norte-sul e oeste-leste do País nas principais rotas de escoamento de toda a produção nacional.

A proposta de Orçamento da União enviada ao Congresso Nacional, Sr. Presidente, prevê R\$3,5 bilhões para o Ministério dos Transportes, sendo R\$3 bilhões de investimentos para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre, Dnit. Desse montante, estão previstos para Minas Gerais R\$321 milhões.

Votaremos em breve, nesta Casa, um aditivo que destina mais de R\$2,5 bilhões ao Ministério dos Transportes em 2005, já autorizados pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Minas Gerais, por intermédio deste projeto, poderá receber mais de R\$150 milhões.

Se confirmados e efetivamente executados, os recursos chegarão ao Estado de Minas Gerais em muito boa hora para que finalmente alguns sonhos de realização nesse setor sejam atingidos.

Um exemplo é o anel rodoviário de nossa capital, Belo Horizonte, por onde trafegam milhares e milhares de veículos diariamente, com um fluxo considerável em todos os horários. O próprio Ministro Alfredo Nascimento, com a sua sensibilidade, constatou pessoalmente, na semana passada, em uma rápida vistoria, as precárias condições daquele trecho.

O Ministro anunciou em visita recente ao nosso Estado que vai destinar no Orçamento da União de 2005 nada menos que R\$80 milhões para a recuperação do anel rodoviário de Belo Horizonte, com duas parcelas do mesmo valor previstas para os anos seguintes, totalizando um investimento de R\$240 milhões, montante estipulado para sanar as necessidades da parte do anel.

Também foram anunciados, Sr. Presidente, pelo Ministro Alfredo Nascimento, investimentos emergenciais de R\$20 milhões para a restauração do trecho de 87 quilômetros da BR-040, que liga Belo Horizonte, saída do Belvedere ou do BH Shopping à histórica cidade de Ouro Preto, importante centro de cultura e história do nosso País.

Em minha região, por exemplo, o Triângulo Mineiro, tenho assegurado o apoio do Ministro Alfredo do Nascimento para que sejam investidos R\$12 milhões na pavimentação da BR-364 no trecho entre o entroncamento da BR-497 e o entroncamento da BR-461, mais precisamente do trevo da cidade de Campina Verde ao trevo da cidade de Ituiutaba.

Essa obra tornaria viável uma economia de mais de 200 quilômetros no trajeto São Paulo-Cuiabá, além de diminuir o tempo de viagem em mais de uma hora entre os Municípios mineiros de Campina Verde e Ituiutaba, beneficiando as comunidades triangulinhas e toda a classe produtiva do Centro-Oeste do País.

Sr. Presidente, o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, mesmo trabalhando com escassez de recurso, tem tido disposição diante dos problemas da malha rodoviária de Minas e do Brasil. Nesse sentido, desde já faço um apelo à equipe econômica do Governo para que os recursos de investimento em transportes previstos para 2005 não sejam fruto de contingenciamento.

Se o Governo quer ver o País crescer e fortalecer sua economia, é fundamental fazer com que suas rodovias ofereçam condições satisfatórias ao escoamento da produção. A estrutura de transporte e a logística são gargalos que precisam ser enfrentados com muita coragem e prioridade pelo Governo, dando condição aos responsáveis pelo setor de fazer os investimentos estratégicos necessários.

Nós Senadores temos a obrigação de pressionar pela execução total do Orçamento, especialmente em setores que há anos sofrem com o abandono, como grande parte de nossas rodovias federais.

Espero contar com o apoio de V. Ex^{as}s nesta Casa, para que consigamos fazer com que o anseio e o sonho de cada um dos nossos conterrâneos se tornem realidade e para que tenhamos condições mínimas de infra-estrutura e de escoamento da produção do nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito, por vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pa-

paléo Paes, que preside esta reunião não deliberativa, Senadores e Senadoras presentes na Casa, brasileiros e brasileiras que nos assistem nesta segunda-feira, através do sistema de comunicação do Senado.

Senador Papaléo Paes, quis Deus V. Ex^a estar na Presidência neste auspicioso momento em que orgulhosamente apresento uma comenda que recebi. Com muito orgulho, a vida me possibilitou receber algumas ao longo da minha vida de médico-cirurgião e também como político: Prefeito, Deputado, Governador por duas vezes e Senador da República representando o Piauí. Mas esta me dá muito orgulho – e até vou colocá-la –, porque é a Medalha Ulysses Guimarães. Ele nasceu em 6 de outubro de 1916 e morreu em 12 de outubro de 1992. Senhor das Diretas!

A **Revista OPB** (Ordem dos Parlamentares do Brasil) foi fundada em 29 de novembro de 1976. Sobre essa revista, falarei orgulhosamente com a medalha no peito. Esta, traduz a vida de Ulysses Guimarães. Sem dúvida nenhuma, ninguém o excedeu, no século passado, na luta pelas liberdades. Encantado no fundo do mar, sem dúvida nenhuma, ele é o ícone do nosso Partido. Gravou na minha mente o ensinamento: “ouça a voz rouca das ruas”. Senador Paulo Paim, quem anda nas ruas é o povo. Essa era a mensagem para o povo. Esta era a razão e a essência do seu PMDB: o povo, o povo, o povo. O nosso Partido está se distanciando do sonho, da essência, da razão e do fim, que é o povo. É o povo. Nada de cargos. Não é essa a razão do nosso Partido.

Senador Paulo Paim, tem que se voltar no tempo. Por que, orgulhosamente, estou ostentando a medalha? Porque essa instituição, cuja **Revista OPB** (Ordem dos Parlamentares do Brasil) tenho na mão, trabalha em defesa dos ideais nacionais. Hoje o Parlamento está aqui. Nós resistimos. O PT ganhou as eleições, mas se inspirou no modelo cubano. Tentou fazer deste País uma Cuba. Aqui resistimos, neste Senado Federal. Foi esta Casa que despertou a resistência. Lá na França, quando os alemães invadiram Paris, De Gaulle gritava, bradava: “Resistência popular! Resistência popular! Resistência popular!” Aqui foi a resistência parlamentar: “Resistência parlamentar!” “Resistência parlamentar!”

Chega aqui um dos comandantes, o Senador Alvaro Dias. Essa resistência derrubou muros, siglas partidárias, pela democracia e pelo País. O Senador Paulo Paim tornou-se até marechal dessa resistência em várias lutas, e ainda continua lutando pela PEC paralela, aquela “Conceição que ninguém sabe, ninguém viu”. E quem sofreu mesmo foram os aposentados, cujas esperanças foram enterradas. Mas resistimos e estamos resistindo.

O Senador Paulo Paim simboliza o Rio Grande do Sul, simboliza a Guerra dos Farrapos, os Lanceiros Negros, Alberto Pasqualini, Bento Gonçalves, Getúlio, Brizola, João Goulart. S. Ex^a não perderá, pois conseguirá fazer com que repensem as conquistas que não obtivemos no Congresso.

Senador Alvaro Dias, quando Ulysses fundou a entidade associativa denominada OPB, não tinha a nossa garantia. Mas ela funciona. Fui a São Paulo e percebi essa situação. Fui homenageado em São Paulo em razão da divulgação feita pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelo **Jornal do Senado**. Garantiu-se.

Quando Ulysses a fundou, Senador Alvaro Dias, os Parlamentos eram débeis, e a democracia... Eduardo Gomes já dizia: "É a eterna vigilância que garante as liberdades". À época, elas eram tênues. Portanto, Ulysses teve a idéia de juntar as assembléias a fim de obter forças para resistir à ditadura. Por isso, ele foi consagrado. A Nação tinha esse ideal. Em 29 de novembro de 1976, Senadores da República, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores, suplentes, empresários e pessoas de diversos segmentos da sociedade reuniram-se no Plenário Tiradentes da Assembléia Legislativa de São Paulo para fundar a entidade associativa denominada OPB – Ordem dos Parlamentares do Brasil –, com a finalidade de congregar os Parlamentares de todas as Casas Legislativas do País, além de futuros Congressistas, comerciantes, industriais e profissionais liberais, a fim de que possam, por meio da instituição, contribuir para o desenvolvimento do Brasil na democracia.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Hoje, a referida Ordem é presidida pelo bravo Comendador João Serrano, que foi Deputado Federal. Como dizia o Padre Antônio Vieira, Senador Papaléo Paes, o bem nunca vem só, mas sempre acompanhado de outro bem. Na história dessa instituição, percebe-se que ela foi criada para buscar as forças daqueles que trabalham e constroem as riquezas, incluindo os empresários. Então, ao longo dos anos, nessa festa, eles concedem o prêmio denominado *Top of Quality* a empresários e profissionais liberais que prestam serviços e cujas empresas, conforme o julgamento da Confederação das Indústrias, têm qualidade e, consequentemente, são o orgulho dos paulistas e do Brasil. Vários deles são homenageados.

Esta que estou ostentando é a Medalha Ulysses Guimarães. É ele que nós e o Presidente do Partido, Michel Temer, devemos ouvir. É em Ulysses Guimarães que precisamos nos inspirar. Atentai à luta, atentai! Eu me lembro, Senador Alvaro Dias, não sei onde V. Ex^a

estava, mas eu estudava cirurgia no Rio de Janeiro... Senador Paulo Paim, refiro-me à época em que comprava, com muita vibração, o **Jornal do Brasil** para ler o discurso de Ulysses Guimarães, o anticandidato. Ele não tinha a mínima chance contra a ditadura, contra os militares, mas foi buscar no Regimento desta instituição que ele criou fundamentos para ser candidato e ter direito a pregar para o renascer da democracia no Brasil. Eu li aquele discurso do anticandidato.

Agora o PMDB é gigantesco! Elegeu muito mais de mil Prefeitos, muito mais de oito mil Vereadores e possui a maior Bancada neste Congresso que vai do estadista Sarney ao Garotinho; são dezenas de Governadores, milhares de Prefeitos e muitos Senadores.

José Serra ganhou? Ganhou. Mas quem fez, Senador Mozarildo Cavalcanti, o PSDB ressurgir das cinzas foram os bravos Parlamentares deste Congresso quando protestavam contra a Reforma da Previdência, contra a Reforma Tributária, que só trouxe impostos. Neste País, Senador Paulo Paim, cada brasileira e brasileiro que trabalham... Atentai bem! Quando eu comecei a trabalhar... Eu trabalhei, ó Presidente Lula. Eu me aposentei depois de 35 anos operando com essas mãos guiadas por Deus no templo do meu trabalho, uma sala de cirurgia, salvando uma vida aqui, outra ali. Quando eu comecei a trabalhar, de doze meses, pagava-se um mês ao País, Senador Mozarildo Cavalcanti. Agora, brasileiras e brasileiros, de doze meses, cinco meses do seu trabalho é para o Governo. E que segurança, que educação, que saúde, que felicidade o Governo está dando?

Concedo a palavra a esse grande Líder do Paraná, um dos generais dessa resistência parlamentar e que já foi candidato a Presidente da República, Senador Alvaro Dias. Persista, Senador. V. Ex^a só se candidatou uma vez. O Lula candidatou-se três vezes, perdeu, mas acabou ganhando.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a fica muito bem com essa comenda, principalmente porque traz o nome de Ulysses Guimarães.

Lembro-me de um conterrâneo de V. Ex^a que foi Prefeito da minha cidade de Londrina, Dalton Paranaú, um médico também, do qual fui Líder na Câmara de Vereadores, pelo MDB, o seu Partido. Ele dizia sempre: "A quem honra, a honra". V. Ex^a honra o seu mandato, e a honra dessa homenagem faz justiça a V. Ex^a. Coincidemente, com o nome de Ulysses Guimarães. Ninguém neste País, tanto quanto V. Ex^a, homenageia Ulysses Guimarães praticamente todos os dias da tribuna do Senado Federal, ou quase todos os dias, ou quase todas as vezes em que comparece à tribuna do Senado Federal buscando na inspiração

saudosa de Ulysses Guimarães o aprendizado necessário para atuar com dignidade. Como faz falta Ulysses Guimarães, Senador Mão Santa! Faz falta ao PMDB. Certamente ele que foi o anticandidato não gostaria de ver o anti-partido. Faz falta ao Governo; faz falta ao Parlamento; faz falta à democracia; enfim, faz falta ao Brasil. Certamente, Ulysses Guimarães vivo, exercitando a liderança na plenitude como fazia, não permitiria que um Partido com a história do PMDB se sujeitasse a esse papel de negociar Ministérios em troca de apoio ao Presidente e seu Governo. V. Ex.^a tem sido um combatente, procurando fazer com que o PMDB reencontre os rumos sinalizados principalmente por Ulysses Guimarães. Parabéns a V. Ex.^a pela homenagem recebida e parabéns pelo seu comportamento de independência, de altivez diante dos fatos que se verificam no interior do seu Partido e neste Parlamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e peço que sejam incorporadas suas palavras ao meu discurso. E que o povo de Curitiba reconheça quem ganhou lá: o PSDB. V. Ex.^a foi um dos artífices combatendo e enaltecedo o seu Partido, o PSDB.

Com a palavra, o grande Líder da resistência parlamentar do Brasil, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex.^a faz da tribuna uma homenagem ao grande Ulysses Guimarães. A medalha que V. Ex.^a recebe como um dos Parlamentares de maior destaque no Brasil é mais do que justo que seja exatamente a medalha Ulysses Guimarães. Cumprimento V. Ex.^a e digo que com muito orgulho fui Deputado Federal Constituinte. Na época, Senador Alvaro Dias, fui liderado por Ulysses Guimarães e por Mário Covas. Jamais vou me esquecer da liderança de Mário Covas na Assembléia Nacional Constituinte. Naquela época eram Constituintes Olívio Dutra, Luiz Inácio Lula da Silva, Mário Covas e Ulysses Guimarães. Construímos, sob a liderança de Ulysses Guimarães, a Constituição Cidadã. Foi um grande momento para a história do País. Até mesmo questões partidárias ficaram à parte enquanto redigímos a Carta Magna. Atuei mais na ordem social, do art. 6º ao 12º. Cumprimento V. Ex.^a: a medalha é mais do que justa. V. Ex.^a tem sido nosso parceiro em todos os momentos. V. Ex.^a é generoso com os elogios que faz a todos nós. Não houve um momento, nesses dois anos em que tenho a alegria do convívio com V. Ex.^a, em que V. Ex.^a não apenas votou, mas também defendeu os interesses da população brasileira, principalmente dos mais pobres, dos idosos, dos que são discriminados, dos assalariados. Por essa razão, gostaria de dizer que a medalha que está no peito de V. Ex.^a orgulha não apenas o Piauí, mas o País, Senador Mão Santa. Parabéns. Quero dizer a V. Ex.^a, só para concluir, que

V. Ex.^a é um lutador desta causa. V. Ex.^a falou na PEC Paralela. Há poucos minutos um jornalista me perguntou como há pessoas neste País ganhando quase R\$30 mil. Porque não aprovaram a PEC Paralela! Se aprovarem a PEC paralela, regulamentaremos essa questão. Se ganham R\$30 mil – até acho que exageraram no número –, se ganham mais do que o teto ora fixado em R\$19 mil, é porque não temos a PEC Paralela, que resolveria essa questão. Portanto, quem não quer aprovar a PEC Paralela permite que existam alguns abusos. Parabéns a V. Ex.^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex.^a enriquece nosso pronunciamento como tem enriquecido o Parlamento. Outro dia, num discurso, comparei-o a Martin Luther King e, quando terminei, pensei: será que foi excesso? Não foi.

Senador Papaléo, procure ler o livro poético, romântico, lançado recentemente pelo Senador Paulo Paim, “Cumplicidade”. Ele ainda vai ser lançado, mas já o li. S. Ex.^a relata toda essa luta – e Deus lhe deu o dom poético para lançar esse livro – quer dizer, aquela luta em que ele se comporta como lanceiro negro da Guerra dos Farrapos. Foi o primeiro a falar em República; o primeiro a falar na libertação dos negros. Ele dá uma mensagem de amor e poesia, igualando-se àquele Martin Luther King, o sonho feito discurso que chegou à história.

Entre figuras extraordinárias, desde o estadista José Sarney até Garotinho – e a virtude está no meio –, está Ramez Tebet, que tanto pode ser Presidente desta Casa como da República pelo nosso PMDB.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, o Senador Paulo Paim, em aparte, falou da generosidade de V. Ex.^a, que é muito grande. V. Ex.^a sempre supervaloriza seus companheiros do Senado, como no meu caso. V. Ex.^a, tantas e tantas vezes tem me distinguido aqui que, no meu Estado – Mato Grosso –, as pessoas dizem: “Como o Senador Mão Santa gosta do senhor, Senador Ramez Tebet!”. Naturalmente eles falam isso porque não mereço os elogios que V. Ex.^a me faz. Hoje quero simplesmente homenagear V. Ex.^a. Minhas palavras não são movidas pelo sentimento de amizade, que é grande entre nós; mas pelo sentimento de justiça, Senador Mão Santa. A Ordem dos Parlamentares do Brasil, ao lhe conceder essa medalha, que V. Ex.^a ostenta e que leva o nome de um dos maiores brasileiros de nosso século, Ulysses Guimarães, fez justiça ao trabalho que V. Ex.^a faz nesta Casa, defendendo com independência e eloquência seu pensamento. V. Ex.^a sempre alerta nosso PMDB, ontem MDB, Partido que, inegavelmente, abrigou todas as outras siglas que existem no Brasil. Direta ou

indiretamente, no Brasil não há partido, não há homem público que tenha passado pelo regime autoritário que não tenha pertencido ao MDB. Quem não pertenceu quis pertencer, V. Ex^a não tenha dúvida! V. Ex^a é um Senador que honra este Parlamento. Nós, do PMDB, nos inspiramos em V. Ex^a, que quer um PMDB independente, quer um PMDB altivo, quer um PMDB identificado com as causas populares, quer um PMDB preocupado com a voz das ruas. Essa frase é de Ulysses Guimarães e V. Ex^a sempre a repete, defendendo os interesses maiores da sociedade brasileira. Brevemente, o Governo do Presidente Lula completará dois anos. Está na hora de o nosso Partido realmente contribuir com a governabilidade, mas deve fazê-lo com independência, sem exigência nenhuma, demonstrando desprendimento à sociedade brasileira. A história do PMDB não é uma história de desprendimento? Não é a história de quem tudo enfrentou? Ulysses Guimarães não enfrentou os cachorros? Ulysses Guimarães não enfrentou os soldados armados, que queriam calar a sua voz? Alguém que foi homenageado, como V. Ex^a, com essa medalha Ulysses Guimarães é porque realmente tem mérito. Não sou eu que digo isso. A Ordem dos Parlamentares do Brasil, que congrega e ouve as vozes de nosso Parlamento e defende o fortalecimento do Poder Legislativo, fez justiça a V. Ex^a. Ao entrar neste plenário, tomei conhecimento das últimas palavras de V. Ex^a e dos apartes dos Senadores Alvaro Dias e Paulo Paim. Logo me inteirei do assunto e não me contive. É muito bonita a atitude de uma pessoa que recebe uma homenagem e vem agradecê-la da tribuna do Senado, ostentando no peito a medalha que merecidamente recebeu. Meu grande abraço a V. Ex^a e parabéns à Ordem dos Parlamentares do Brasil por ter outorgado essa medalha a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, ao agradecer a V. Ex^a o aparte, lembro que a sua responsabilidade é muito grande. Não vamos viver apenas recordando Ulysses Guimarães, lembrando-nos de Tancredo Neves, que se imolou, e de Teotônio Vilela, mártir, que, com câncer, irradiava amor à democracia, em que tinha muita fé. V. Ex^a, do PMDB de hoje, é um dos poucos vitoriosos, pois o nosso Partido elegeu prefeito somente em duas capitais: na de V. Ex^a, sob o seu comando, e na do extraordinário homem público Iris Rezende, que se enquadrou naquele conceito de Winston Churchill, de que a política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, se morre apenas uma vez, enquanto na política se morre várias vezes. Neste momento de grandeza do PMDB, ressuscita Iris Rezende.

Penso, Senador Ramez Tebet, que o PMDB precisa de um projeto político, um programa nacionalista.

O PMDB é neto do PTB de Getúlio Vargas, de João Goulart, de Brizola. É preciso que tenha um projeto nacionalista. Não falo de um projeto liberal, como o de Fernando Henrique Cardoso, que o povo não quis, nem do projeto do PT, que é um FHC enrustido economicamente. Falo de um projeto diferente que baixe os juros, que se inspire em Rui Barbosa, para o qual a primazia era do trabalhador. O trabalho e o trabalhador vêm antes, fazem a riqueza. O País não se pode curvar à riqueza, ao dinheiro, ao FMI, ao BID, ao Banco Mundial. Essa é a diferença. É preciso termos um projeto eclético e baseado nas idéias de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek, segundo o qual o trabalho é que traz o desenvolvimento. É no que acreditamos. O PMDB apoiará Lula porque quer governabilidade e porque respeita o povo e a pátria.

Concederei a palavra, tendo em vista a generosidade típica do PMDB, à mais nova aquisição do Partido, que possui pessoas ilustres quanto o Senador José Sarney e o Senador Papaléo Paes.

Concedo um aparte ao Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador Mão Santa, da mesma forma que outros companheiros, quero homenageá-lo – claro que conto com a tolerância da Presidência, deste companheiro extraordinário, Senador Papaléo Paes – porque esta homenagem que hoje se faz a V. Ex^a merece todo o tempo desta sessão. V. Ex^a foi agraciado com a medalha que representa o homem que V. Ex^a tanto lembra nesta Casa, seu grande líder, seu grande ídolo, que é o Deputado Ulysses Guimarães, o qual por tanto tempo foi presidente do PMDB. A medalha que V. Ex^a recebeu e ostenta no peito nesta tarde aqui no plenário é uma homenagem que a Ordem dos Parlamentares do Brasil presta a esse grande Senador da República, a esse grande homem público, àquele que foi “prefeitinho”, como gosta de dizer V. Ex^a, ao Governador, ao Senador, ao líder, ao homem que aqui, todo dia, se possível, lembra o seu Piauí, defende o seu povo, defende a sua terra. Essa homenagem é mais do que justa. Talvez possa dizer, sem medo e sem ofender a nenhum dos companheiros, que o homem público que mais lutou nesta tribuna, que mais falou sempre em defesa do mais carente, do menor, daquele que precisa de voz nesta Casa foi V. Ex^a. Todos nós ficamos felizes ao saber que a Ordem dos Parlamentares do Brasil fez uma homenagem extraordinária a V. Ex^a, que merece, Senador Mão Santa. Parabéns a V. Ex^a! Parabéns também ao Piauí!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço ao Senador Efraim Moraes pela participação, representante deste que é um dos poucos Estados brasileiros que colocou uma legenda na bandeira. Como há na bandeira nacional a legenda positivista “Ordem e Progresso”,

eles colocaram o “Nego”. Significava “nego o comunismo”. E Efraim Morais, representando a sua tradição e a sua bandeira, aqui negou o seu apoio ao massacre da reforma da previdência, que tanto tormento e desespero trouxe aos aposentados; à reforma tributária, que tornou este País campeão de impostos; e ao salário mínimo que foi negado, tornando este o Estado que menos paga os trabalhadores. Então, Efraim foi um comandante, como Líder da Minoria, que as eleições estão a demonstrar que se tornará maioria.

Estas são as nossas palavras e o nosso desejo: um PMDB com projeto de poder. Partido é para isso, Senador. Não nos encanta o poder pelo poder, mas, com a nossa experiência, a possibilidade de podermos melhorar este Brasil.

Agora, um aconselhamento ao Presidente Lula: nunca vamos lhe faltar, mas votar contra o trabalhador e o aposentado, jamais! Temos votado sempre todas as medidas provisórias. É um absurdo, um desrespeito à Constituição que Ulysses beijou. Senador Mozarildo Cavalcanti, ela tem 250 artigos. As medidas provisórias do PT já estão quase mais numerosas do que a Constituição do Brasil. Somos contra.

Acho que o Presidente deve evitar esse negócio de cooptar aliados em banquete, almoço e jantar. O PT demonstrou que é fraco em matéria de comida, porque, do Fome Zero, somente ficou o zero que o País está dando a esse programa.

Senador Mozarildo Cavalcanti, é muito fácil o que o Piauí quer: a gratidão do Presidente da República. O projeto da Universidade Federal do Delta do Parnaíba está em andamento e tem o parecer do grande Relator Senador Álvaro Dias. Que se acelere o projeto para transformar o Campus Avançado Reis Velloso, levado na ditadura militar, em Universidade de Parnaíba. Vamos plantar a semente do saber. O Piauí tem litoral, Senador Mozarildo. No porto Luiz Correia, foram gastos cem milhões. Faltam US\$10 milhões. É isso! Vamos evitar essas jogadas todas, e o Piauí estará com o Presidente Lula.

As ferrovias, como todo o Piauí, estão acabadas. Há dois projetos de irrigação: o do tabuleiro litorâneo e o platô de Guadalupe. Recentemente, quando Governador, eu terminei a grande barragem de Piracuruca, que também merece atenção. O metrô também precisa de apoio. As estradas do Piauí, Presidente da República, são uma vergonha, como diz Boris Casoy. Das dez piores estradas do Brasil, as três piores estão no Piauí, este Estado que deu a vitória ao Presidente Lula – até um governador do PT nós elegemos. E tem também a refinaria, em Paulistana.

Este é o momento em que o Presidente Lula deve se afastar desse núcleo duro, que demonstrou ao País

de que não tem competência, e fazer como o Presidente Juscelino Kubitschek, que colocou esta capital no meio para que o País se interiorizasse. Da mesma maneira, a refinaria em Paulistana é eqüidistante de todas as capitais do Norte e do Nordeste. Estudamos Geografia e estamos ensinando este assunto. O Brasil não tem deficiência de petróleo bruto, mas do refinado. O sul do Piauí é eqüidistante de Boa Vista, do Amapá, do Presidente, de Belém, de São Luís, de Fortaleza, de João Pessoa? Então, seria uma forma de interiorizar, com esses altos investimentos, e trazer progresso para o sul do Estado do Piauí.

Eram as nossas palavras. Com a inspiração de Ulysses Guimarães, o desejo da nova geração do PMDB é continuar a contribuir com a democracia e a grandeza do Piauí e do Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, um dos problemas presentes em quase todos os pronunciamentos dos Parlamentares, seja no Senado, seja na Câmara, é a eliminação das desigualdades regionais. Mesmo os Parlamentares do Sul e do Sudeste, que são regiões já desenvolvidas, também defendem. Tanto que consta da própria Constituição a eliminação dessas desigualdades regionais, porque vão de encontro às próprias regiões desenvolvidas, pois provocam um fluxo migratório muito intenso nas regiões menos desenvolvidas para o Sul e Sudeste, já desenvolvidos.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo enfocar uma questão específica, a Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus, que, desta tribuna, já disse que não deveria mais ter esse nome, já que ela não se restringe apenas à Zona Franca de Manaus. A sua atuação, os seus benefícios se estendem a toda a Amazônia Ocidental, abrangendo os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá. A Suframa é um órgão que deveria ter realmente o nome de Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Quero ater-me a essa questão, Sr. Presidente. A igualdade é um dos princípios políticos mais consagrados dentre aqueles conceitos fundamentais que conduziram, no caminho do progresso a História da Humanidade. Mas é necessário concluir, por força dos

fatos, que muito resta a fazer para que essa igualdade, por todos apregoada, por todos desejada, venha a constituir uma realidade efetiva e visível, estejamos nós a considerar a comunidade das Nações em sua generalidade ou consideremos apenas o Brasil em suas especificidades.

Principalmente, Sr. Presidente, quando se toma a situação de regiões brasileiras, quando se coteja o abismo de preferências que separa o Sul, o Sudeste e o Norte em nosso País, o tema da igualdade assume ainda tons mais graves, mercê da incompREENSÃO, do descaso e, por vezes, do respeito com que é tratado.

Como se irá fazer a igualdade entre as regiões, se o conjunto de políticas públicas que orientam a alocação de recursos e as ações de desenvolvimento regional, por si só frágil e insuficiente, ainda recebe, de forma constante, o assédio desinformador dos *lobbies* a serviço da concentração produtiva do Centro-Sul do País? Como a igualdade será feita, se a pretensa racionalidade econômica, míope e enviesada, propositadamente ignora o papel decisivo que joga o potencial econômico regional no futuro desta Nação?

A exemplo disso, veio a público, em outubro, nota de esclarecimento da Srª Flávia Skrobot Barbosa Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus, a respeito da matéria veiculada no Bom Dia Brasil, pela jornalista Miriam Leitão, dia 29 de setembro último. A matéria epigrafada no site da Rede Globo com o título de "Concorrência Desleal" compara desfavoravelmente a Zona Franca com as empresas ditas "maquiladoras" "existentes no México, junto à fronteira norte-americana".

Esclarece a superintendente que a Zona Franca, ao contrário do que foi veiculado pela jornalista, não foi criada com o objetivo de incremento das exportações brasileiras, mas sob o pressuposto de necessidades geoeconômicas e de segurança, que recomendavam a ocupação daquela porção do território nacional, bem como de integração econômica da Amazônia Ocidental ao restante do País.

O modelo da Zona Franca, única política federal de desenvolvimento regional que tem, de fato, impacto significativo na região, proporcionou ao PIB (Produto Interno Bruto) do Estado do Amazonas, por exemplo, crescimento de 122%, entre 1985 e 2001, e à renda **per capita** estadual incremento de 109%, no período compreendido entre 1994 e 2001, ou seja, em apenas sete anos.

Informa a nota ainda que, ao contrário daquilo que afirma a jornalista, responde o Estado do Amazonas, mais uma vez tomado como exemplo, por mais de 65% dos tributos e contribuições federais arrecadados em toda a região Norte.

Esse fato é prova cabal de que, ao menos no âmbito do Pólo Industrial de Manaus, os incentivos fiscais têm feito – e bem – o papel de impulsionado-

res do desenvolvimento. Demonstra também que os incentivos não implicam renúncia fiscal absoluta, tal como afirma a jornalista, mas uma alavanca significativa para o aumento da própria base tributária, ou seja, para geração de riqueza e, em decorrência, de incremento da tributação.

Também não cabe aos empreendimentos em operação na Zona Franca a pecha de "maquiladora", prática que se dá no México, espécie de arapuca fiscal em que pouco ou muito pouco agrega de valor aos produtos que importa e reexporta. Ao contrário, conforme declara nota da Suframa, 52% dos insumos consumidos na Zona Franca são provenientes do Brasil, sendo 18% adquiridos em outras regiões do País.

Modelos como esse de incentivo ao desenvolvimento podem ser facilmente encontrados mundo afora. Admitir a desigualdade entre os desiguais para promover a igualdade não é idéia nossa, nem mesmo é idéia nova.

Não foi outra a estratégia desenvolvimentista adotada em países como Irlanda e Espanha, dentre outras nações periféricas, para se industrializarem, fugindo da posição subordinada em que figuravam até bem pouco tempo no concerto europeu. Estratégia essa – é importante que se saiba – apoiada pelo restante dos membros da União Europeia, instituição no âmbito da qual conceitos como desenvolvimento igualitário e sustentado e integração regional são diretrizes fortes e atuantes; são diretrizes para a construção de uma Europa melhor.

A partir desses esclarecimentos e desses exemplos, fica claro, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o acerto da Zona Franca, que tem beneficiado e apoiado o desenvolvimento de toda a Amazônia Ocidental, como frisei no início do meu pronunciamento. Fica clara ainda a necessidade de fortalecer o próprio conjunto de políticas regionais voltadas ao Norte, trazendo à região um nível maior de competitividade e maior capacidade de atrair os investimentos produtivos.

Os grandes Estados do Sul e do Sudeste têm amealhado, nos últimos séculos, imensas vantagens em ativos, infra-estrutura, mercado e conhecimento. Não pode o restante do País aceitar a continuidade desse processo concentrador indefinidamente. Ressalto que isso não é bom sequer para os Estados do Sul e do Sudeste, porque – repito – provoca a migração de camadas pobres da população das regiões mais pobres para aquelas regiões, agravando muito os problemas sociais.

O desenvolvimento regional integrado e sustentável não é apenas a redenção econômica daquelas populações sem perspectivas, daquelas populações economicamente subalternas. Ele significa também o reencontro da idéia de igualdade no seio da Federação, o reencontro do Brasil com ele mesmo, lá onde ele tem estado mais ausente.

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a que considere como parte do meu pronunciamento a nota da Suframa em que a Superintendente esclarece todos os detalhes a respeito da importância da atuação da Zona Franca de Manaus. Como eu disse, não se trata apenas da Zona Franca de Manaus, porque é um órgão que vem arrecadando no Estado do Amazonas e aplicando em todos os Estados da Amazônia Ocidental, principalmente na infra-estrutura dos Municípios pobres da região. Portanto, é importante que ela seja entendida assim e muito importante que a elite pensante deste País comece a refletir em um modelo de distribuição do desenvolvimento para todas as regiões.

Espero, de maneira muito sincera, que o Presidente Lula mude esta realidade que vem se arrastan-

do há vários governos, de deixar o Norte esquecido, a Amazônia esquecida, cumprindo uma rotina que vem causando muito sofrimento para a região. Eu, como nortista, como homem da Amazônia, quero aqui defender a Superintendência da Zona Franca de Manaus como órgão essencial para os Estados da Amazônia Ocidental e principalmente para os Municípios do meu Estado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE DO
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PUBLICAÇÕES

» [Portal da Suframa](#)
:: [Publicações](#)
:: **Resposta**

Suframa responde ao ataque de Míriam Leitão ao modelo ZFM

Senhor Editor,

Em relação ao conteúdo editorial da matéria veiculado no programa Bom Dia Brasil, na edição desta quarta-feira, 29 de setembro, temos o dever institucional de prestar esclarecimentos, no intuito de reparar as informações equivocadas repassadas à sociedade brasileira.

1- O Modelo ZFM não foi concebido para ser uma zona exportadora, quando de sua criação. A lógica de sua concepção foi, por um lado, geopolítica, vinculada a ocupação territorial e integração econômica da Amazônia Ocidental com o resto do Brasil; e por outro, o econômico, de substituição de importações, de modo inteiramente coerente com a política econômica do governo, a época, orientada quase que exclusivamente para o fortalecimento do mercado interno. Neste sentido, as indústrias instaladas no Pólo Industrial de Manaus, base de sustentação do Modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), contribuíram decisivamente para a poupança de divisas durante as décadas de 70 e 80, na medida em que eram, em sua quase totalidade, empresas que ainda não operavam no território brasileiro. Além disso, internalizaram tecnologias de produção até então inéditas no país. Por ocasião da abertura da economia brasileira no início dos anos 90, o Pólo Industrial de Manaus (PIM) demonstrou uma notável capacidade de adaptação à nova realidade, vez que as empresas foram obrigadas a cumprir o regime jurídico do Processo Produtivo Básico (PPB). Atualmente, além do cumprimento do PPB há outras exigências a cumprir como a nacionalização progressiva dos produtos, consolidando um modelo de alto valor agregado, não sendo apropriada a comparação com as maquilas do México.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), gestora do modelo ZFM, incorporou em seu Plano Estratégico a iniciativa de promover as exportações. Desde então as indústrias conseguiram demonstrar um vigor exportador impressionante: de um valor de R\$ 691 milhões, exportado em 1999, para R\$ 3.7 bilhões, em 2003, o que representa um salto de nada menos que cerca de 438% neste período.

2- NÃO HÁ CONCORRÊNCIA DESLEAL DA ZFM COM AS OUTRAS REGIÕES DO BRASIL. A maioria das indústrias incentivadas pelo Modelo ZFM é de origem estrangeira, e para setores industriais contemplados em nossa pauta de especializações fabris (eletroeletrônicos, motocicletas, concentrados para refrigerantes, e beneficiamento de matérias-primas extrativas regionais.). São investimentos captados no exterior e direcionados exclusivamente para o Pólo Industrial de Manaus, não tendo concorrentes similares no Brasil. São raras as exceções, especialmente relativas a alguns bens de informática e telefones celulares, que também são beneficiados com os

mesmo incentivos fiscais, em qualquer estado da Federação, por meio da aplicação da Lei de Informática.

3- O MODELO ZFM GERA UM ENORME VOLUME DE TRIBUTOS . A afirmação de que empresas do Modelo ZFM não pagam tributos ou, quando pagam, seu montante é irrisório não procede. Na verdade, as empresas sediadas em Manaus ou nos demais estados da Amazônia Ocidental, área de abrangência do modelo, pagam tributos de diversas espécies. Só o Estado do Amazonas, por causa do PIM, responde por mais de 65% dos tributos e contribuições federais arrecadados na Região Norte. Exatamente 65,33% do volume arrecadados até Junho 2004. A carga tributária total do Amazonas (federal, estadual e municipal) representa 21,85% de seu PIB, conforme dados do IBGE e Receita Federal. Um percentual maior do que o de vários estados com grau de desenvolvimento muito superior ao do Amazonas. Dados do IBGE e da Receita indicam que em 2001, a arrecadação de tributos federais, no Estado do Amazonas foi de 10,7% do seu PIB, enquanto que em Minas Gerais foi de 8,72%, no Rio Grande do Sul, foi de 9,87%, em Santa Catarina, 7,95%, de seus respectivos PIBs.

4- A PRODUÇÃO EMPRESARIAL INCENTIVADA NA ZFM É A MAIS CONTROLADA DO PAÍS . Ao contrário do que foi divulgado pelo BOM DIA BRASIL, a concessão dos incentivos fiscais e extra-fiscais, requer o cumprimento de uma legislação rígida e abrangente, o que não acontece nas demais regiões do país, como por exemplo:

- a) a exigência de cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB) um conjunto de normas e procedimentos, estabelecidos por uma comissão interministerial formada pelos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Ciência e Tecnologia (MCT), cuja aplicação é rigorosamente fiscalizada pela SUFRAMA, Receita Federal e Sepian-Am;
- b) a análise e aprovação de projetos técnico-econômicos para usufruto dos incentivos fiscais do Modelo são realizadas pelo Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS), composto por representantes 10 ministérios, governos estaduais da Amazônia Ocidental, prefeituras das capitais da região, Secretaria da Receita Federal (SRF), entidades das classes trabalhadora e empresarial;
- c) os projetos incentivados são alvo de fiscalização múltipla pela SRF, Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ-AM), SUFRAMA, Secretaria de Planejamento do Amazonas (SEPLAN-AM), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e IBAMA, seja sobre o processo produtivo, a adequação ambiental, a adequação fiscal, e ainda pela entrada de insumos de quaisquer origens (importados ou nacionais) e saída dos produtos finais da região para o exterior e para o mercado brasileiro;
- d) No modelo ZFM é exigido o cumprimento das legislações tributária, trabalhista, previdenciária e ambiental, comuns a atividade produtiva em todo território nacional.

Observe, senhor editor, que no modelo ZFM, a ação regulatória do Estado sobre as empresas, seja no cumprimento das leis gerais (validas para todo o país) e específicas (próprias do modelo) é muito mais intensa.

A referência à incidência de fraudes por conta da concessão de incentivos fiscais é inadequada e não pode ser apresentada deslocada do contexto dos fatos. De fato oito empresas foram investigadas, entretanto deveria ter sido permitido que a Receita ou a Polícia Federal – instituições do poder público quem têm a responsabilidade de coibir, investigar e punir esse tipo de ato – se manifestassem. Se essa prática jornalística tivesse sido seguida a sociedade teria ficado sabendo que apenas uma das empresas praticou ato fraudulento, que portanto trata-se de fato isolado, que não compromete de forma generalizada a seriedade do modelo ZFM. A sociedade também teria sido informada de que a empresa em questão foi imediatamente punida.

É importante destacar que a descoberta de fraudes é resultado direto da eficiência e rigidez do trabalho de fiscalização dos organismos federais.

5- INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL SEMPRE EXISTIRAM NO BRASIL INTEIRO. Ao contrário do caráter exclusivista da concessão de incentivos tributários que a reportagem procurou imputar ao Modelo ZFM, os dados e informações disponíveis demonstram expressamente que todas as regiões brasileiras se beneficiam de incentivos fiscais e subsídios de diversas espécies para fomentar o seu desenvolvimento econômico.

Os dados oficiais (Receita Federal) demonstram que a renúncia fiscal praticada em outras regiões brasileiras tem crescido expressivamente ao longo dos anos e, mais importante que tudo, é de uma magnitude muito superior a praticada no âmbito do Modelo ZFM. Em 1994, do total das renúncias fiscais brasileiras, 26,4%, vieram para a Região Norte, 49,61% foram para o Sudeste e 10,41% para a Região Sul. Já em 2004, a participação da Região Norte diminuiu para 20,05%, a do Sudeste cresceu para 51,52% e a do Sul para 12,97%. (fonte: Orçamento da União).

6- A MAIORIA DOS INCENTIVOS DO MODELO ZFM POSSUI A MODALIDADE DE "REDUÇÃO", E NÃO DE "ISENÇÃO". A modalidade de redução, praticada para a maioria dos incentivos federais e estaduais do modelo ZFM, traz consigo a consequente exigência de pagamento, por parte das empresas incentivadas, de parcelas mais ou menos significativas dos tributos de alíquotas reduzidas. Vejamos, especificamente, o que ocorre com os tributos incentivados pelo Modelo ZFM:

- a) O Imposto sobre Importações (II) é reduzido em razão do valor nacional agregado.
- b) A redução do ICMS da maioria das empresas incentivadas do modelo ZFM, situa-se entre 40% e 50%, e, todas as empresas, inclusive aquelas poucas que gozam de isenção deste imposto, são obrigadas a contribuir para fundos de financiamento ao ensino superior, turismo, Pesquisa & Desenvolvimento e às pequenas e microempresas.
- c) O incentivo de IRPJ, concedido pela antiga SUDAM é aplicável a todo território da Amazônia Legal (composta por AM, AC, AP, RO, RR, PA, MA, MT e TO) e representa somente 1% dos custos de produção das empresas. Além disso, o valor renunciado só pode ser usado para re-investimento.

7 - NO MODELO ZFM NÃO HÁ SUBSÍDIOS , E SIM INCENTIVOS A PRODUÇÃO .

Todo o risco do empreendimento corre por conta exclusivo do empresário, pois os incentivos (reduções, isenções, etc.) incidem sobre tributos diretos, somente no momento da venda do produto final.

8 – O CONCEITO QUE O MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS É UMA FONTE DE RENÚNCIA FISCAL, PREJUDICIAL À NAÇÃO precisa ser revisto, para evitar que informações ultrapassadas e equivocadas continuem sendo repassadas à sociedade. A população precisa ser informada corretamente de que NÃO SAI UM CENTAVO DO TESOURO FEDERAL PARA MANTER O MODELO ZFM. Nem mesmo para custear o funcionamento da SUFRAMA. Ao contrário, já há algum tempo, o Modelo tem contribuído com o superávit primário do Governo Federal, em função de que a massa tributária gerada na ZFM é superior a renúncia fiscal por ela praticada. Para cada Real renunciado o modelo gera uma arrecadação, em tributos e contribuições federais, estaduais e municipais, de R\$ 1,3.

9- A CARGA TRIBUTARIA DA INDUSTRIA NACIONAL NÃO É CONSEQUÊNCIA DOS INCENTIVOS DO MODELO ZFM . Em um dos trechos da reportagem, um consultor tributário alegou que a carga tributária das demais regiões seria mais elevada para viabilizar os incentivos da ZFM. Nada mais esquisito e falso, pois não há, nem nunca houve qualquer política de governo direcionada neste sentido de vinculação ao Modelo ZFM. Os tributos arrecadados da indústria nacional (inclusive os do modelo ZFM), além de financiarem o Orçamento Federal, subsidiam políticas de desenvolvimento regional por todo o país, como vem acontecendo no setores

automotivo, informática, agrobusiness, entre outros.

Os dados disponíveis na SRF e no Tribunal de Contas da União (TCU) dão conta de que os incentivos do modelo ZFM representaram, em 2003, apenas 1,77% de toda a carga tributária nacional, enquanto que os benefícios fiscais dados ao Sudeste, no mesmo ano, representaram quase três vezes mais (5,66%).

10- A ZFM SEMPRE FOI DISCUTIDA E REFERENDADA PELO CONGRESSO NACIONAL. Em outro trecho da matéria, outro tributarista advoga a rediscussão do Modelo ZFM pelo Congresso Nacional. Ora, o Poder Legislativo Federal, congregando representantes de todo o povo brasileiro, já por três vezes discutiu o modelo ZFM, nos últimos 15 anos, e referendou a prorrogação do Modelo ZFM, por entendê-lo como estratégico não só ao desenvolvimento e integração da Amazônia, como para o próprio Brasil, em face de sua capacidade de geração de negócios e empregos em outras regiões do Brasil, como o Sudeste e o Sul, grandes fornecedores das indústrias sediadas em Manaus.

Durante o recente processo de reforma tributária, a prorrogação do Modelo ZFM foi concedida porque os incentivos a bens de informática foram igualmente prorrogados. Na também recente discussão da Lei de Informática no Senado Federal, os senadores debateram à exaustão os resultados do modelo e reconheceram que ele é exemplo para o país, porque agrupa mais valor nacional a produção, gera mais empregos por valor produzido.

11 - OS INCENTIVOS PARA O MODELO ZFM É A ÚNICA POLÍTICA FEDERAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL QUE FEZ SENTIDO PARA A AMAZÔNIA. No período de 1985 a 2001, o PIB do Amazonas cresceu 122% e, somente no período 1994-2001, a renda per capita cresceu 109%. O Amazonas mantém 98% de sua cobertura vegetal intacta e as taxas pagas pelas empresas permitiram investimentos significativos em melhorias gerais na infra-estrutura socioeconômica na Amazônia Ocidental.

Por fim, possibilitou a manutenção de pólos de desenvolvimento nas fronteiras brasileiras com outros países, contribuindo, assim, para a segurança nacional.

12 - OS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA ZFM NÃO SÃO TÃO MENORES EM RELAÇÃO AO RESTO DO PAÍS . A distância dos mercados de insumos e de consumidores ampliam os custos logísticos, e a permanente instabilidade das regras que suportam o modelo, desestimulam a atração de investimentos, mesmo existindo o diferencial tributário como atrativo para superar tais condições.

13 - A ZFM É POLO IMPORTANTE PARA A ECONOMIA NACIONAL . Dos R\$ 11,9 bilhões de insumos comprados em 2004, 52% foram comprados no Brasil, sendo que, desses, 18% foram comprados nas outras regiões que não a ZFM.

O modelo está totalmente integrado a economia do país e contribui para ampliar a demanda de várias atividades econômicas em outras regiões, como aquelas relacionadas aos serviços de logística, marketing, impressão gráfica, venda de componentes eletromecânicos, assistência técnica, desenvolvimento de produtos, dentre outros.

Por fim, convém destacar que o crescimento da massa salarial entre 2002 e 2003 foi de 22%, o de encargos e benefícios sociais foi de 19%. Estes números demonstram a relevância do Modelo ZFM para a classe trabalhadora.

Esperamos que os esclarecimentos acima prestados sejam considerados e as informações indevidamente veiculadas com igual destaque, a fim de reparar os danos causados.

Atenciosamente, Flávia Skrobot Grosso, Superintendente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Para uma comunicação inadiável, conforme combinado, intercalando com os oradores inscritos, passo a palavra, por cinco minutos, ao sempre Líder Senador Tião Viana.

Em seguida, terá a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Senador Paulo Paim, Sr^{as}s e Srs. Senadores, trago uma notícia afirmativa para o Governo do Presidente Lula. Trata-se de informações veiculadas na edição da revista **Veja** deste domingo, apontando os indicadores econômicos que o Brasil conquistou durante o exercício de 2004 e as boas perspectivas para o ano de 2005.

Há uma inquietação normal e democrática das oposições, uma insatisfação permanente em relação à governabilidade, à gestão. Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos procurado construir um debate político que permita a boa convivência democrática com a oposição e a determinação do curso que devemos seguir. Seguramente, temos inquietações no que diz respeito à política de alianças e à expectativa com a gestão, mas, felizmente, recebemos a grande notícia dos indicadores econômicos conquistados até agora.

Em 2003, quando o Presidente Lula assumiu o mandato, havia indicadores sombrios, perspectivas muito sombrias para a economia brasileira. A expectativa de inflação alcançava dois dígitos. Em números reais, havia uma perspectiva de crescimento muito pequena para os próximos dois anos; para 2004, a expectativa era de, no máximo, 3%; e a expectativa de balança comercial com as exportações era da ordem de apenas R\$16 bilhões. Não havia expectativa concreta de resultados significativos da política de empregos do Governo do Presidente Lula, conforme as análises feitas naquele momento.

Após um período de apenas dez meses, podemos registrar, com muito otimismo, os atuais indicadores com um crescimento de 4,86% do PIB. É o melhor desempenho desde 1993. Segundo o IPCA, a taxa anual de inflação é de 7,12%, consolidando a trajetória de queda do índice que alcançou dois dígitos em 2002. De janeiro a outubro, foram criados 1 milhão e 790 mil empregos formais, o que nos assegura que o Governo do Presidente Lula terminará este exercício com a geração de, pelo menos, dois milhões de empregos.

Essa é a grande expectativa positiva que tenho. Falo isso com muita esperança, porque parecia que o

desalento havia tomado conta de todo o País em relação à recuperação das taxas de emprego. A moeda americana, que alcançou quase R\$4,00 em 2002, está neste ano na faixa de R\$2,90, não pressionando a inflação nem trazendo graves problemas para os exportadores.

Tal situação tranquiliza a macroeconomia e traz boas expectativas para o próximo ano. No comércio exterior, há uma expectativa de saldo de balança comercial favorável da ordem de R\$16 bilhões – a que se imaginava no começo do ano. No mês de outubro, o resultado foi R\$33,3 bilhões, o maior índice da história da balança comercial em relação às exportações. O risco país, que era superior a dois mil pontos em 2002, apresenta atualmente cerca de 450 pontos.

Trata-se de dados concretos que permitem a confiança da sociedade brasileira em seu futuro em 2005. Evidentemente, há fortes expectativas. Desejamos consolidar, no Governo do Presidente Lula, os marcos regulatórios, que necessitam de uma clara definição para a sociedade, para o grande investidor e para o setor produtivo brasileiro. A política de privatizações precisa ser bem esclarecida. A Lei de Falências pode trazer benefício concreto à sociedade brasileira e ao desenvolvimento nacional. As PPPs estão aguardando aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Todos esses elementos positivos podem recuperar definitivamente a confiança da sociedade brasileira no seu Governo e em seu próprio destino. Assim, seremos capazes de fazer a grande travessia. Evidentemente, há um forte debate entre os desenvolvimentistas e os monetaristas, o que é bom para o Brasil. Devemos ter a humildade de refletir e de discutir muito. É claro que a política de juros incomoda a todos nós, afeta uma expectativa de desenvolvimento que é o sonho de cada brasileiro e, seguramente, o sonho do Presidente da República. Mas os passos da sustentabilidade de uma política de crescimento que permitam a estabilidade política, aliada a uma visão de desenvolvimento nacional, seguramente são motivadores dessa realidade que passei a apresentar aqui. É uma matéria, apresentada pela revista **Veja**, uma revista insuspeita, intitulada: “Brasil”. Assim, solicito à Mesa que seja inserida nos Anais do Senado Federal.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GRANDE NATAL DE LULA

Boas notícias na economia mostram que o caminho está certo. Mas um bom 2005 depende de reformas

Lucila Soares

As vésperas do Natal de 2004, um pacote de boas notícias deu ao presidente Lula a oportunidade de reafirmar com convicção que nada de substancial mudará na política econômica nos próximos dois anos. Os números do quadro na página ao lado falam por si. Mostram que o governo não só conseguiu apagar um incêndio de grandes proporções como também recuperou a confiança externa e devolveu o Brasil à rota do crescimento. Qualquer analista econômico que fizesse projeção semelhante no início do governo seria considerado um desmiolado. Em janeiro de 2003, as instituições ouvidas semanalmente pelo Banco Central desenhavam um cenário pífio e decepcionante para 2004: crescimento de 3%, dólar a 3,80 reais, saldo comercial de 16 bilhões de dólares. No cenário de turbulência que se desenhara na reta final das eleições presidenciais, com o dólar batendo 4 reais e o risco-país ultrapassando os 2.000 pontos, parecia inevitável para muitos que Lula acabasse por lançar mão de alguma mágica do arsenal heterodoxo. Essa hipótese hoje é absurda.

A austeridade fiscal e monetária se impôs pelos resultados produzidos, que permitirão a Lula posar neste Natal como um Papai Noel com o saco de presentes cheio de bônus — entre elas, a mais cobiçada, o aumento do nível de emprego. Essa vinha sendo a nota dissonante no panorama econômico. O de-

semprêgo recuou pelo segundo mês seguido, ficando em 10,5% em outubro. Nos dez primeiros meses do ano foi criado 1,79 milhão de empregos formais, um dado ainda mais impressionante quando se leva em conta que, no primeiro ano do governo do PT, o PIB encolheu 0,22%, provocando nova rodada de previsões sombrias e renovação das apostas na mudança do rumo econômico. Mais uma vez, não se confirmaram nem uma coisa nem outra. É fato que o desemprego se encontra em níveis preocupantes, mas pelo menos se interrompeu a trajetória de alta. “Pela primeira vez na era democrática no Brasil, conseguiu-se inverter uma situação que beneficiava o caos sem estratégias heterodoxas ou confiscas, apenas aplicando política macroeconômica acertada, racional”, diz o ex-ministro da Fazenda Marçilio Marques Moreira, consultor da Merrill Lynch.

Todo esse êxito tem sido questionado por causa da taxa básica de juros da economia, a Selic, estabelecida pelo Banco Central. Ela vem provocando a ira do empresariado e tornou-se o gran-

de pomo da dis-córdia dentro do governo Lula, sendo recorrentemente criti-cada pelo vice-presiden-te, José Alencar, e pelo ministro-chefe da Casa Ci-vil, José Dirceu. Há duas se-manas, quando o Comitê de Po-lítica Monetária (Copom) decidiu aumentar os juros para 17,25% ao ano, uma nova saraivada de críticas se abateu sobre a política econômica. Nin-guém duvida que juro alto é um remédio amargo. Muitos consideram também

Os indicadores econômicos de 2004

Crescimento: a variação de 4,86%* do PIB é o melhor desempenho desde 1993

Inflação (IPCA): a taxa anual de 7,12%* consolida a trajetória de queda do índice, que alcançou dois dígitos em 2002

Emprego: de janeiro a outubro foi criado 1,79 milhão de empregos formais. E o melhor resultado desde 1992

Dólar: em 2002, a moeda americana chegou a quase 4 reais. Neste ano, na faixa de 2,90 reais, o dólar não pressiona a inflação nem prejudica as exportações

Comércio exterior: o saldo comercial de 33,03 bilhões de dólares* é o maior da história

Risco-país: depois de ultrapassar os 2000 pontos em 2002, o risco Brasil recuou para a faixa de 450 pontos

*Projeção

que o Copom tem sido excessivamente cauteloso e que a inflação não está dando sinais de descontrole que justifiquem altas sucessivas na Selic. O tiroteio vai continuar, uma vez que o BC já avisou que pode acelerar a alta dos juros. Mas essa é uma discussão sobre a dose, não sobre o remédio. Os críticos da política monetária podem estar atirando no inimigo errado quando culpam os juros pela incerteza em relação ao fôlego da atual retomada do crescimento.

O grave erro que se cometeu nos primeiros dois anos de governo foi não encaminhar, paralelamente às medidas destinadas a garantir a estabilidade macroeconômica, outras mudanças que dão horizonte de longo prazo à economia. Estas são, em sua maioria, de âmbito microeconômico. São medidas destinadas a remover gargalos na infra-estrutura ou a dar mais segurança aos investidores (veja quadro na pág. 42) que, se tivessem sido encaminhadas desde o início do governo, evitariam boa parte da discussão atual sobre o nível da Selic. Como não houve estímulo a investimentos, quando o crescimento foi retomado a capacidade de produção da indústria chegou ao limite muito rapidamente. E essa é uma típica situação de risco de retomada da inflação. "O nível dos juros é resultado de um esforço brutal do BC para adequar a demanda à capacidade da indústria", diz José Julio Senna, ex-diretor do Banco Central e sócio da MCM Consultores.

Algumas dessas mudanças teriam inclusive impacto direto sobre as taxas de juro. Isso porque a Selic é a taxa básica, utilizada pelo governo para remunerar seus títulos. No mercado, cobram-se juros na casa de 1 000% ao ano porque uma série de fatores torna arriscado emprestar dinheiro e a carga tributária sobre os bancos é muito pesada. Com isso, o spread (a diferença entre o custo de captação do dinheiro e o juro cobrado do tomador de um empréstimo) torna-se muito alto. Se aprovadas leis como a de falência, que permite ao credor recuperar mais rapidamente o dinheiro emprestado, e se a reforma tributária andar, está aberto o caminho para uma redução consistente dos juros.

Neste momento, dizem os analistas, o crucial é que o governo federal perceba que seu maior presente de Natal não é o excelente conjunto de resultados que tem para mostrar. "Seu grande trunfo é

o cacife político que esse conjunto lhe dá para persistir nos acertos, apesar de toda a resistência política interna, e promover as necessárias correções de rumo", afirma Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas. Além das mudanças microeconómicas, é essencial acelerar as reformas estruturais - o que significa livrarse de um arcabouço institucional pesadíssimo na legislação previdenciária, tributária e trabalhista. Juntas, essas três reformas têm o potencial de desatar o principal nó da economia brasileira, que é um modelo de Estado gastador que gera uma dívida pública equivalente a 55% do PIB. É para financiar esse rombo que o governo tem de remunerar seus títulos a juros altíssimos (olha aí a Selic de novo) e que o brasileiro arca com uma carga tributária da ordem de 36% do PIB, sem ter retorno compatível em serviços básicos, como saúde, educação e segurança. "É preciso acabar de vez com a era Vargas", resume Claudio Considera, ex-se-

cretário de Acompanhamento Econômico e professor do Ibmec.

De início, o governo Lula pareceu empenhar-se, mas ultimamente tem dado mostras de que pode preferir não correr o risco do desgaste político que alguns desses temas — como a reforma

trabalhista — podem significar na segunda metade do mandato. Seria um erro grave. O Brasil está diante de uma chance de ouro. O excepcional saldo comercial projetado para este ano, de cerca de 33 bilhões de dólares, colocou em outubro as contas externas do Brasil na melhor situação da história, com saldo de 10,78 bilhões de dólares em doze meses. O endividamento externo também recuou, e o investimento estrangeiro direto pode chegar a 17 bilhões de dólares, quase 70% acima do valor de 2003 e 41% superior às projeções feitas no início de 2004. São números impressionantes para um país que ainda tem tantos problemas a resolver. Não é difícil antever o potencial de crescimento se houver coragem política para promover as mudanças que faltam. Para Marcílio Marques Moreira, é questão de escolher. Diz ele: "Ou o sucesso macroeconômico acelera as mudanças ou os percalços microeconômicos põem a perder o que se conquistou". ■

Para um feliz 2005

Os bons resultados só serão mantidos se, aos acertos da política econômica, forem agregadas outras medidas.

Marcos regulatórios

Definição das regras de funcionamento dos setores de infra-estrutura e serviços, com destaque para o papel das agências reguladoras

Infra-estrutura

Privatizações ou concessões nas áreas de transporte e saneamento para agilizar a entrada de capital privado nesses setores

Lei de Falências

Sua aprovação é essencial para dar segurança às instituições de crédito e é peça fundamental para reduzir o spread (diferença entre o custo de captação do dinheiro e o juro cobrado do tomador de um empréstimo).

A aceleração das reformas tributária e trabalhista e a conclusão da reforma previdenciária são essenciais para dar ao país horizonte de crescimento a longo prazo

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SC) – Nos termos do Regimento, será assegurada a solicitação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, por 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta tarde de homenagens, principalmente a Ulysses Guimarães, gostaríamos de prestar a nossa, exatamente na esteira da afirmação de "a quem honra a honra". Gostaríamos de prestar uma homenagem ao ilustre Professor, do Paraná, René Dotti*, um dos mais brilhantes juristas deste País.

Depois de uma trajetória de brilhantismo no Paraná e com uma presença nacional afirmativa no mundo jurídico, extrapola ao assumir a vice-Presidência da Associação Internacional de Direito Penal, uma das mais antigas e prestigiadas associações jurídicas de todo o mundo. O Professor René Dotti foi eleito em votação, na Assembléia

Geral que se reuniu recentemente em Pequim, na China, por ocasião do 17º Congresso Internacional da Entidade. As nossas homenagens ao Professor, o brilhante jurista que honra o meu Estado, o Estado do Paraná.

Aproveito a lembrança de Ulysses Guimarães, na tarde de hoje, que foi tão ligado a lutas, como a da Assembléia Nacional Constituinte, a das eleições diretas e a da anistia, para, na esteira dessa lembrança, reproduzir artigo do Professor René Dotti, sob o título: Quem tem medo da História?

Faço isso como forma de pedir ao Senado Federal uma reflexão sobre o tema da anistia. Revivido nos últimos dias pela mídia nacional, esse tema merece reflexão da parte dos Srs. Senadores.

Escreve o Professor René Dotti que:

A Lei nº 6.683, de 79, concedeu anistia a todos quanto, entre dois de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometiveram crimes eleitorais, políticos ou conexos a esses. Também foram restaurados direitos

políticos e revistas punições de servidores públicos, militares e representantes sindicais aplicadas com base em atos de arbítrio, mas não determinou o silêncio da história sobre fatos políticos. Mas não determinou o silêncio da História sobre fatos políticos, econômicos e sociais relevantes do mesmo período.

A anistia foi necessária no projeto da transição lenta e gradual efetivada pelo presidente Geisel. Ela permitiu a volta ao país dos exilados e atenuou conflitos entre grupos e pessoas. Não foi um pacto de esquecimento mas um instrumento de conciliação para não se agravarem as tensões políticas e sociais. Daí o sentido de extinção da punibilidade para certos crimes e de restituição de direitos políticos e civis. O Congresso Nacional aprovou uma lei de pacificação evitando as trágicas perdas humanas, como ocorreu na Argentina com o imenso numero de vítimas: os mortos identificados e os desaparecidos pela ação dos regimes autoritários dos anos 70. Ainda agora a justiça Argentina e o Tribunal Penal Internacional de Roma estão processando militares e civis responsáveis pelo terrorismo oficial.

A questão da abertura dos arquivos do regime militar (1964-1985), estimula o debate entre setores do Governo Federal e a sociedade civil. Em carta de renúncia ao cargo de presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos, o advogado João Luiz Duboc Pinaud dirigiu apelo ao Presidente Lula para que o Governo não fique “refém da força bruta” e tome a decisão de abrir os arquivos do regime militar” (O Estado de S. Paulo, 20-11, p. A11).

O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a Ordem dos Advogados do Brasil e associações de Direitos Humanos são favoráveis à divulgação.

O direito de acesso a documentos, carimbados de sigilosos por uma legislação que pretende mantê-los na clandestinidade secular, não deve ser utilizado para renovar confrontos ou estimular retaliações. Ou para processar autores de crimes ou de perseguições ideológicas porque a barreira legal é intransponível, tanto pela Lei de Anistia como pelos Códigos Penal e Civil que regulam a prescrição. Por que, então, a necessidade do conhecimento de fatos, atitudes e processos que tramitam pelos tribunais militares? A resposta não é outra. O interesse é da História.

As causas e as circunstâncias da ditadura e das violências do Estado Novo (1937-1945) não foram suficientemente analisadas nos anos pós-terceiros. A bibliografia é escassa. Salvo a contribuição de poucos escritores, como Hélio Silva (1937 – Todos os Golpes se Parecem, Civilização Brasileira, RJ, 1970), as pesquisas de disciplinas sociais foram impedidas pela falta de acesso a documentos.

No domingo retrasado foi sepultado, com merecidas homenagens, o imortal brasileiro que se destacou mundialmente em Economia: Celso Furtado. Expedicionário na II Guerra Mundial; doutor pela Sorbonne (Paris) e em Cambridge (Inglaterra); autor de trabalho básico para o Plano de Metas do Governo Juscelino e do livro que é hoje um dos clássicos na especialidade, Formação Econômica do Brasil, de 1959. Ministro do Planejamento do Governo João Goulart, esse extraordinário pensador foi cassado em 1964. A violência do regime obrigou-o a sair do País. Exilado, ensinou nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França e foi nomeado professor da Sorbonne por decreto do Presidente Charles de Gaulle, justamente um dos grandes líderes contra o nazi-fascismo.

As gerações do presente e do futuro têm o direito de saber por que Celso Furtado e tantas outras personalidades notáveis foram banidas por atos de profundo e lamentável arbítrio. E também investigar as causas e as circunstâncias do movimento revolucionário, assim como fizeram alguns “brasilianistas”, a exemplo de Thomas Skidmore (Brasil: de Castelo a Tancredo).

Isso não é revanchismo. É história, cultura e civilização.*

O Professor René Ariel Dotti é advogado, professor universitário, membro da Academia Paranaense de Letras.

Creio que não há nada a acrescentar ao brilhante texto produzido pelo eminentíssimo Professor René Dotti.

Aproveito, portanto, este momento de homenagem para incursionar sobre outro tema que ganhou espaço nos últimos dias no Senado Federal e na imprensa do País: as medidas provisórias, tão combatidas desta tribuna por Parlamentares, por articulistas da nossa imprensa, lamentável e persistentemente, substituem os projetos de lei na expectativa de o Governo impor a sua vontade sobre o Poder Legislativo.

Estamos aqui debatendo formas de solucionarmos esse impasse, porque todos reconhecemos que as medidas provisórias estão impedindo uma produção mais eficiente do Legislativo. A produção legislativa está significativamente comprometida pelo excesso de medidas provisórias editadas pelo Presidente da República.

O Presidente da República mudou, sem dúvida, de postura em relação a esse artifício utilizado desde os tempos do decreto no governo autoritário. Evidentemente, é bom que se faça justiça, esse expediente foi utilizado por todos os Governos, menos por alguns, mais por outros, mas, de qualquer maneira, é um expediente usual, utilizado até sob inspiração do presidencialismo que tem presença forte e que se impõe diante do Poder Legislativo.

Vamos recordar o que dizia o Presidente Lula na Oposição, em relação às medidas provisórias. Em fevereiro de 2001, na qualidade de Presidente do Instituto da Cidadania, escreveu:

O Presidente Fernando Henrique Cardoso quer manter as medidas provisórias porque deseja completar o seu modelo econômico, subordinado ao FMI, sem submeter as decisões ao Congresso Nacional.

É o que pretende, por exemplo, com as anuncias alterações no Banco Central e com a regulamentação do sistema financeiro, uma espécie de blindagem da economia para dificultar as mudanças de rumo do País em um futuro governo das atuais oposições.

Senador Mão Santa, veja a ironia do destino. Se fôssemos ler esse texto, mudando apenas o nome do Presidente da República, ele seria atualíssimo. Em relação às mudanças do Banco Central, poderíamos sobretudo destacar essa lamentável, por meio também de medida provisória, que dá **status** de Ministro ao seu Presidente, exatamente como blindagem diante de denúncias repercutidas pela imprensa nacional que colocavam o Presidente do Banco Central sob suspeita em relação a atos ilícitos eventualmente por ele praticados.

Portanto, o Presidente da República atual não pode se esquecer do que escreveu, sobretudo neste momento, quando o próprio Líder do Governo nesta Casa, Aloizio Mercadante, reconhece que o Presidente da República extrapola na edição desnecessária de medidas provisórias. Apenas erra na estatística, quando afirma que um terço dessas medidas provisórias são desnecessárias e inconstitucionais. Creio que mais de dois terços destas são desnecessárias e inconstitucionais, afrontam a Constituição do País porque não guardam relação alguma com os pressupostos básicos da relevância e da urgência. São medidas provisórias nem relevantes, nem urgentes, submetidas ao Congresso Nacional sob o crivo do Presidente da República, na revelação do viés autoritário, inusitado e surpreendente, sobretudo em razão de seu passado e especialmente das afirmativas como essa que acabamos de ler, da lavra do Presidente Lula.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo aparte ao Senador Mão Santa, que está sempre presente em todos os debates nesta Casa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, aborda V. Ex^a dois assuntos importantes. Por um lado, estamos rememorando um dos melhores momentos da ditadura, que foi a Lei da Anistia. Eu gostaria de fazer uma homenagem ao então Ministro da Justiça, Petrônio Portella, por sua habilidade, clarividência e

espírito democrático, que moveram o Presidente João Figueiredo a aceitar a anistia. Ele era tão influente, que conseguiu o acerto. Tinha uma personalidade muito forte e era Presidente desta Casa. Talvez nenhum o excedesse em coragem. Senador João Capiberibe, quando uma reforma do Judiciário foi aprovada pelo Congresso e o Presidente Geisel mandou fechá-lo, resumiu em uma frase a situação: “Este é o dia mais triste de minha vida”. Só essa frase fez com que os militares reconsiderassem e o reabrissem. Petrônio Portella foi o ícone da anistia. Sem dúvida nenhuma, se não fosse o destino – que está nas mãos de Deus – S. Ex^a chegaria a Presidente da República. S. Ex^a chegou a confidenciar-me que seria o candidato do Presidente João Baptista Figueiredo. O candidato à Vice-Presidência seria do PP: Tancredo Neves. No entanto, o destino determinou que tivesse um enfarte e fosse afastado. A medida provisória que V. Ex^a traz mais uma vez à Casa tem que ser repensada. Nossa Constituição foi beijada por Ulysses Guimarães. S. Ex^a nos disse que quem não respeitasse a Constituição estaria rasgando nossa bandeira. Nossa Constituição tem 252 artigos. Quando terminarmos o Governo Lula teremos uma constituição paralela de medidas provisórias. Vamos atingir o mesmo número.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a é, entre os Senadores, aquele que, talvez, mais lança mão da história para sustentar a sua atuação parlamentar, especialmente quando assume a tribuna do Senado Federal. V. Ex^a é um estudioso da história.

Estamos, na esteira do brilhante artigo do Professor René Dotti, defendendo a história, a informação. Estamos defendendo o interesse da história, que é registrar os fatos para que eles possam ser do conhecimento não só do presente, mas do futuro do País, inspirando sobretudo a ação das novas gerações com a lição permanente que só a história pode nos oferecer.

Observo que o próprio Líder Mercadante assume agora uma postura de crítica ao excesso de medidas provisórias e que o Presidente do Senado Federal designa o Senador Eduardo Siqueira Campos para apresentar estudo a respeito da utilização excessiva de medidas provisórias, buscando a apresentação de sugestões para a superação desse impasse.

Em que pese todo esse esforço de cada parlamentar que se manifesta a respeito e até apresenta proposições por meio de projetos de lei que tramitam na Casa, vejo apenas uma solução. Ela vem do Executivo, da adoção de uma postura de respeito ao Poder Legislativo por parte do Presidente da República. Que o Presidente da República abandone essa tentação

de usurpar prerrogativas fundamentais do Congresso Nacional, porque está nos amesquinando, reduzindo a potencialidade de produção legislativa das duas Casas do Congresso. Com essa postura autoritária, o Presidente da República não apenas compromete a nossa imagem, mas trabalha contra o processo democrático e o interesse nacional. Não há como recuperar credibilidade, já que o Poder Legislativo se desgastou ao longo do tempo de forma extrema, não há como recuperar essa credibilidade perdida sem adotarmos uma postura de maior independência, ousadia e altivez diante as pressões do Poder Executivo contra o Congresso Nacional por meio da utilização das medidas provisórias que afrontam a Constituição do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador João Alberto Capiberibe.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. JOÃO CAIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Srs. Senadores, subo à tribuna nesta tarde para fazer dois registros da maior importância.

O primeiro diz respeito à realização, no auditório da Confederação Nacional da Indústria, do Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social na Amazônia Legal. O seminário reúne políticos, professores, pesquisadores e amazônidas para discutir e debater as necessidades, no campo do conhecimento, que a nossa região exige para a construção de um caminho de sustentabilidade econômica, ambiental e social.

A Amazônia brasileira corresponde a 51% do território nacional, mas, no campo do conhecimento, temos um número reduzidíssimo de professores e pesquisadores na Amazônia. É fundamental o conhecimento para desenvolvemos a Amazônia, pois considero que a ignorância está fazendo com que estejamos destruindo uma das mais ricas biodiversidades do planeta e atraindo sobre nós a cobiça internacional. Digo que, se o Brasil não for capaz de formular políticas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, se não houver uma preocupação com essa região, certamente, os olhos internacionais se voltarão para ela.

Esse seminário, promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, organizado pela Secretaria de Inclusão Social e coordenado pelo Dr. Alan Cunha, tem

o objetivo de fazer de Brasília o primeiro porto para o debate sobre o conhecimento nessa área.

Dispomos de grande diversidade de riquezas naturais, algumas delas chegando ao mercado, eu diria, sem um grande esforço oficial. Até de uma forma muito espontânea, nesses últimos anos, introduzimos alguns produtos típicos da Amazônia, além da exploração da agricultura industrial, do desenvolvimento de agriculturas tradicionais, como o cacau, que tem em Rondônia seu maior produtor no País, como o café, a maior produção da Amazônia. Falo de novos produtos, principalmente das frutas da Amazônia, como o açaí e o cupuaçu, que estão ampliando o espaço de mercado.

Parabenizo, portanto, o Ministério da Ciência e Tecnologia pela promoção desse evento e desejo, sobretudo, que o Ministério saiba aproveitar as sugestões que o evento vai deixar como política para o desenvolvimento da ciência e tecnologia na nossa região.

O outro motivo que me traz a esta tribuna é a iniciativa louvável do Presidente da República de reativar o Portal Transparência. Foi anunciada pelo Ministro Waldir Pires a reativação do Portal Transparência, da Controladoria-Geral da União, que entrou no ar na sexta-feira – como anunciado no Jornal Nacional –, disponibilizando aos brasileiros informações sobre os recursos orçamentários repassados pelo Governo Federal aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

No site www.portaltransparencia.gov.br está relacionado o volume dos recursos orçamentários do Governo Federal destinados à educação, saúde, segurança, etc, dos Estados e dos Municípios. Esses recursos transferidos para outros entes da Federação podem ser executados por meio de convênios assinados com os Estados, Prefeituras, organizações não-governamentais e fundações.

Essa iniciativa vem ao encontro do Projeto Transparência, de minha autoria, aprovado nesta Casa por unanimidade, com 61 votos favoráveis, que obriga todos os órgãos públicos, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, dos Governos Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, a disponibilizarem as receitas e despesas em tempo real nos sites oficiais.

Ora, o Governo Federal dá um passo adiante na medida em que lança o Portal Transparência e torna públicas todas as transferências... Ainda não tive tempo suficiente para investigar, para navegar nesse portal, para saber exatamente se ali também estão, além das transferências voluntárias, as transferências através de emendas parlamentares ou as transferências dos Ministérios nos diversos programas. É necessário que tenhamos acesso a todos os recursos repassados a Estados e Municípios.

Procurar a adoção de instrumentos capazes de permitir, senão de estimular, esse controle popular não é uma questão ideológica, mas um simples exercício de princípios republicanos. Precisamos “republicanizar” o orçamento público, dar conhecimento dele à sociedade, que, neste País, contribui para ela pesadamente, com uma carga fiscal que está atingindo 40% de tudo que nós produzimos, do PIB nacional. É uma carga fiscal parecida com a dos países escandinavos, mas com serviços de qualidade muito ruins. Temos estradas ruins, infra-estrutura que não atende o setor produtivo e atendimentos sociais, como a educação e saúde, que correspondem a de países africanos. Temos carga tributária de países ricos com serviços de países extremamente pobres. E temos milhões de brasileiros vivendo na mais completa indigência.

Sei que a carga tributária recai principalmente sobre os mais pobres, especialmente aqueles impostos que incidem diretamente sobre o consumo, como é o caso do ICMS, do PIS e da Cofins. Pela cesta básica, os pobres pagam o mesmo que os ricos.

É necessário, portanto, que haja, cada vez mais, um maior controle social do dinheiro da “contribuição cidadã”. Foi para isso que apresentamos o projeto que esta Casa acolheu, desde as Comissões até o Plenário, por unanimidade.

Quando governamos o Amapá, criamos esses instrumentos de consulta popular dos gastos públicos, prestando conta diariamente, incluindo contas bancárias, até porque o recurso é público. Se o recurso vem do cidadão, não há razões estratégicas, como alguns argumentavam, de que o Estado não pode dar publicidade a suas contas bancárias. Colocamos as contas na Internet, fizemos um *link* direto, e, na medida em que o recurso entrava, em que o contribuinte pagava os seus impostos, imediatamente os dados eram disponibilizados.

Parece-me que esses são princípios republicanos fundamentais que necessitam de garantia desta Casa e da Câmara dos Deputados. Tramita na Câmara o Projeto Transparência, o PLS nº 130. O Governo Federal, o Presidente Lula, o Ministro Waldir Pires, o Ministro Eduardo Campos já estão com todas as suas despesas detalhadas na Internet. É preciso que a Câmara acelere e aprove o projeto, para que possa ir à sanção presidencial. O Governador do Paraná Roberto Requião também decidiu colocar na Internet todos os seus gastos e receitas, assim como a Prefeitura de São Carlos.

Enfim, já há caminho e exemplos a serem seguidos. Com esse exemplo do Governo Federal, parece-me que a Câmara dos Deputados poderá acelerar e, definitivamente, aprovar a obrigatoriedade da transparência

para todos os entes públicos, incluindo as pequenas Prefeituras. Essas terão, evidentemente, um longo prazo para se ajustarem e se adaptarem a essas novas exigências. É fundamental que os Ministérios criem programas de modernização dessas Prefeituras.

Todos temos algumas experiências de alocar recursos de emendas parlamentares que não são utilizados porque as Prefeituras estão inadimplentes ou porque não têm equipes capazes de fazer acompanhamentos. Algumas delas terceirizam esses serviços, e os Prefeitos, muitas vezes, envolvem-se em situações de irregularidades que são quase insanáveis. As comunidades que vivem nesses Municípios são penalizadas, porque os Prefeitos não conseguem sair da condição de inadimplência junto aos órgãos federais e não têm acesso às emendas que os Parlamentares alocam para essas Prefeituras.

Portanto, a modernização da gestão com transparência e com clareza no uso do recurso, evidentemente, vai ajudar a evitar as irregularidades e a fazer com que as Prefeituras acessem com maior facilidade os recursos que lhe são alocados ou os que estão nos programas do Governo Federal.

Portanto, Sr. Presidente, tenho esperança de que a Câmara dos Deputados agilize a tramitação do projeto que torna obrigatória essa prestação de contas em tempo real, instantânea, e o aprove, para que, depois, o Presidente da República promulgue a lei, até porque o exemplo do Portal Transparência é um indicativo claro de que esse projeto é muito bem aceito pelo Presidente Lula e por toda a sua equipe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro por 20 minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, nos últimos anos, a excelência do desenvolvimento do agronegócio no Brasil vem sendo comemorada com entusiasmo e euforia. Esse ótimo comportamento possibilitou que a balança comercial do agronegócio apresentasse, ao longo deste ano, superávits crescentes que atingiram, no período de janeiro a outubro, a casa dos US\$30 bilhões. Esse resultado já é 37% superior ao obtido em igual período de 2003.

O notável desempenho do agronegócio fez com que esse segmento produtivo fosse eleito o carro-chefe da nossa economia por representar, atualmente, 34% do PIB. Está sendo responsável por 37% dos empregos no País e responde por 43% das exportações realizadas pelo Brasil. O equilíbrio da balança comercial brasileira vem sendo mantido graças ao desempenho

nenca antes visto do nosso agronegócio. No âmbito interno, o agronegócio tem segurado a economia, não permitindo nem o crescimento da inflação, nem o agravamento das crises econômicas do País, nem o crescimento do desemprego.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, temos notado que esse mesmo agronegócio começou a entrar em período de turbulência, o que não é deseável e enseja preocupações. Essa situação é decorrente, basicamente, da conjunção de três fatores: primeiro, das alterações no quadro de oferta e procura de *commodities* no mercado internacional, que provocaram uma drástica queda na cotação, ou seja, no preço dos produtos; segundo, da excessiva elevação dos custos de produção, como consequência do aumento desproporcional do preço dos insumos agropecuários, notadamente dos fertilizantes e defensivos, do petróleo e seus derivados, além do aço, que, por sua vez, provocou o aumento do preço das máquinas e dos equipamentos; terceiro, da queda do dólar e da consequente valorização do real.

Ao lado desses fatores, ainda tivemos sérias dificuldades no mercado internacional, como as que enfrentamos com a China quando embargou a soja brasileira. Depois, enfrentamos problemas com a Rússia em virtude das restrições que impôs à importação da carne brasileira, sob a alegação de que essa mercadoria apresentava riscos de ordem sanitária, como a contaminação por doenças. Ocorreram, ainda, em algumas regiões, situações climáticas desfavoráveis, como rigorosas geadas e escassez da chuva. Houve também a incidência da ferrugem na soja, que reduziu a produtividade física dessa leguminosa, comprometendo seriamente a lucratividade na exploração desse grão.

No caso específico do algodão, acresce-se ainda outro fator: enquanto o cultivo de sementes geneticamente modificadas é liberado nos demais países produtores concorrentes nossos, é expressamente proibido no Brasil. Desse modo, aqueles países, em decorrência do uso da transgenia, contam com expressiva vantagem econômica sobre este País.

Não bastasse todo esse cenário preocupante, vemos que os produtores rurais brasileiros, tão competitivos da porteira para dentro, continuarão a enfrentar a crônica dificuldade para fazer chegar os insumos até sua propriedade, e, depois, têm de dar um jeito de escoar sua produção, seja para o mercado interno, seja para o mercado externo. Isso acontece porque o Governo Federal não tem feito quase nada para melhorar a infra-estrutura brasileira de transporte, tanto na malha rodoviária quanto na portuária. As estradas estão cada vez mais sucateadas. No meu Estado, Mato Grosso,

que é um grande produtor agrícola, algumas estradas são ainda trafegáveis porque os próprios produtores têm se encarregado de fazer a manutenção delas.

Assim, o momento vivido atualmente pelos produtores começo a se tornar alarmante, sobretudo porque, agora, tem início o período de plantio da nova safra e eles estão ainda muito indecisos sobre que atitude adotar; é difícil, porque eles sentem no bolso o aumento dos custos da produção e não vislumbram, para o futuro, um cenário animador quanto aos preços internacionais das principais *commodities*, como a soja, o algodão, o milho, o arroz, o trigo e as carnes.

Sr. Presidente, a análise da situação no Brasil nos alerta para a necessidade de que se dê, com urgência, um tratamento especial e prioritário ao segmento do agronegócio, sob pena de jogarmos por terra um grande esforço feito por anos a fio.

Srs. Senadores, essas ponderações que aqui faço, fazem coro com aquelas que vêm sendo manifestadas pelos produtores rurais brasileiros. As suas entidades representativas as tem debatido com profundidade e as expressado com freqüência aos representantes do Governo.

Ainda no dia 11 de novembro, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, realizou em Cuiabá uma reunião de âmbito nacional, com a finalidade de promover o debate entre produtores, lideranças rurais e representantes do poder público, a respeito do cenário para a safra 2004/2005, com vistas a identificar as medidas necessárias a serem adotadas com urgência, a fim de evitar uma crise no agronegócio brasileiro.

Tive a oportunidade de participar integralmente das análises e das discussões feitas naquela reunião. Ao final dela, foi elaborada uma pauta de reivindicações com os seguintes itens:

1) Aprovação da nova lei de biossegurança;

2) aprovação do projeto de lei que trata do registro e da importação de princípios ativos de agroquímicos, a chamada lei dos agrotóxicos genéricos, que tramita no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara Federal;

3) recuperação imediata, mesmo que de forma emergencial, da malha viária federal;

4) liberação de recursos para a comercialização (EGF, contratos de opção e outros mecanismos);

A propósito, Sr. Presidente, Senador Valdir Rapp, aprovamos semana passada, na Comissão de Assuntos Econômicos, coordenada pelo Relator do Orçamento da União, Senador Romero Jucá, recursos expressivos para as operações de política de preço mínimo para o estoque regulador. Porque nesta safra, com certeza, o Governo será comprador de produtos

agrícolas, sobretudo dos pequenos produtores. Por isso, aquela emenda que aprovamos na comissão e que agora está indo agora para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, fazemos questão de que seja aprovado com um bom volume de recursos, para atender esse requisito que estamos a comentar.

Sr. Presidente, continuo:

5) prorrogação do prazo de vencimento das parcelas dos contratos de investimento financiados com recursos do BNDES e dos Fundos Constitucionais, que vencerão em 2005, para o primeiro ano subsequente ao do vencimento do contrato;

6) prorrogação do prazo de vencimento de outros financiamentos rurais, caso a caso, conforme as disposições do Manual de Crédito Rural;

7) renegociação das dívidas rurais transferidas para o Tesouro Nacional;

8) encaminhamento de negociações setoriais com as *tradings*, com as empresas produtoras de agroquímicos e fertilizantes; e com as de máquinas e equipamentos.

Além dessas reivindicações, os produtores rurais decidiram, naquela reunião, ampliar a discussão com o fito de inibir o processo de abertura ou de incorporação de novas áreas para a produção agrícola, e decidiram também lançar um movimento, que denominaram de “compra zero”, pelo qual eles propõem reduzir a compra de insumos agropecuários e de máquinas e implementos agrícolas.

Sr. Presidente, antes de finalizar, queremos ressaltar que o agravamento dessa crise do agronegócio brasileiro afetará, de maneira desastrosa, não somente a economia nacional e o nível de emprego, mas também as finanças públicas, devido à consequente redução de arrecadação. Alguns Estados sofrerão ainda mais que outros os efeitos dessa crise, dada a dependência de sua arrecadação ao agronegócio, e isso, certamente, como um efeito dominó, afetará toda a sociedade.

Sr. Presidente, Sr^{os}s e Srs. Senadores, o Governo Federal precisa, na sua totalidade, estar atento ao desempenho do agronegócio brasileiro. Precisa analisar com acuidade o momento atual e, sobretudo, precisa adotar medidas que sejam, acima de tudo, pró-ativas, para evitar que o desempenho desse segmento fique comprometido por falta de medidas oficiais salutares para o setor. As autoridades governamentais devem agora, mais do que antes, voltar olhos e ouvidos para o campo brasileiro, e não deixar que nossa galinha dos ovos de ouro seja relegada ou perdida. É fundamental que haja um esforço para proteger o agronegócio brasileiro dos efeitos nefastos da conjuntura atual, a qual pode-

rá, então, ser passageira e periódica, como, aliás, tem ocorrido em diversos períodos da nossa História.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Com a palavra o nobre Senador Romero Jucá.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, serei bastante breve.

Venho à tribuna hoje fazer uma constatação dolorosa e, ao mesmo tempo, trazer um dado auspicioso referente ao meu Estado de Roraima e a capital, Boa Vista.

A constatação dolorosa é que nos últimos anos, notadamente neste ano, tem aumentado no País o número de acidentes de trânsito e o número de mortes no trânsito. O número de mortes na estrada tem aumentado muito, o que demonstra efetivamente que, depois de toda a legislação implantada e de um recuo nos índices de morte e de acidente de trânsito, o País voltou a ver esse indicador crescer de forma exponencial, ceifando vidas e gerando prejuízo para milhares de famílias do País.

Então, é muito importante que se tome ações concretas, que vão da fiscalização à melhoria das estradas e até a um trabalho de educação no trânsito, para que efetivamente as gerações futuras tenham condição de culturalmente já se preservarem dessa fatalidade.

Sr. Presidente, após essas palavras, quero aplaudir o trabalho feito pela Prefeitura de Boa Vista. Os dados do Denatran mostram que, de 2002 para cá, a Prefeitura de Boa Vista diminuiu em 50% o número de mortes no trânsito na cidade; diminuiu em 66% o número de acidentes com bicicletas – V. Ex^a é da Região Norte e sabe o quanto o trabalhador e famílias do Norte usam bicicletas como meio de locomoção. A Prefeitura teve o cuidado de buscar combater algo que era muito triste, os acidentes e mortes de trabalhadores, de jovens e mulheres que se deslocam de bicicleta.

A Prefeitura de Boa Vista foi mais além, Sr. Presidente. Este ano o Denatran – Departamento Nacional de Trânsito, premiou a melhor campanha de educação de trânsito, e a cidade de Boa Vista foi reconhecida em primeiro lugar no 4º Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito, feito com jovens, agentes comunitários, jovens infratores, enfim, com diversos segmentos da sociedade que estão colaborando no sentido de educar o povo de Boa Vista para que diminuam os acidentes.

Boa Vista hoje é uma das poucas capitais do Brasil, além de Brasília, em que o automóvel pára na faixa para que o pedestre atravesse a rua. Isso cria um conceito de cidadania muito importante. Vemos a satisfação das pessoas ao serem reconhecidas como cidadãs, quando um veículo pára na faixa para que elas possam atravessar. Por isso quero parabenizar a Prefeitura de Boa Vista.

É muito importante que o Denatran invista recursos na educação do trânsito, na sinalização e na fiscalização das irregularidades no trânsito. Não podemos concordar com esse incremento do número de acidentes e mortes no trânsito no Brasil. Existem caminhos para serem trilhados, e o exemplo da Prefeitura de Boa Vista é importante para que possa ser reproduzido em muitas cidades brasileiras que têm índices alarmantes de desastre e de morte no trânsito.

Agradeço, Sr. Presidente, e peço a transcrição das duas matérias: "Mortes no trânsito diminuiram

50%", e "EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO – Trabalho do Dmtran é o melhor do Norte.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

**EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO
Trabalho do Dmtran é o melhor do Norte**

SHENEVILLE ARAÚJO

Com as atividades de educação para o trânsito desenvolvidas na cidade, a Dmtran (Diretoria Municipal de Trânsito) de Boa Vista obteve o primeiro lugar da região Norte no 4º Prêmio Denatran (Departamento Nacional de Trânsito) de Educação para o Trânsito.

O prêmio tem o objetivo de estimular crianças e jovens para adoção de comportamentos que tornem o trânsito mais seguro, civilizado e humano, contribuindo para a redução do número de acidentes, mortos e feridos em todo o Brasil.

As ações da Dmtran envolvem integrantes dos projetos sociais municipais realizados com jovens e idosos, sendo 30 adolescentes do Projeto Crescer da Oficina de Educação para o Trânsito, 60 adolescentes do projeto Agente Jovens com o Grupo Animadores de Rua e participantes também do projeto Cabelos de Prata, que atende 400 idosos.

A diretoria local superou outras 34 instituições municipais e mais seis departamentos estaduais, conquistando o primeiro lugar na categoria/subcategoria Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) da região Norte. Na segunda colocação ficou a Companhia de Transportes do Município de Belém/PA (CTBEL) e em terceiro o Departamento de Trânsito do Estado do Pará.

O diretor da Dmtran, Marcos Duarte, destaca que agora Boa Vista passou a ser referência para as demais cidades do país. Para ele, esse reconhecimento se deve ao fato de ter conseguido unir vários segmentos da sociedade na discussão por um trânsito melhor, conforme a prática adotada de Gestão Participativa da atual Administração Municipal.

"Acreditamos que trabalhar com futuros condutores estaremos plantando a esperança de um trânsito mais humano em nossa cidade. E essa é uma de nossas principais ações", destacou.

Ele enfatizou que o respeito à faixa de pedestre é a principal conquista dessas atividades desenvolvidas pela diretoria. "Graças ao trabalho educativo e esclarecedor, os condutores da Capital roraimense foram os primeiros do Norte e quartos do Brasil a respeitarem a faixa de pedestre", comentou.

Segundo ele, nestes últimos três anos os integrantes dos projetos realizaram 450 blitz educativas, abordando o respeito à faixa de pedestre, equipamentos obrigatórios (capacete, cinto, triângulo de sinalização, retrovisores, extintores, estepe), estacionamento indevido em calçadas, excesso de velocidade, películas acima da porcentagem permitida, uso de telefone celular no trânsito e alterações e adaptação do trânsito local.

Também foram apoiadas atividades como o Dia Internacional da Mulher (ressaltando que a mulher é mais cuidadosa no trânsito), Dia da Árvore e Semana do Meio Ambiente.

COMEMORAÇÃO - A entrega dos prêmios será realizada no dia 17 de dezembro deste ano. Para comemorar o primeiro lugar, a Dmtran vai estar realizando hoje, a partir das 9h, na frente da Assembléia Legislativa, mais uma blitz educativa.

O prêmio foi dividido nas categorias educador de órgãos executivos, estudante, pesquisador e imprensa. Os primeiros, segundos e terceiros colocados das categorias de educador, pesquisador e imprensa ganharão diploma e cinco, quatro e três mil reais, respectivamente. Os primeiros, segundos e terceiros lugares da categoria estudante receberão diploma e a quantia de três, dois e um mil reais, respectivamente.

Mortes no trânsito diminuiram 50%

Segundo dados da Dmtran (Diretoria Municipal de Trânsito), um comparativo dos quatro primeiros meses dos anos de 2002, 2003 e 2004 mostra que houve uma redução de significativa de acidentes nas ruas da Capital.

Em 2002 foram registradas 32 vítimas fatais em Boa Vista. No ano seguinte, foram 14 vítimas. Neste ano, pelo menos 10 pessoas morreram nas ruas da Capital. Os dados comparativos apontam que uma redução de 50% nos casos de mortes de pedestres, 15% de vítimas não fatais e nos acidentes envolvendo ciclista a diminuição foi de 66,66% de vítimas fatais e de 31% de vítimas não fatais.

Entre 2002 e 2003, nos acidentes envolvendo motociclistas, houve redução de 13 para 5 mortes. Este ano foi registrado o mesmo número de casos do ano passado. "A preocupação com uma política que melhore a realidade do trânsito de Boa Vista é o que possibilitou a redução desse graves índices", destacou o diretor da Dmtran, Marcos Duarte.

A última ação que vem sendo desenvolvida para a manutenção desses resultados é a intensificação dos trabalhos de revitalização de faixas de pedestres e faixas seccionadas, totalizando em 56 km extensão.

Ao todo, 26 vias públicas, entre ruas e avenidas, serão incrementadas, nos bairros Paraviana, Estados, 31 de Março, Aparecida, São Pedro, Canarinho, Mecejana, São Vicente, 13 de Setembro, Centro, Pricumã, Asa Branca, Buritis, Sílvio Botelho, Senador Hélio Campos, Jardim Floresta, Liberdade, Tancredo Neves, Santa Teresa, Cambará e Cauamé.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUERIA CAMPOS (PSDB – TO)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Valdir Raupp, que preside esta sessão, meus caros companheiros de representação nesta Casa que considero do povo e dos Estados brasileiros, meus caros telespectadores da TV Senado, meus ouvintes da Rádio Senado FM e também da Rádio Senado AM em ondas curtas, que transmite para a Amazônia Legal e, portanto, para o meu Tocantins as sessões do Senado, nesta sessão não-deliberativa,

mas importante porque nos permite debater assuntos do interesse nacional, do interesse regional, dos interesses dos nossos Estados que aqui representamos, gostaria de poder falar um pouco da infra-estrutura do Estado do Tocantins, principalmente neste momento em que estamos discutindo o Orçamento da União, em que as bancadas se reúnem.

O Tocantins tem sido um diferencial na sua forma conjunta de atuar no Congresso Nacional, na união dos integrantes de toda a sua bancada, no apoio irrestrito que a bancada dá às ações do Governo do Estado. Mais uma vez, Sr. Presidente, nos reunimos para formatar as emendas de bancada e para discutir com o Secretário de Infra-Estrutura, que represen-

tou o Governador Marcelo Miranda nesta reunião. O comportamento da bancada do Tocantins foi, de novo, olhar pelo interesse nacional das obras estruturantes realizadas pelo Governo Federal no nosso Estado, pelos interesses do Estado e também pelo interesse dos Municípios. Isso nos levou à constatação de que dois eram os maiores compromissos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Tocantins no tocante a obras de infra-estrutura.

O primeiro deles, a Ferrovia Norte-Sul, Senador Valdir Raupp e Senador Mão Santa, não é uma obra de interesse regional, é obra de interesse nacional, pois vai permitir que toda a soja que hoje sai do Tocantins, do Mato Grosso, do Maranhão, do Piauí, por rodovias – não preciso aqui relembrar o estado das rodovias brasileiras –, possa escoar através dos trilhos e atingir a cidade de Imperatriz e de lá prosseguir até o porto de Itaqui, no Maranhão, e também até o porto do Estado do Pará. Estamos estrategicamente três mil milhas mais próximos do que os portos do Sul; vamos acabar com o passeio rodoviário, com o prejuízo nas estradas, baratear a soja brasileira e exportar por um porto mais próximo dos grandes mercados importadores dos nossos produtos, da nossa carne, da nossa soja. Portanto, a Ferrovia Norte-Sul é uma obra do interesse nacional. Mas o que vem ocorrendo? O Governo Federal manda R\$10 milhões, R\$5 milhões, R\$15 milhões, na proposta de origem. Essa quantia dá para construir cinco quilômetros de uma ferrovia que tem mais de mil quilômetros de extensão, que sai de Anápolis e chega ao ponto que divide o Tocantins com o Maranhão.

Quero lembrar aqui de uma frase importante que disse o Presidente Lula quando de sua passagem pelo Tocantins na época da campanha. Sua Excelência disse que a pior obra era a obra parada. Mas obra parada é também aquela que, no ritmo que está, demorará 20 ou 30 anos para ser concluída.

Outro grande compromisso de igual importância para o Brasil é a eclusa do rio Tocantins, na Usina Luís Eduardo Magalhães. Com a construção da eclusa, vamos permitir que se tornem navegáveis mais de 700 quilômetros. O objetivo é o mesmo, ou seja, transportar nossos produtos por uma modal de transporte infinitamente mais barata, mais racional, menos poluente e economicamente viável. Vamos abrir a possibilidade de transportar produtos pelas águas do rio Tocantins através de mais de 700 quilômetros até o terminal da Ferrovia Norte/Sul, na divisa com o Maranhão, enqua-

to ela não está construída em todo o nosso território. São obras cujos recursos não vão para os cofres do Estado. Não estamos pleiteando algo que será repassado pelo Governo do Estado para construirmos uma obra que poderá ser chamada de paroquial.

O nosso interesse é ver a infra-estrutura, os eixos do desenvolvimento nacional serem construídos. Uma vez que o Tocantins é o mais central dos Estados brasileiros – é o Estado que tem condição de produzir o que o Nordeste consome, junto, obviamente, com o nosso Piauí, o Maranhão, sem falar no Mato Grosso, no próprio Estado de Goiás, em todo o sul do Pará, tão rico –, o Tocantins tem o papel de articulador, é o portal de entrada da Amazônia; somos Amazônia Legal. Fazemos vizinhança com esses centros consumidores; o Nordeste, com todo o seu potencial turístico extraordinário e também produtivo, não conseguirá produzir para seu próprio consumo sem o apoio desses Estados vizinhos. Fazemos divisa com o nosso querido Estado de Goiás, com o Piauí, com a Bahia, com o Maranhão, com o Pará, com Mato Grosso, enfim, temos uma posição estratégica.

Essas obras sempre estiveram como prioridade nacional, e a bancada faz questão de colocar recursos. Aí fazemos um esforço para conseguir R\$4 milhões ou R\$5 milhões, como eu estava citando, Sr. Presidente, meu nobres pares. A eclusa é uma obra cara, cujo valor supera R\$400 milhões, e o Governo manda, na origem, Senador Mão Santa, R\$4 milhões; ou seja, não é suficiente nem para pagar o canteiro da obra, que está paralisada e que já teve três mil trabalhadores. A construção da Eclusa do Lajeado na Usina Luís Eduardo Magalhães, ou Usina do Lajeado, é de fundamental importância.

Quando o Governo manda na proposta do Orçamento da União quatro milhões de reais, ele sinaliza que não quer construir a obra. Vamos imaginar – não posso sequer falar nos dois anos restantes – que houvesse sido definido constitucionalmente que o Presidente teria mais quatro anos de mandato. Se isso já estivesse assegurado, se Sua Excelência mandasse 100 milhões por ano, em quatro anos seria construída a obra. Mas a quantia de quatro milhões significa que o Governo não quer fazer a obra, que fica na situação a que se referiu o Presidente da República. A pior obra é a obra parada. Uma obra do porte da eclusa do Lajeado, no Tocantins, paralisada passa a ser objeto de preocupação profunda. As empresas responsáveis pelo canteiro

têm todo o custo da manutenção, com o maquinário deslocado, homens parados, todo o material.

Trata-se de uma obra de engenharia complexa, sem falar na possibilidade de acidentes. Se qualquer cidadão vier a cair em algum dos buracos ou sofrer qualquer acidente, o responsável será a empresa. Isso sem falar nos três mil empregados que já trabalharam lá e estão na expectativa de retornar aos seus empregos.

O Governo coloca na proposta de origem três ou quatro milhões. A Bancada se reúne e consegue mais dez. O que isso significa para o andamento da obra?

Sr. Presidente, quero acreditar que o Senhor Presidente da República, homem adorado pelo povo brasileiro, que recebeu votação maciça em meu Estado, nos dois anos de mandato que lhe restam – isso sem falar na possibilidade de reeleição, não é isso que quero discutir neste discurso, fará sua parte no processo de investimento.

Quando falo da ferrovia norte-sul, que despertou grande interesse nos chineses, não quero imaginar que continuaremos no papel, apenas, de exportadores de matéria-prima bruta, sem agregar valores. Implantar a infra-estrutura nacional e preparar o Brasil para o desenvolvimento é o nosso papel. Se o Brasil estivesse crescendo 5%, 6% ou 7% ao ano, não teríamos infra-estrutura para suportar esse crescimento, Senador Mão Santa. Nós queremos muito o desenvolvimento deste País, mas se conseguíssemos, num estalar de dedos, que o Brasil crescesse na ordem de 4%, 5% ou 6% ao ano, por que portos faríamos nossas exportações? Por que ferrovias iríamos transportar nossos grãos? Por quais hidrovias iríamos baratear o custo do escoamento da produção?

É por isso, Sr. Presidente, que este é o debate que interessa: a construção de nossa infra-estrutura para permitir o crescimento do Brasil. Todo ano, quatrocentos mil jovens chegam ao mercado de trabalho, ávidos por ingressar nele. Essa mão-de-obra somente será absorvida se tivermos um crescimento acima de 4% ao ano. Como eu disse, não dá para pensar em crescimento sem infra-estrutura.

Então, meu caro Presidente Valdir Raupp, meu caro Senador Mão Santa, meus nobres Pares, meus telespectadores da TV Senado, nesta oportunidade, novamente, comunico a esta Casa, à população e ao Governador do meu Estado, Marcelo Miranda, ao Secretário de Infra-Estrutura, Brito Miranda, que nós, Senadores e Deputados, mais uma vez, tomamos a

decisão de fazer o sacrifício de alocar recursos nas emendas de Bancada para essas obras de infra-estrutura, seja pela comissão de transportes, seja pelas emendas regionais. Não vamos abrir mão disso. Vamos fazer nossa parte.

Quero crer, Sr. Presidente, que o sacrifício fiscal e a obsessão superavitária deram ao Governo créditos perante o FMI. Já não há que falar em crise. Está aí o mecanismo dos juros para essas situações. Temos um cenário adequado. Agora é hora de destinar parte desse esforço fiscal às obras de infra-estrutura.

O meu papel não é apenas o de representar meu Estado, mas também o de zelar pelo interesse nacional, visando acabar com as desigualdades regionais. Acredito na construção dessa rodovia. No Vale do Mississippi, além do transporte pelo rio, há uma ferrovia na margem esquerda e outra na margem direita. O país se integra por ferrovias, barateando o custo do escoamento da produção.

Não há nenhum país – insisto nisso – que tenha as mesmas condições que o Brasil para a produção. Esse Brasil novo, representado pelo Estado de Rondônia, Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, é o Brasil das Tordesilhas, dividido antes do descobrimento e não ocupado até hoje. Dois terços dos brasileiros moram no sudeste, que representa 1/3 de nosso território. Há dois ou três brasis diferentes. De um lado, o Brasil do melhor sistema de votação eletrônica; o Brasil da Lei de Responsabilidade Fiscal, que está sendo copiada por outros países; o Brasil que tem o maior índice de contribuintes que fazem declaração de renda pela internet. De outro, há o Brasil de milhares de famintos, de carência de infra-estrutura, de desigualdades regionais. Algumas pessoas ainda lamentam que nossas jazidas, nossos recursos minerais estejam tão longe das grandes concentrações urbanas.

Eu não vislumbro, Senador Mão Santa, nenhuma solução de curto prazo para a crise social no Rio de Janeiro. Nos grandes centros urbanos, quarenta mil jovens são assassinados, segundo levantamentos das entidades, como as pastorais, que olham pelos direitos humanos, pelas crianças. Estamos perdendo quarenta mil jovens na periferia dos grandes centros. A mudança dessa situação está relacionada diretamente com a retomada do desenvolvimento, com o otimismo que tinha Juscelino Kubitschek, com a coragem que teve Getúlio Vargas, com a coragem – digo modestamente – que teve Siqueira Campos de construir uma capital, de lutar pela criação de nosso Estado. Estou

falando da coragem de nosso povo de lutar por essa imensidão territorial que está aí. Lembro os lamentos de Augusto dos Anjos, quando se referia a milhões de metros cúbicos de água, que, podendo mover milhões de mundos, jaz paralisada na estática do nada. Nós estamos perdendo tempo, desperdiçando recursos que colocam o Brasil em uma posição de destaque, em uma posição privilegiada. Ninguém tem tanto recursos hídricos, ninguém tem tanto potencial, ninguém tem terras tão planas como nós, e estamos espremidos nos grandes centros, no sudeste, que já não é maravilha, em detrimento de um país inteiro que só espera a construção da infra-estrutura mínima necessária para o desenvolvimento.

Nesse contexto, incluo, com a permissão de V. Ex^a, meu Presidente, o Estado de Rondônia. Só quem conhece as terras férteis, o potencial do Estado, a migração dos gaúchos, dos paranaenses, importantes para a formação do nosso povo... Ao mesmo tempo em que despertamos essas esperanças todas, essas possibilidades para os brasileiros, queremos que haja uma divisão mais justa do orçamento.

Cerca de 80% dos orçamentos públicos do Brasil ainda são gastos no sudeste litorâneo, em detrimento de grande parcela do território nacional.

Eu vim aqui fazer essa reflexão, meus nobres Pares, meus caros telespectadores da TV Senado, exatamente para despertar a consciência desta Casa e, principalmente, do Governo Federal, para os compromissos com essas obras; compromissos feitos em campanha, em programas eleitorais, com maquetes eletrônicas, com todos os recursos da mídia e que, agora, queremos ver definitivamente implantados.

Concedo a V. Ex^a, Senador Mão Santa, um aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Siqueira Campos, atentamente estamos ouvindo V. Ex^a. Eu entendo o País. V. Ex^a é jovem, mas possui uma experiência extraordinária. É bíblico: “A árvore boa dá bons frutos”. Tive o privilégio, quando Governador do Piauí, de conceder a seu pai a comenda maior do Estado – Grã-Cruz Renascença na primeira capital do Piauí, Oeiras. Na oportunidade, ao conceder-lhe a comenda, fiz uma analogia com Juscelino, com quem seu pai tem muito a ver no que se refere à coragem. Juscelino criou Brasília, ele criou um Estado e uma capital que é uma brasiliazinha, de perspectivas invejáveis. V. Ex^a está dando uma aula e é uma pena que aqui não tenha ninguém do PT. Eles são de pouco trabalho. Acredito em

Deus e no trabalho. Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. É uma mensagem aos governantes: propiciar o trabalho. V. Ex^a vai mais além. Quem mais se aproximou de Juscelino foi seu pai. O transporte no Brasil está uma piada: as ferrovias, arrasadas, acabadas e estão só nos sonhos, porque o Orçamento não destina dinheiro, como V. Ex^a definiu; o transporte fluvial é mínimo. O transporte é 70% rodoviário, e 70% das estradas, segundo revista da Confederação Nacional de Transporte, estão em estado precário. Então, V. Ex^a chama o Governo à reflexão. Acreditamos que o trabalho traz desenvolvimento e riqueza. O que se vê no Brasil é a violência, e a causa disso tudo é a falta de emprego. Para onde vamos levamos a nossa formação profissional. V. Ex^a está fazendo um chamamento muito importante para o Governo, que já está quase no meio. Atentai bem: vamos a dezembro. É como se o sol tivesse bem no meio, ao meio-dia. Às seis horas da tarde, vem a escuridão, e acabou o Governo. Então, queremos levar nossas preces ao Presidente Lula, que sabemos tem boas intenções. Mas intenções, sem trabalho, não têm resultado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador Mão Santa, agradeço suas palavras generosas com relação a este modesto Parlamentar. Sinto uma alegria permanente, não somente por V. Ex^a ter se referido ao meu velho e guerreiro pai, Siqueira Campos, mas por V. Ex^a ter homenageado a ele com a maior das expressões das comendas que o povo do Piauí oferece àqueles que o Conselho, o Governador e seus integrantes entendem merecer. Meu pai tinha uma grande admiração por Juscelino Kubitscheck. Em uma determinada vez, pude ver uma carta de Juscelino a ele, uma das grandes alegrias de sua vida. Ele recebeu no Japão uma comenda que o último brasileiro que a tinha recebido fora Juscelino Kubitscheck. Meu pai, um homem simples e modesto, deixou, entre outras coisas, o seu trabalho, uma redivisão, um mapa novo na geografia brasileira. Então, V. Ex^a certamente emociona o povo do Tocantins inteiro, quando se recorda da comenda que deu ao Governador Siqueira Campos e de seus feitos. Eu diria que, no mínimo, talvez, além da sua permanente admiração por Juscelino Kubitschek, foi Juscelino quem permitiu, ao rasgar o chão deste Planalto Central com a Belém–Brasília, depois de ter feito o grande gesto de criar a nossa Capital, que a nossa família, na carroceria de um caminhão, chegasse ao território tocantinense. Devemos muito a ele.

Sr. Presidente, V. Ex^a fez uma citação bíblica, que não me desafia, mas me motiva a terminar meu pronunciamento com outra. Em Eclesiastes, 3, Senador Mão Santa, está dito em um de seus versículos que, para tudo, há um propósito entre o céu e a terra. Há tempo de plantar, há tempo de colher; há tempo de chorar e sorrir; de esparramar e depois juntar. E eu diria, como alguém que crê em Deus e acredita neste País, que é tempo de acreditarmos no Brasil; é tempo de acreditarmos no nosso potencial e na nossa capacidade de construir as coisas. Para mim, o homem é aquilo que ele diz.

Então, venho aqui desta tribuna, mais uma vez, pregar a minha fé no Brasil, a minha fé no Tocantins e a minha confiança de que nós, não este ou outro Governo, mas nós como sociedade, como Nação, vamos construir o Brasil dos sonhos de nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá e João Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2.^º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores: gostaria de deixar registrado o recebimento do Relatório Anual 2003 da Previnorte Fundação de Previdência Complementar, instituída pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, há mais de 15 anos, que conta com a participação, também, das empresas Manaus Energia S/A e Boa Vista Energia S/A.

Trata-se de entidade da Região Norte, muito bem posicionada no ranking nacional dos fundos de pensão, tendo movimentado quase R\$523 milhões até dezembro do ano passado.

É uma instituição moderna, que representa o que há de melhor na gestão de fundos de pensão em nosso país, detentora, inclusive, de certificação ISO 9001:2000.

Buscando ampliar sua participação do mercado de previdência complementar, a Previnorte tem apostado no fortalecimento de uma política de gestão de pessoas, aperfeiçoando seu corpo gerencial, e na consolidação de sistema de gestão de qualidade, que

inclui a implantação de moderno sistema de gestão previdenciária.

Da mesma forma, investem na melhoria da política de comunicação empresarial, entregue agora a profissionais especializados da área de Comunicação Social. Como resultado, a instituição tem ganhado visibilidade social, com ampla divulgação das ações da Fundação aos que dela participam, incluindo a reformulação dos informativos e do próprio Relatório Anual.

Do ponto de vista dos investimentos, a Diretoria registra a superação da meta atuarial de 19,42% estabelecida para o rendimento líquido, que acabou alcançando a marca de 21,13% no ano passado. Estamos falando de uma entidade que ampliou em quase 29% o volume de seus investimentos, que ultrapassaram a casa dos 465 milhões de reais.

Esse crescimento do investimento permitiu aumentar a cota de remuneração dos Planos de Contribuição Definida em quase 26% no ano de 2003.

É interessante notar, ademais, que todas essas vitórias foram alcançadas mesmo com a renovação da Diretoria, que efetivou-se no mês de novembro. Segundo o testemunho do atual Presidente da Previnorte, o administrador Luiz Henrique Hamann, não houve solução de continuidade nas ações previstas ainda na gestão do ex-Presidente Izidoro Lechuga Martin, eficientemente secundado pelo ex-Diretor Financeiro Massashi Tegoshi, substituído agora pelo engenheiro Fábio Resende da Silva.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, previdência complementar é um assunto sério em nosso país. Uma vez que a Constituição aponta a instituição de entidades fechadas de previdência complementar como padrão para a previdência dos funcionários públicos, acima de determinado teto, é bom saber que já contamos com know-how acumulado de bons modelos de gestão nesse setor, provando o acerto da aprovação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Encerro parabenizando os administradores da Previnorte, responsáveis pelos significantes resultados alcançados, e cumprimentando os beneficiários atendidos pela instituição, principais interessados na vitória das inovações administrativas implementadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores: trago para registro nos Anais desta Casa a

parceria do Governo do Estado do Tocantins e a Fundação Universidade Luterana do Brasil que foi firmada para a operacionalização do Centro de Recepção de Visitantes do Parque Estadual do Cantão.

Trata-se de um esforço conjunto entre governo e sociedade civil para dotar essa importante unidade de conservação regional – a qual permite uma constante investigação científica e avaliação da biodiversidade local –, de uma administração profissional que possibilite a exploração econômica das atividades e dos equipamentos de uso público do Parque.

A região do Cantão está localizada às margens do rio Araguaia, no município de Caseara, que conta com o operoso Suair Mariano de Melo no comando da prefeitura. O parque situa-se numa região de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Ali há muita semelhança com o Pantanal em face das terras sofrerem inundações sazonais e por se formarem um complexo sistema de lagoas próprias ao surgimento de comunidades biológicas aquáticas de grande diversidade, muitas delas ainda desconhecidas da própria ciência. Este fato faz do local um verdadeiro santuário ecológico que precisa ser preservado.

O Centro de Recepção se localiza numa área de aproximadamente 600 hectares. É composto por cinco prédios onde funcionam o centro de atendimento ao turista, a sede administrativa, garagem, alojamento e residência da gerência, além de um cais de embarque/desembarque e infra-estrutura de acesso, como vias de circulação e pista de pouso, de abastecimento de água e de fornecimento de energia, já implantados e em operação.

A parceria traz vantagens para todas as partes envolvidas, como ensinam as boas práticas de responsabilidade social hoje existente no país. A Fundação Universidade Luterana do Brasil põe em uso a infra-estrutura que detém e pode aplicar os recursos técnicos de ponta existentes para implementar ações voltadas às pesquisas que visam a boa exploração ecológica e turística da região, além disso pode captar recursos financeiros para o próprio projeto junto aos investidores do setor. O governo contando com essa parceria potencializa em algumas vezes os recursos existentes que são destinados às ações de preservação do meio ambiente. A sociedade, a seu turno, ganha mais um espaço de visitação pública, devidamente preparado

para tal, que gerando um fluxo de visitantes auxiliará na sustentação do próprio parque.

Dentre os objetivos dessa iniciativa está a idéia de possibilitar aos visitantes vivência e educação ambiental em uma região de grande beleza natural e diversidade biológica, visando dar exemplo de utilização adequada do patrimônio natural.

O governo do meu Estado do Tocantins mostra, mais uma vez, prefeita sintonia com os temas da atualidade e sua grande capacidade de articulação para solucionar, questões da área ambiental. Parabenizo também a Fundação Universidade Luterana do Brasil por compreender a importância e participação no projeto.

E finalmente, com o mesmo entusiasmo cumprimento a prefeita e aos meus conterrâneos de Caseara pela consolidação do Parque Estadual do Cantão.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 204, DE 2004

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004.

Relator revisor:

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 52, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004, que dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de

crédito par investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até o dia 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6ºA à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004.

Relator revisor:

– 3 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999
(Votação Nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.274, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Waldeck Ornelas, favorável com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 4 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2002
(Votação Nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *incluso § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)*.

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

– 5 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 1, DE 2003
(Votação Nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos*

sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.

Parecer sob nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003
(Votação Nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 7 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.*

Parecer sob nº 103, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável à matéria e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000, que tramitam em conjunto.

– 8 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 1999
(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 77, de 1999,
e 22, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal.* (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 81, DE 2003

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que *acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.*

Parecer favorável, sob nº 270, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 11 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).*

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 12 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2001 (nº 1.071/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997.*

Parecer sob nº 1.383, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade” o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG.*

Parecer favorável, sob nº 101, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas.

– 15 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.* (Apropriação indébita contra associação ou fundação).

Parecer sob nº 1.693, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 16 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal criando a Comissão de Desenvolvimento Regional.*

Pareceres sob nºs 1.728 e 1.729, de 2004, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– Diretora, Relator: Senador Alberto Silva, favorável, com a Emenda nº 3 –Cdir (Substitutivo), que oferece.

– 17 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102,
DE 2002-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002-Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais.*

Parecer sob nº 1.749, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido.

– 18 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2003

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 27, de 2003*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (SBPE) e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.794, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição, com voto contrário do Senador César Borges, e em separado, do Senador Paulo Octávio.

– 19 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2004

(*Tramitando nos termos do art. 143 do Regimento Comum*)

(*Em virtude de adiamento, conforme o Requerimento nº 1.412/2004, aprovado em 16-11-2004*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o Título VI (dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Código Penal.*

– 20 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2004

(*Tramitando nos termos do art. 143 do Regimento Comum*)

(*Em virtude de adiamento, conforme o Requerimento nº 1.413/2004, aprovado em 16-11-2004*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente* (dispõe sobre os crimes relativos a cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças e adolescentes).

– 21 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004

(*Tramitando nos termos do art. 143 do Regimento Comum*)

(*Em virtude de adiamento, conforme o Requerimento nº 1.414/2004, aprovado em 16-11-2004*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente* (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres, quando hospedarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização).

– 22 –

REQUERIMENTO Nº 1.391, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.391, de 2004, do Senador Roberto Saturnino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2001, de sua autoria.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 1.402, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.402, de 2004, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 1.403, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.403, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 122, de 1999, e 233, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 25 –

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2004, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 461, de 2003, por regularem a mesma matéria.

– 26 –

REQUERIMENTO Nº 1.434, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.434, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2002, e 269, de 2004, por regularem a mesma matéria.

Requerimentos de urgência lidos nas sessões de 25 e 26-11-04, pendentes de votação:

Nº 1.472, de 2004, requerendo regime de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.125, de 2004, que susta os efeitos da Portaria nº 160, de 13 de abril de 2004, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Nº 1.475, de 2004, requerendo regime de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003, que altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Dispõe sobre falsificação de papéis públicos).

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 7 minutos.)

PARECER Nº 60, 2004-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 1, de 2004-CN (nº 3.124/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.879, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam refe-

rente à execução do acompanhamento das 40 (quarenta) obras e de levantamento de auditoria necessários à validação da novel metodologia de fiscalização de obras (TC nº 5.183/2003-4), e levantamento de auditoria realizado nas obras de construção das Barragens de Piaus e Taquara, localizados nos Estados do Piauí e Ceará respectivamente (TC nº 15.183/2003-0)”.

I – Relatório

Trata o presente parecer do Aviso nº 1, de 2004-CN (nº 3.124/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1879, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente à execução do acompanhamento das 40 (quarenta) obras e de levantamento de auditoria necessários à validação da novel metodologia de fiscalização de obras (TC nº 5.183/2003-4), e levantamento de auditoria realizado nas obras de construção das Barragens de Piaus e Taquara, localizados nos Estados do Piauí e Ceará respectivamente (TC nº 15.183/2003-0)”.

As obras objeto do presente Aviso tiveram indícios de irregularidades graves apontados em auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB, do Tribunal de Contas da União, que motivou a inclusão de obras no Anexo VIII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004 (LOA/2004), nos termos do art. 93, **caput**, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO/2004), que assim mencionou: “O projeto de lei orçamentária anual e a respectiva lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, nos termos do § 6º deste artigo”.

I – Voto do Relator

Trata-se de um conjunto de levantamentos de auditorias realizado pela Secob, com auxílio das secretarias de controle externo nos respectivos estados, com o intuito de validar a metodologia desenvolvida pelo projeto reforme, que visa aprimorar as auditorias de obras do TCU, tendo como ferramenta principal de levantamento

preliminar de informações o Sistema de Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, ao invés da Lei Orçamentária Anual, menos detalhada, principal-

mente em termos de execução física. Para a realização dessas fiscalizações, foi selecionada uma amostra estratificada de 7 obras dentre o conjunto das 40:

Obra	Valor (R\$)	UF
Obra de implantação e pavimentação da Rodovia BR 468/R\$; Sub-trecho Três Passos-Fronteira Brasil-Argentina, Lote nº01.	12.386.892,70	RS
Contratação de serviços especializados em construção civil, em regime de execução indireta, para a elaboração do projeto executivo e execução total da reforma e ampliação do Instituto Nacional de Criminalística/DPF.	15.250.387,56	DF
Execução de obras de restauração e serviços de manutenção, nas rodovias BR-040/DF; trecho: Brasília - Div. DF/GO (pista dupla: 8,20 km; segmento: km 0,00 - km 8,20; extensão: 16,40km; BR-040/GO; trecho: Div. DF/GO - Div.GO/MG (pista dupla: 24,1 km; segmentos: km 0,00 - km 157,30; extensão: km 181,40; BR-251/DF; trecho: Div. DF/GO - entr. DF-001 (EPCT); segmentos: km 0,00 - km 45,60; extensão: km 33,90; Rodovia BR-070/DF; trecho: Div. MG/GO - Div. GO/DF; segmentos: km 0,00-km 33,90.	42.838.198,00	DF
Execução das obras e serviços de construção da barragem Piaus, tipo terra, incluindo fornecimento, instalação e montagem dos equipamentos hidroeletrônicos, localizada na divisa dos Municípios de São Julião e Pio IX-PI.	12.960.070,88	PI
Execução das obras e serviços de construção da Barragem Taquara, incluindo fornecimento, instalação e montagem dos equipamentos hidromecânicos e obras de proteção (cidade de Pacuca-CE), localizada no município de Cariré, no Estado do Ceará.	49.997.300,00	CE
Serviços de Engenharia para reforma e ampliação no Hospital do Câncer, H.L.G.L. e COA GE.	11.179.999,99	RJ
Serviços de duplicação, terraplanagem, pavimentação, O.A.E. e adequação de capacidade na BR-040/MG; trecho: Div. GO/MG - Div. MG/RJ ; subtrecho: entr. MG-424 (p/ Sete Lagoas) - entr. BR-153 (B)/262(A)/385 (A)- Anel Rodoviário de Belo Horizonte; segmento: Km 497,8 (Palmital) - Km 523,1 (Alípio de Melo).	17.803.946,63	MG

O TCU identificou irregularidades graves em duas dessas obras: construção da barragem Piaus e construção da Barragem Taquara, as seguintes irregularidades: (i) realização de licitação da obra com projeto básico apresentando ausência de documentação que fundamentasse e/ou validasse o volume do serviço de contenção de erosão em taludes (dique de bambu)", constante do item Reabilitação Ambiental; erros significativos, do comprimento e da altura, indicada do serviço de contenção de erosão em taludes (diques de bambu)", constante do item Reabilitação Ambiental; e estabelecimento de LDI (ou BDI) em 35,80%, enquanto o Sicre trabalha com 32,55%; (ii) sobrepreço caracterizado pela contratação de preços unitários dos serviços impressão, pintura de ligação e CBUQ faixas **B** e **C** acima dos preços do projeto básico, sem justificativa capaz de validar o preço ou composição de custos do licitante; e pagamento de LDI (ou BDI) de 35,80%, superior ao fixado no Sicre

(32,550/o); e (iii) ausência de análise da exequibilidade do preço cotado para o serviço " contenção de erosão (dique de bambu)", do item Reabilitação Ambiental, tendo em vista que o Consórcio Contek-Ápia cotou o preço daquele serviço cerca de 62% menor que o previsto no projeto básico.

No tocante às medidas tomadas pelo TCU tendo em vista estas irregularidades, o Acórdão nº 1.746/2003 deliberou em:

“9.1. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, com fulcro no artigo 43, inciso I da Lei nº 8.443/92, c/c o artigo 250, inciso II do Regimento Interno, que:

9.1.1. somente inicie as obras de construção das Barragens de Piaus e de Taquara após:

9.1.1.1. providenciados os Estudos de Impacto Ambiental, Relatórios de Impacto Ambiental e licenciamentos ambientais de que tratam a Resolução Conama nº 237/97

9.1.1.2. executado o levantamento da área a ser inundada, para fins de desapropriação das terras.

9.1.2. compatibilize, no contrato relativo à obra da Barragem de Piaus, o quantitativo especificado para o item de serviço “Preparo, carga, transp, descarga, lançam, espalham e adensamento de concreto compactado com rolo – CCR, fck90=9MPa, para núcleo do perfil creager, degraus dos rápidos e muro barragem da cota 350, inclusive fornecimento de materiais e insumos” com os projetos pertinentes;

9.1.3. havendo necessidade de acréscimo dos serviços discriminados à fls. 71 e 72 deste processo, no contrato relativo à Barragem de Piaus, e do item de serviço “Escavação carga, transporte e lançamento em bota-fora, de material comum (1ª categoria) dentro da linha de projeto – DMT = 1,5 km, código 2.4”, no contrato relativo à Barragem de Taquara, por meio da celebração de termos aditivos, sejam fixados custos unitários compatíveis com aqueles praticados no mercado local, fazendo constar, do processo administrativo que trata da administração dos contratos das referidas barragens, a devida fundamentação para os preços adotados, com base em fontes de referência específicas e amplamente reconhecidas para o setor;

9.1.4. providencie a compatibilização do cronograma físico-financeiro das obras fiscalizadas à disponibilidade orçamentária, de modo a evitar a ocorrência de despesas relacionadas a paralisações por falta de recursos;

9.1.5. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 dias, a ART inerente à elaboração dos Projetos Básicos das barragens de Piaus e Taquara;”

Posteriormente, tendo em vista o cumprimento pelo DNOCS do item supra citado do Acórdão nº 1.746/2003 – Plenário, o TCU, por meio do Acórdão nº 1.306/2004 – Plenário, de 1º de setembro de 2004, decidiu:

“9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando-lhe que as irregularidades de-

tectadas por esta Corte nas obras referentes à construção das Barragens de Piaus, no Estado do Piauí e de Taquara, no Estado do Ceará, contempladas, respectivamente, nos Programas de Trabalho 18.544.0515.1851.0130 e 18.544.0515.10AD.0002 (LOA/2004), noticiadas no Acórdão nº 1.746/2003 – Plenário e que motivaram a determinação ao DNOCS para a suspensão cautelar da execução dos contratos respectivos, foram saneadas, não existindo mais óbices, no âmbito deste Tribunal, para que as referidas obras recebam recursos do Orçamento da União;”

Em face do exposto, Voto pela exclusão do Anexo VIII da LOA/2004 do Contrato 19300250000282002, referente às obras de construção da Barragem Piaus, no Estado do Piauí, e do Contrato 19300250000362002, referente às obras de construção da Barragem Taquara, no Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, de setembro de 2004. – Deputado **Márcio Reinaldo Moreira**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Exclui os Contratos nº 19300250000362002, referente às obras de construção da Barragem Piaus, no Estado do Piauí, e nº 19300250000362002, referente às obras de construção da Barragem Taquara, no Estado do Ceará, do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, o contrato nº 19300250000282002, da Unidade Orçamentária 53204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, referente às obras de construção da Barragem Piaus, no Estado do Piauí.

Art. 2º Fica excluído do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, o contrato nº 19300250000362002, da Unidade Orçamentária 53204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, referente às obras de construção da Barragem Taquara, no Estado do Ceará.

Art. 3º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas nos artigos 1º e 2º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de setembro de 2004. – Deputado **Márcio Reinaldo Moreira**, Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 23 de novembro de 2004, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA ao Aviso nº 01/2004-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à **EXCLUSÃO** dos contratos nºs 19300250000282002 e 19300250000362002, referentes às obras de construção da Barragem Piaus, no Estado do Piauí e às obras de construção da Barragem Taquara, no Estado do Ceará, respectivamente, do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 17 e 18/11/2004, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Bernardo, Presidente, José Carlos Machado, Segundo Vice-Presidente, Alberto Goldman, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Joaquim, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Cesar Silvestri, Cleonâncio Fonseca, Colbert Martins, Daniel Almeida, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Héleno, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Boeira, José Carlos Elias, José Militão, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Maria Helena, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pastor Amarildo, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rodrigo Maia, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Terezinha Fernandes, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Geraldo, Zé Gerardo e Zezé Ribeiro; e os Senadores Sibá Machado, Terceiro Vice-Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Hélio Costa, Ideli Salvatti, João Capiberibe, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Tião Viana e Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 23 de novembro de 2004.


Deputado PAULO BERNARDO
Presidente


Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA
Relator

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 8, DE 2004**

ExcluiosContratosnº19300260000282002, referente às obras de construção da Barragem Piaus, no Estado do Piauí, e nº 19300260000362002, referente às obras de construção da Barragem Taquara, no Estado do Ceará, do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, o contrato nº 19300250000282002, da Unidade Orçamentária 53204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, referente às obras de construção da Barragem Piaus, no Estado do Piauí.

Art. 2º Fica excluído do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, o contrato nº 19300250000362002, da Unidade Orçamentária 53204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, referente às obras de construção da Barragem Taquara, no Estado do Ceará.

Art. 3º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas nos artigos 1º e 2º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de novembro de 2004.
– Deputado **Paulo Bernardo**, Presidente – Deputado **Márcio Reinaldo Moreira**, Relator.

PARECER Nº 61, DE 2004-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre os Avisos nºs 3, 4, 22, 23, 29, 30, 53 e 54, de 2004-CN, que tratam de avisos encaminhados pelo TCU acerca de obras com indícios de irregularidades graves.

Relator: Deputado **Cláudio Cajado**

I – Relatório

Trata o presente parecer dos Avisos nºs 3, 4, 22, 23, 29, 30, 53 e 54, de 2004-CN, que tratam de Acórdãos do TCU-Plenário acerca de obras com indícios de irregularidades graves, pendentes de apreciação pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A centralização dos pareceres destes avisos com um único relator se faz pertinente, uma vez que o prazo é exíguo para apreciação e tramita nesta Comissão matérias relacionadas às leis orçamentárias.

Nesse sentido, examina-se os assuntos constantes dos Avisos relacionados no Anexo 1.

As obras que apresentarem indícios de irregularidades graves apontados em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, devem ser incluídas no Anexo VIII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004 (LOA/2004), nos termos do art. 93, **caput**, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO/2004), que assim mencionou: “O projeto de lei orçamentária anual e a respectiva lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, nos termos do § 6º deste artigo”.

Portanto, a alteração do anexo VIII da LOA/2004, de acordo com a LDO/2004, está a cargo desta Comissão Mista, cuja decisão de “exclusões ou inclusões dos subtítulos, contratos, convênios, parcelas ou subtrechos no rol em à lei orçamentária observarão decreto legislativo, elaborado com base nas informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União, que nelas emitirá parecer conclusivo a respeito do saneamento dos indícios de irregularidades graves apontados” e terá caráter terminativo, nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional.

É o relatório.

II – Voto

A análise das matérias em questão encontra-se efetuada nas peças em anexo, que considera-se parte integrante deste parecer. Com base em suas disposições, Voto no sentido de que esta Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização:

- a)** tome conhecimento dos avisos relacionados no Anexo 1;
 - b)** exclua no Anexo VIII da LOA/2004, na forma do projeto de decreto legislativo (Anexo 12), os empreendimentos relacionados no Anexo 2; e
 - c)** altere o Anexo VIII da LOA/2004, na forma do projeto de decreto legislativo (Anexo 12), no que tange os empreendimentos relacionados no Anexo 3.
 - d)** autorize o arquivamento dos autos.
- Sala da Comissão, de novembro de 2004. – Deputado **Cláudio Cajado**, Relator

ANEXO 1

Anexo	Aviso CN	Empreendimento	Voto
4	003/04	Construção da Barragem de Castelo no Rio Poty - no Estado do Piauí	Exclusão do Anexo VIII
5	004/04	PT 26.782.0238.7456.0004. Construção de Trechos Rodoviários na BR-401 no Estado de Roraima - Construção do Trecho Km 100 - Normandia.	arquivamento
6	022/04	PT 18.544.0515.5256.0021. Construção da Adutora do Italuis com 45 Km no Estado do Maranhão – No Estado do Maranhão	Alteração do Anexo VIII
7	023/04	PT 26.782.0220.2834.0032. Restauração de Rodovias Federais – No Estado do Espírito Santo	Alteração do Anexo VIII
8	029/04	PT 26.782.0238.7456.0004. Construção de Trechos Rodoviários na BR-401 no Estado de Roraima - Construção do Trecho Km 100 - Normandia.	Alteração do Anexo VIII
9	030/04	Construção da Barragem Paula Pessoa no Estado do Ceará - No Estado do Ceará.	Exclusão do Anexo VIII
10	053/04	Construção da Barragem Bartolomeu II, no Município de Cajazeiras/PB.	Exclusão do Anexo VIII
11	054/04	PT 26.782.0235.1236.0101. Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba - Trecho João Pessoa – Campina Grande	Alteração do Anexo VIII

ANEXO 2

EXCLUSÃO

ANEXO VIII – OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

UF	Subtítulos	Empreendimento	Contratos e Congêneres
----	------------	----------------	------------------------

53101 — Ministério da Integração Nacional

PB	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BARTOLOMEU II, NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB	Empreendimento
----	-------	---	----------------

53204 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

CE	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM PAULA PESSOA NO ESTADO DO CEARÁ - NO ESTADO DO CEARÁ	Empreendimento
PI	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CASTELO NO RIO POTY - NO ESTADO DO PIAUÍ Construção da Barragem Castelo, no Município de Castelo do Piauí – PI	Contrato AJ-N. 76/88

ANEXO 3

ALTERAÇÃO

ANEXO VIII – OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

UF	Subtítulos	Empreendimento	Contratos e Congêneres
----	------------	----------------	------------------------

39252 — Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ES	26.782.0220.2834.0032	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS – NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Obras de restauração na rodovia BR-101/ES, segmento Km 0,0 - Km 149,0.	Contrato PG-019/00-00
PB	26.782.0235.1236.0101	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-230 NO ESTADO DA PARAÍBA - TRECHO JOÃO PESSOA – CAMPINA GRANDE Rodovia BR-230 trecho: João Pessoa/Campina Grande. Projeto de duplicação e restauração e respectiva execução de obras nos subtrechos: entranc BR-101 - entr. PB-055 e riachão entranc BR-104-A. Projeto de restauração e execução da obra no segmento da Rod BR-230 entranc. com entranc a PB-055 e riachão. exec. das obras interseção níveis das rod. BR 230 com a BR-101. Obras de ampliação, melhoramentos e restauração da rodovia BR 230/PB. trecho Cabedelo/Divisa PB-CE, Segmento Km 35,6 a 147,9.	Convênio de Delegação de Execução PG-169/97, referente ao objeto do Contrato PJ-007/99-DER/PB, exceto resarcimento, ao Estado da Paraíba, dos pagamentos efetuados em 2001, desde que sejam descontados os valores pagos em excesso pelo Departamento Estadual de Rodagem na Paraíba - DER/PB, na execução do Contrato PJ-007/99-DER/PB. Contrato PJ-007/99-DER/PB
RR	26.782.0238.7456.0004	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-401 NO ESTADO DE RORAIMA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO KM 100 - NORMANDIA Execução de obras e serviços de construção rodoviária, na BR-401/RR, trecho Boa Vista/Bonfim. Serviço de construção de pontes de concreto armado sobre os rios Itacutu (comprimento 230,00 m) e Arraia (120,00 m).	convênio SIAFI nº 372314, referente ao objeto do Contrato CP nº 001/2001, exceto execução dos serviços de pavimentação do tabuleiro da ponte sobre o Rio Arraia. Contrato CP nº 001/2001, exceto execução dos serviços de pavimentação do tabuleiro da ponte sobre o Rio Arraia.

53101 — Ministério da Integração Nacional

MA	18.544.0515.5256.0021	CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO ITALUIS COM 45 KM NO ESTADO DO MARANHÃO – NO ESTADO DO MARANHÃO Execução do lote II do sistema produtor do Itapecuru	Contrato 071/2000-RAJ
----	-----------------------	---	-----------------------

ANEXO 4**AVISO Nº 3, DE 2004-CN**

(Nº 25-Sgs-Tcu/2004, na Origem)

O Aviso nº 003, de 2004-CN, encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 41, de 2004 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção da Barragem de Castelo, localizado no município de Castelo, Estado do Piauí (TC nº 010.849/2003-3).

Trata-se de obras de construção da Barragem Castelo, a ser localizada no Município de Juazeiro do Piauí – PI, que beneficiará uma população de 825.000 habitantes, por meio da geração de energia, abastecimento d'água das cidades circunvizinhas, irrigação ao longo do vale à jusante e montante da Barragem, aproveitamento hidroagrícola em torno do lago a ser formado, piscicultura e lazer.

Tendo em vista a ocorrência de várias irregularidades graves no processo licitatório, o TCU, por meio do Acórdão nº 41/2004-TCU-Plenário, de 28.01.2004, determinou à “Secretaria da Infra-Estrutura do Estado do Piauí que, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 45 da Lei nº 8.443/92, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à anulação da Concorrência nº. 03/88 e, em consequência, do Contrato AJ-N. 76/88, que têm por objeto a construção da Barragem de Castelo”.

Em atendimento à deliberação do TCU, a SEINFRA/PI anulou, em 07.06.2004, o Contrato AJ/N. 76/88. A obra propriamente dita ainda não foi iniciada, encontrando-se na fase de elaboração do novo Projeto Executivo, que servirá de base para uma nova licitação tendo por objeto a construção da obra. O Projeto Executivo da obra é objeto do Contrato AJ-n. 33/2003, projeto esse que se encontra em fase final de elaboração. Já os projetos ambientais, inclusive EIA/RIMA, são objeto da Tomada de Preços nº 12/2003, que já se encerrou, mas cujo contrato decorrente, até à data da última inspeção do TCU, ainda não tinha sido celebrado. Não há dotação específica para estas obras na LOA/2004 nem há restos a pagar inscritos.

De acordo com as informações encaminhadas pelo TCU, por meio do Acórdão nº 1.408/2004 – TCU – Plenário, em cumprimento ao Artigo 98 da lei nº 10.934, de 11-8-2004 – LDO/2005, aquele órgão informa que:

Nesse ponto, destaque-se que a obra irá ser licitada já como Projeto Executivo elaborado.

Por fim, registre-se que a obra em pauta integra o Anexo VIII da LOA/2004, mas o Contrato AJ-N. 76/88, que ensejou essa inclusão, foi anulado pela Seinfra/PI em 0706.2004, com base no Acórdão n. 41/2004-TCU-Plenário, de 28-1-2004”

Portanto, como o contrato foi anulado e será feita uma nova licitação, não subsiste a irregularidade que ensejou a inclusão destas obras no quadro de obras com indícios de irregularidades graves. Em face do exposto, voto pela exclusão do Contrato AJ-N. 76/88, referente às obras de construção da Barragem Castelo, no Estado do Piauí, do Anexo VIII da LOA/2004, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo.

AVISO Nº 4, DE 2004-CN

(Nº 227-Sgs-Tcu/2004, na Origem)

O Aviso nº 004, de 2004-CN, “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 146, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à retomada da execução física das obras de construção de trechos rodoviários na BR-401, no Estado de Roraima – construção do Trecho KM 100 – Normandia – Serviço de construção de pontes de concreto armado sobre os rios Itacutu e Arraia (TC nº 001 .906/2004-0).”

O Acórdão nº 146/2004, do Tribunal de Contas da União – TCU, no qual foi discutida a Representação formulada pela SECEX/RR, objeto do processo nº TC 001 .906/2004-0, noticiou o possível descumprimento do artigo 93 da Lei nº 10.707/2003 (LDO/2004), pelo governo do Estado de Roraima.

O descumprimento da lei supracitada diz respeito à retomada da execução física das obras de arte especiais, relativas à ponte sobre os rios Itacutu e Arraia, com dotação orçamentária do PT 26.782.0238.7456.0004 (Construção de trechos rodoviários na BR-401 no Estado de Roraima – Construção do Trecho Km100 – Normandia – serviço de construção de pontes de concreto armado sobre os rios Itacutu e Arraia).

De acordo com o voto do Ministro Relator do TCU, as respectivas obras têm a sua execução orçamentária, física e financeira condicionadas à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, e estão sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o artigo 166, § 1º, da Constituição Federal.

Conforme as recomendações do relatório da unidade técnica do Tribunal e o voto do Ministro Relator, os Ministros acordaram que fosse determinada uma

audiência do Governador e do Secretário de Obras do Estado de Roraima com o Tribunal, visando à apresentação de suas razões para o reinicio das respectivas obras, sem que houvesse autorização do Congresso Nacional. Também, acordaram que o assunto deveria ser comunicado às Presidências do Congresso Nacional e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para sua informação.

Posteriormente, o TCU aprovou o Acórdão nº 1.004/2004, que é objeto do Aviso nº 29, de 2004-CN. Em virtude disto, perdeu-se oportunidade para esta Comissão tomar qualquer deliberação acerca do presente Aviso. Em face do exposto, Voto por que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 4, de 2004, do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

ANEXO 6

AVISO Nº 22, DE 2004-CN

(Nº 1.071-SGS-TCU/2004, na origem)

O Aviso nº 22, de 2004-CN, “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 756, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizada pela Secex/MA, com o objetivo de verificar a construção e a recuperação de obras de infra-estrutura da adutora do Italuís, no Estado do Maranhão (TC nº 4.920/2001-9)”.

Trata-se de obras de construção da Adutora do Italuís, com 45km, no Estado do Maranhão. A obra pretende suprimir a carência de água tratada para uso doméstico de São Luís, uma vez que o sistema existente, Italuís I, construído há mais de 20 anos, não consegue atender a atual demanda, bem como ampliar a oferta de água decantada para o parque industrial da ilha de São Luís, próximo ao complexo portuário do Itaqui, a fim de torná-lo economicamente viável.

Até a data da última vistoria realizada pelo TCU, em 12-7-2004, 10% das obras já haviam sido realizadas, sendo necessários R\$320.000.000,00 para a sua conclusão.

Não há restos a pagar inscritos para estas obras. Na LOA 2004, há uma dotação de R\$10.000.000,00, no programa de trabalho 18.544.0515.5256.0021 – Construção da Adutora do Italuís com 45Km no Estado do Maranhão, não tendo sido nada ainda empenhado.

O TCU identificou os seguintes indícios de irregularidades graves: (i) ausência de cadastramento dos contratos 71/2000-RAJ, 72/2000-RAJ e 43/2001-RAJ no SIASG; (ii) sub-rogação irregular do contrato

71/2000-RAJ; (iii) administração irregular dos contratos 71/2000-RAJ e 72/2000-RAJ; (iv) sobrepreço na composição da taxa do BDI do contrato 72/2000-RAJ; e (v) diversas irregularidades na concorrência pública nº 29/2000-CPL. Isto levou o Congresso Nacional a vedar a execução dos contratos 71/2000-RAJ e 72/2000-RAJ no âmbito da LOA/2003 e da LOA/2004.

No tocante à apreciação dos indícios de irregularidades, o relator do processo TC 4.920/2001-9, Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, afirma no seu Voto:

Em exame os esclarecimentos prestados pela Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão-Caema, quanto ao cumprimento das determinações constantes dos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão 72/2003, proferido na Sessão Plenária de 18-6-2003. Tais itens têm por objeto, basicamente, a conclusão dos estudos e definições técnicas concernentes às obras de infra-estrutura da Adutora de Italuís, a análise da composição de preços em decorrência da substituição de tubos de aço originalmente previstos para a adutora de água por outros de espessura inferior e a adequação dos percentuais de Bonificação e Despesas indiretas dos Contratos nº 71 e 72/2000, firmados, respectivamente, com as Construtoras Gautama Ltda. e CAS Ltda.

.....

3. Da análise empreendida pela Secob, depreende-se que o projeto executivo das obras de infra-estrutura da Adutora de Italuís encontra-se em estágio avançado de desenvolvimento, embora careça de definições quanto ao tipo de estrutura a ser utilizada para a travessia da Adutora em Perizes, a possibilidade de alteração do traçado da Adutora para utilização do canteiro central da BR-135 e a adaptação dos volumes dos centros de reservação ao plano diretor de abastecimento de água de São Luís.

.....

6. Uma vez afastada a possibilidade de aumentos injustificados no custo do empreendimento, considero ter havido uma modificação substancial no quadro fático que ensejou a matização de comunicação ao Congresso Nacional com vistas ao bloqueio de recursos orçamentários. A fim de evitar que o prazo necessário para a reanálise da matéria no

âmbito do TCU venha retardar a liberação dos recursos, é possível comunicar desde logo à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que não existem óbices à liberação dos recursos para prosseguimento das obras, estando o Projeto Executivo em fase final de conclusão.”

Nesse sentido, por meio do Acórdão nº 756/2004-Plenário, de 16-6-2004, o TCU decidiu:

“9.5 – encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para:

9.5.1 – às Presidências do Congresso Nacional e da sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, informando-lhes que não existem óbices à liberação dos recursos para prosseguimento das obras, estando o Projeto Executivo em fase final de conclusão.”

Todavia, de acordo com as informações encaminhadas pelo TCU, por meio do Acórdão nº 1.408/2004 — TCU — Plenário, em cumprimento ao Artigo 98 da lei nº 10.934, de 11-8-2004 — LDO/2005, aquele órgão, no tocante à subrogação do contrato 71/2000-RAJ, informa que:

“É recomendável o prosseguimento da obra ou serviço? Não.

Justificativa: A substituição da empresa originalmente contratada por consórcio, após a contratada ter passado por processo de cisão parcial, por configurar agressão a preceitos legais e constitucionais, pode dar ensejo à nulidade do termo Aditivo IV ao Contrato 71/2000-RAJ, bem como a rescisão contratual, nos termos do art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e da Súmula 473 do STF, a qual prescreve: – A Administração pode anular seus próprios atos, quando elvidos de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos a apreciação judicial – O indício de irregularidade, além de grave, é materialmente relevante, visto que 90% do contrato ainda estão pendentes de execução, incidindo na hipótese prevista no art. 93, § 2º, inciso III, da LDO/2004.”

Portanto, entendo que não há mais restrições à liberação de recursos para o contrato 72/2000-RAJ, conforme informações apresentadas pelo TCU tanto

no Acórdão 756/2004, quanto no Acórdão 1.408/2004. Contudo, no tocante ao Contrato 71/2000-RAJ, embora o primeiro acórdão recomende a liberação, o segundo, mais recente e que subsidiará a elaboração do quadro de obras com indícios de irregularidades graves da LOA/2005, recomenda a manutenção da sua vedação. Contudo, não considero que esteja claro que a cisão parcial do consórcio configura agressão a preceitos legais e constitucionais.

Em face do exposto, Voto:

a) pela exclusão do contrato 72/2000-RAJ, referente às obras de execução do lote I do sistema produtor do Itapecuru, do Anexo VIII da LOA/2004, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo; e

b) para que esta Comissão solicite ao TCU informações complementares acerca das irregularidades na sub-rogação do contrato 71/2000-RAJ, apresentando parecer conclusivo sobre a manutenção ou não da vedação da execução do referido contrato.

ANEXO 7 AVISO N° 23, DE 2004-CN (N° 1.128-SGS-TCU/2004, NA ORIGEM)

O Aviso nº 23, de 2004-CN, “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 827, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de restauração de rodovias federais no Estado do Espírito Santo (TC nº 004.442/2004-3)”.

Trata-se de obras de restauração de trechos das rodovias BR-259, BR-101 e BR-262, no Estado do Espírito Santo, visando recompor as condições de tráfego e proporcionar maior segurança aos usuários, mediante serviços emergenciais de recuperação de pontos críticos por onde circulam diariamente veículos e mercadorias de todas as regiões do País.

Até a data da última vistoria realizada pelo TCU, 69% das obras já haviam sido realizadas, sendo necessários R\$11.916.488,61 para a sua conclusão. Há restos a pagar inscritos para estas obras no programa de trabalho 26.782.0220.2834.0032 – Restauração de Rodovias Federais – no Estado do Espírito Santo. Na LOA 2004, há uma dotação de R\$12.565.544,00, no programa de trabalho 26.782.0220.2834.0032 – Restauração de Rodovias Federais – no Estado do Espírito Santo, da qual foi empenhado R\$5.182.817,91, tendo apenas R\$199.098,06 sido efetivamente pago até esta data.

O TCU identificou os seguintes indícios de irregularidades graves: (i) projetos básicos deficientes;

(ii) execução de serviços não previstos no Contrato nº PG-19/00-00, detectando-se ainda inconsistências entre medições e serviços realizados; (iii) sobrepreço nos Contratos nºs PG-19/00-00 e 17002/2001-00; (iv) falhas na execução das obras objeto do Contrato nº PG-19/00-00; (v) início de obras referente aos Contratos nºs 17-0010/2003 e 17-0002/2004 antes da sua formalização; (vi) improvidas no processo licitatório do Contrato nº 17-0010/2003 e (vii) alterações indevidas de projetos e especificações no Contrato nº PG-179/1998-00. Isto levou o Congresso Nacional a vedar a execução dos Contratos nºs PG-179/1998-00, PG-019/00-00 e 17002/2001-00 no âmbito da LOA/2003 e da LOA/2004.

O TCU, por meio dos Acórdãos nºs 343/2004-Plenário e 529/2004-Plenário, considerou saneadas as irregularidades no Contrato nº 17002/2001-00. Nesse sentido, no âmbito do parecer do Aviso CN nº 8/2004, foi aprovado o Decreto Legislativo nº 4/2004-CN, excluindo esse contrato do anexo VIII à LOA/2004.

No tocante às irregularidades no âmbito dos Contratos nºs PG-179/1998-0 e PG-019/00-00, o TCU, por intermédio do Acórdão nº 296/2004, de 24-3-2004 deliberou em:

“9.3 – rejeitar em parte as razões de justificativa dos responsáveis acerca dos indícios de irregularidade apontados na execução do Contrato nº PG-019/00-00, para a restauração da rodovia BR-101/ES, trecho Linhares – Divisa BA/ES, km 0 – km 149, determinando à 17ª UNIT/ES que condicione junto à empresa Tratenge Ltda., a continuidade do contrato à celebração de termo aditivo, a ser encaminhado a este Tribunal por cópia no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, estabelecendo:

9.3.1 – o desconto, proporcionalmente às próximas faturas, dos valores pagos em excesso em decorrência das alterações quantitativas do projeto original, em montante a ser apurado pelo DNIT com base no balanço das consequências financeiras dessas modificações na primeira, segunda e terceira revisões de projeto, utilizando, em confronto com os preços da contratada, os valores de mercado dados pelo Sistema de Custos Rodoviários – SICRO à época das revisões ou, na falta desse referencial para algum item, o valor orçado na licitação, considerados, em qualquer caso, os efeitos do reajustamento, encaminhando a

este Tribunal a planilha de cálculo juntamente com o termo aditivo requerido acima;

9.3.2 – a renegociação dos preços das quantidades acrescidas ou reduzidas no projeto, ainda não pagas, com base no sistema Sicro;

9.3.3 – a previsão de que outros acréscimos ou supressões, na eventualidade de ocorrerem, por necessidade devidamente justificada, sejam pagos com base no sistema Sicro;

.....
9.7 – dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam:

9.7.1 – à Presidência e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando, acerca do Programa de Trabalho PT nº 26.782.0220.2834.0032, constante do Quadro VII da Lei nº 10.640/2003, que foram saneadas as irregularidades inicialmente apontadas na execução do Contrato nº PG-179/98-00 (restauração da BR-259/ES, trecho João Neiva – Colatina, segmento km 0,0 – km 51,2) e que a execução do Contrato nº PG-019/00-00 (restauração da BR-101/ES, trecho Linhares – Divisa BA/ES, km 0 – km 149) não poderá ter continuidade enquanto não forem atendidas as condições estabelecidas no subitem 9.3 deste acórdão;”

Após a realização de nova fiscalização nas obras, no ano de 2004, o TCU não identificou novas ocorrências. Nesse sentido, por meio do Acórdão nº 827/2004-Plenário, de 30-6-2004, o TCU decidiu:

“9.4 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Presidência e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, bem como ao Ministro de Estado dos Transportes, informando-lhes que as novas ocorrências detectadas na presente fiscalização não recomendam a paralisação da execução orçamentária do PT nº 26.782.0220.2834.0032 – “Restauração de Rodovias Federais no Estado do Espírito Santo”, mantendo-se, contudo, o registro veiculado no Acórdão Plenário nº 296/2004, no sentido de que a execução do Contrato nº PG-019/00-00 (restauração da BR-101/ES, trecho Linhares – Divisa BA/ES. km 0 – km 149) não poderá

*ter continuidade enquanto não forem atendidas as condições estabelecidas no subitem 9.3 daquele **decisum**."*

Portanto, entendo que não há mais restrições à liberação de recursos para o Contrato nº PG-179/98-00 (restauração da BR-259/ES, trecho João Neiva Colatina, segmento km 0,0– km 51,2) e que a execução do Contrato nº PG-019/00-00 (restauração – Div. BA/ES -Linhares – BR 101 – Km 0,0 – Km 149,0) deve continuar vedada até o saneamento das irregularidades, de modo que sejam atendidas as determinações do item 9.3 do Acórdão nº 296/2004 TCU-Plenário.

Em face do exposto, voto:

a) pela exclusão do Contrato nº PG-179198-OO, referente às obras de restauração da BR-259/ES, trecho João Neiva – Colatina, segmento km 0,0 – km 51,2, do Anexo VIII da LOA/2004, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo; e

b) pela manutenção, no Anexo VIII da LOA/2004, do Contrato nº PG019/00-00, referente às obras de restauração na rodovia BR-101/ES, segmento Km 0,0 – Km 149,0.

ANEXO 8

AVISO N° 29, DE 2004-CN

(Nº 1.344-SGS-TCU/2004, na origem)

O Aviso nº 29, de 2004-CN, "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1004, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-401 no Estado de Roraima, trecho do km 100 – Normandia (TC nº 4.515/2004-1)".

Trata-se de construção de pontes sobre os rios Itacutu e Arraia, que constituem-se de obras de arte especiais integrantes do traçado da Rodovia BR-401, que interliga a Rodovia BR-174, em Boa Vista/RR, aos municípios roraimenses de Bonfim e Normandia e à República Cooperativista da Guiana (Guiana Inglesa). Dada a localização estratégica do estado, considerado de segurança nacional, esse empreendimento consiste em via de integração internacional com aquela República e o Caribe, possibilitando o escoamento da produção agropecuária de Roraima e de produtos da Zona Franca de Manaus para os países vizinhos.

Até a data da última vistoria realizada pelo TCU, em 24-7-2003, 45% das obras já haviam sido realizadas, sendo necessários R\$9.713.600,83 para a sua conclusão. Não há restos a pagar inscritos para estas obras. Na LOA 2004, há uma dotação de R\$4.500.000,00, no

programa de trabalho 26782023874560004 – Construção de Trechos Rodoviários na BR-401 no Estado de Roraima Construção do Trecho 1Km 100 – Normandia, da qual nada foi empenhada até esta data.

O TCU identificou a ocorrência das seguintes irregularidades graves no Contrato CP nº 001/2001: (i) alterações indevidas de projetos e especificações, tendo em vista o projeto executivo, aprovado pelo DNIT incluir serviço de aditivo de microssílica para concreto que não pode ser aceito; (ii) sobrepreço em alguns itens de serviço possuem sobrepreço, tais como Concreto $F_{ck} = 20\text{Mpa}$ (diferença de 56,40%) e Concreto $F_{ck} = 30\text{ Mpa}$ (diferença de 45,53%); (iii) superfaturamento, com alguns preços, de significativo peso na obra, apresentando significativa diferença, tais como concreto magro com uma diferença de 86,12% e concreto betuminoso usinado com uma diferença de 477,16%; e (iv) foi licitada e contratada uma ponte com quantitativos para 160 metros e 4 vãos, entretanto foi executada uma ponte com quantitativos para 120 metros e 3 vãos (em setembro de 2003 foi aprovada nova planilha, pelo DNIT, com novos quantitativos mais adequados à nova ponte, cuja adequação ainda está sendo avaliada pelo TCU). Isto levou o Congresso Nacional a vedar a execução destes contratos no âmbito da LOA/2003 e da LOA/2004,

Contudo, tendo em vista as conclusões da fiscalização realizada em 2004 acerca dos prejuízos pela paralisação das obras, o relator do processo TC 004.515/2004-1, Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, afirma que:

"10. Anuo, ainda, à proposta do Analista e do titular da Secex/RR no sentido de autorizar especificamente a liberação de recursos para a execução dos serviços de pavimentação do tabuleiro da ponte sobre o Rio Arraia, mantendo-se, contudo, o bloqueio de recursos orçamentários para o restante do PT A autorização para tais serviços mostra-se necessária, como assevera a unidade técnica, em razão da necessidade de resguardo da integridade da obra, a qual se encontra exposta aos rigores do período de chuva nesta época do ano."

Nesse sentido, por meio do Acórdão nº 1.004/2004-Plenário, de 2-8-2004, o TCU decidiu:

"9.6. – dar ciência desta deliberação, acompanhada do Relatório e do voto que a fundamentam, às Presidências do Congresso Nacional e da sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, informando-lhes que a obra referente ao Programa de Trabalho nº 26.782.0238.7456.0004 consta do Anexo

VIII da Lei nº 10.837 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2004), de 16-1-2004, e que foram verificadas irregularidades que não recomendam a liberação de recursos para as obras, à exceção daqueles necessários à execução dos serviços de pavimentação do tabuleiro da ponte sobre o Rio Arraia, haja vista a urgência da medida, com vistas a resguardar a integridade da obra.”

Convém destacar que o convênio Siafi nº 372314, instrumento de repasse de recursos da União para o contrato com indícios de irregularidades graves deveria estar no Anexo VIII da LOA/2004 pois é, de fato, o instrumento que está sob controle da União. Em face do exposto, Voto:

a) pela redução da vedação da execução física, orçamentária e financeira, com recursos federais, no âmbito do Anexo VIII da LOA/2004, do contrato CP nº 1/2001, referente ao serviço de construção de pontes de concreto armado sobre os rios Itacutu e Arraia, permitindo, exclusivamente, a execução dos serviços de pavimentação do tabuleiro da ponte sobre o Rio Arraia, haja vista a urgência da medida, com vistas a resguardar a integridade da obra, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo; e

b) pela inclusão, no Anexo VIII da LOA/2004, do convênio SIAFI nº 372314, referente ao objeto do Contrato CP nº 1/2001, permitindo, excepcionalmente, a execução dos serviços de pavimentação do tabuleiro da ponte sobre o Rio Arraia, haja vista a urgência da medida, com vistas a resguardar a integridade da obra, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo.

ANEXO 9

AVISO N° 30, DE 2004-CN

(Nº 1.354-SGS-TCU/2004, na origem)

O Aviso nº 30, de 2004-CN, “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1002, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e do voto que o fundamentam, referente ao Relatório de Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção da Barragem de Paula Pessoa no Estado do Ceará (TC nº 4.353/2004-1)”.

Trata-se de obras de construção da barragem Paula Pessoa, no Município de Granja/CE, objetivando a irrigação de 3.500 ha nos perímetros de Granja e Parazinho, o abastecimento d’água das cidades de Granja e Camocim, o desenvolvimento da piscicultura e a criação de 2.300 empregos diretos e 4.600 empregos indiretos com as obras da barragem e irrigação.

A obra de construção da Barragem Paula Pessoa teve seu início em 1962, por meio de execução direta pelo DNOCS, sendo paralisada em 1966, para realização de novos estudos. Posteriormente, em 1993, a Prefeitura Municipal de Granja retomou a obra, utilizando o projeto executivo elaborado pelo DNOCS como projeto básico, embora o mesmo estivesse defasado tecnologicamente. Apenas 0,36% das obras foram executadas, correspondendo a uma estrada de acesso, realizada em 1993, e às obras iniciadas pelo DNOCS em 1962. Estima-se que R\$90.000.000,00 seriam necessários para a sua conclusão. Não há doação específica para estas obras na LOA/2004. Não há restos a pagar inscritos.

O TCU identificou as seguintes irregularidades: superfaturamento em R\$203.048,28, segundo o último cálculo efetuado pelo DNOCS, com base nos valores dos serviços executados a preço inicial; antecipação de pagamento parcial das obras, atinente à primeira medição; e ausência de EIA/RIMA e da licença ambiental. Em virtude destas irregularidades o Congresso Nacional vedou a execução das obras na LOA/2004.

As obras encontram-se paralisadas há mais de dez anos e sem previsão para reinício. O contrato para execução das mesmas encontra-se extinto e sem a menor possibilidade de sua continuidade, sendo necessária à realização de nova licitação e assinatura de novo contrato, após a elaboração de um novo projeto básico. Nesse sentido, após a realização de nova fiscalização no corrente ano, o TCU, por intermédio do Acórdão nº 1.004/2004, decidiu:

“9.1 determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS que somente proceda a execução de recursos financeiros relativamente à Obra de Paula Pessoa para a elaboração do Projeto Básico, do estudo de viabilidade econômico-financeira, do EIA/RIMA e para obtenção das licenças ambientais pertinentes;

9.2. enviar cópia do presente Acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, comunicando-lhe que este Tribunal manifesta-se no sentido da liberação de recursos orçamentários exclusivamente para a elaboração do Projeto Básico, do estudo de viabilidade econômico-financeira, do EIA/RIMA e para a obtenção das licenças ambientais relativas à obra da Barragem de Paula Pessoa

no estado do Ceará, uma vez que as irregularidades apontadas dizem respeito justamente à ausência desses documentos/estudos básicos que requerem recursos financeiros para a sua concretização.”

Como não há contrato vigente e apenas após a elaboração do Projeto Básico e realização de processo licitatório o DNOCS poderá, eventualmente, contratar uma empresa para iniciar as obras, não há objeto a ser vedado referente à Barragem Paula Pessoa.

Em face do exposto, Voto pela exclusão da vedação da execução física, orçamentária e financeira, no âmbito do Mexo VIII da LOA/2004, das obras de construção da Barragem Paula Pessoa, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo.

ANEXO 10

AVISO Nº 53, DE 2004-CN

(Nº 1.805-SGS-TCU/2004, na origem)

O Aviso nº 53, de 2004-CN, encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.396, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção da Barragem de Bartolomeu II (TC nº 7.076/2004-3).

Trata-se de obras de construção de barragem no açude Bartolomeu, no município de Cajazeiras – PB. Na data da última vistoria realizada pelo TCU, em 30-6-2004, as obras estavam praticamente concluídas, faltando apenas serviços complementares, como calhas no talude para escoamento das águas superficiais e passagem molhada na via vicinal por onde escoa a sangria e dispersor. Não há restos a pagar nem recursos na LOA/2004 para estas obras.

O TCU identificou os seguintes indícios de irregularidades graves: (i) execução irregular de convênio, tendo em vista a não aplicação dos recursos em conta corrente por mais de 30 dias e não comprovação de uso de contrapartida; (ii) realização de modalidade indevida de licitação e com impropriedades no seu processo; e (iii) medição e pagamento de serviços não realizados. Isto levou o Congresso Nacional a vedar a execução destes contratos no âmbito da LOA/2004.

Na avaliação das irregularidades, o relator do processo TC nº 7.076/2004-3, Ministro Benjamin Zymler, informa:

“4. Observei, ainda, que havia sido apontada a ocorrência de fatos dos quais teriam resultado dano ao erário, que em seguida relaciono:

- pagamento por serviços não executados;
- fracionamento indevido da despesa;
- ausência de documentação da empresa Alba Lúcia Lacerda Brasileiro;
- existência de duas Atas de recebimento de documentação;
- falta de aplicação da contrapartida;
- falta de aplicação dos recursos no mercado financeiro.

5. Entre essas ocorrências, considerei que, em princípio, somente aquela relacionada ao pagamento por despesas não realizadas ensejaria a instauração de tomada de contas especial. Fora acusada a ocorrência de pagamentos à empresa Tratormaq Construções e Terraplanagens Ltda., sem que os respectivos serviços houvessem sido, prestados, totalizando R\$288.451,94, conforme itens da planilha de quantitativos dos serviços contratados.

6. Anotei, entretanto, que tal ocorrência devia ser cotejada com os demais elementos contidos nos autos. Observei, em especial, que:

- a contratação da obra (considerando-se os contratos e seus aditivos) ateve-se ao projeto básico aprovado pelo Ministério da Integração Nacional;
- a obra fora concluída;
- diversos serviços executados apresentaram preço unitário abaixo dos preços unitários praticados pelo DNOCS;
- foram gastos R\$2.048.574,72 pela Prefeitura na execução da obra, sendo que a União transferiu à Prefeitura Municipal de Cajazeiras, na data de 5-7-2002, o valor de R\$2.053.493,69.”

Nesse sentido, por meio do Acórdão nº 1.396/2004-Plenário, de 9-6-2004, o TCU decidiu:

“9.2. comunicar ao Congresso Nacional que:

9.2.1. a obra objeto do presente levantamento de auditoria já foi concluída e os respectivos pagamentos já foram realizados;

9.2.2. os indícios de irregularidades verificados por este Tribunal continuam sendo tratados no TC 010.015/2003-1, com deliberação preliminar constante do Acórdão 1.604/2003 – Plenário TCU, objeto de solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da

Câmara dos Deputados, atendida por meio do Aviso nº 2.778-SGS-TCU, de 23-10-2003;"

Além disso, de acordo com as informações encaminhadas pelo TCU, por meio do Acórdão nº 1.408/2004 — TCU — Plenário, em cumprimento ao Artigo 98 da Lei nº 10.934, de 11-8-2004 – LDO/2005, aquele órgão informa que as obras de construção da Barragem Bartolomeu II não se enquadram no disposto no art. 97 § 2º da Lei nº 10.934, de 11-8-2004 (LDO/2005).

Em face do exposto, Voto pela exclusão das obras de construção da Barragem Bartolomeu II, no Município de Cajazeiras/PB, do Anexo VIII da LOA/2004, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo.

ANEXO 11

AVISO N° 54, DE 2004-CN

(Nº 1.924-SGS-TCU/2004, na origem)

O Aviso nº 54, de 2004-CN, encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.470, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de adequação de trechos rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba, trecho João Pessoa – Campina Grande (TC 007.075/2004-6).

Trata-se de dois embargos de declaração contra o Acórdão Plenário nº 1.177/2004, referente ao Relatório de Auditoria, no âmbito do Fiscobras-2004, formuladas pelo DNIT e Ministério dos Transportes, requerendo manifestação do TCU sobre a legalidade do ressarcimento ao Estado da Paraíba, pelo DNIT, de pagamentos efetuados entre junho-dezembro/2001, no valor de R\$25.799.679,37, referentes à execução do Contrato PJ-007/99-DER/PB, firmado com a empresa Via Dragados, no âmbito do Convênio de Delegação de Execução nº PG-169/97. O direito defendido pelo Estado da Paraíba deve-se à Medida Provisória nº 82, de 7-12-2002, tendo em vista que aquele Estado aderiu à delegação ali prevista, assumindo a conservação e a manutenção de trechos de rodovias federais em seu território.

Na avaliação dos embargos, o Ministro Adylson Motta, informa:

No caso em deslinde, foram verificadas irregularidades na execução do Contrato PJ-007/99-DER/PB, firmado com a empresa Via Dragados, e não no aludido Convênio, em sentido estrito, que, segundo os autos, teve seu desenvolvimento formal considerado regular. Uma coisa é o pacto contratual entre o Estado da Paraíba e a Via Dragados, outra é

a relação convenial entre o DNIT e o referido ente público.

Entendo, nesse ponto, que a irregularidade verificada no Contrato não afasta a obrigação de ressarcimento, pelo DNIT, no que for realmente devido, ao Estado da Paraíba. Em outras palavras, a inclusão do Contrato PJ-007/99-DER/PB no Anexo VIII da Lei nº 10.837/2004 não deve obstar o cumprimento da obrigação convenial do DNIT em favor do Estado da Paraíba, respeitada a necessidade de compensar, no **quantum** a ser ressarcido, os eventuais pagamentos em excesso feitos à empresa contratada.

Importa lembrar que essa compensação decorre do fato de que os pagamentos efetuados pelo DER/PB, já em 2001, estavam inquinados pelo aludido superfaturamento, o que, conforme registrei acima, proíbe o respectivo ressarcimento sem a devida correção de valores em consonância com a determinação contida no item 8.4.1 do Acórdão Plenário nº 1.684/2003. Nesse sentido, repito que as alterações efetuadas no Acórdão 67/2002 – Plenário – TCU, não autorizam o DNIT a ressarcir o Estado da Paraíba sem proceder aos descontos então previstos na redação original do item 8.4.1 da decisão original, proferida em 2002, pois seria irregular a União absorver os prejuízos decorrentes do contrato celebrado pelo DER/PB.

Desde que respeitada essa condição, não vejo óbice ao ressarcimento pretendido, pois não se estaria afrontando a finalidade da inclusão do referido contrato no Anexo VIII da Lei nº 10.837/2004, que, no caso em estudo, é evitar maiores prejuízos ao erário em face de pagamentos de serviços superfaturados."

Nesse sentido, por meio do Acórdão nº 1.470/2004-Plenário, o TCU decidiu:

9.2. informar aos embargantes que:

9.2.1. os Acórdãos nos nºs 67/2002 e 1.684/2003, do Plenário deste Tribunal, bem como a Medida Provisória nº 82 de 7-12-2002, e o item 4 do Manual Operacional para Início dos Serviços em Convênios de Delegação não impedem o ressarcimento pretendido pelo Estado da Paraíba, junto ao DNIT em função do pactuado no Convênio de Delegação de Execução nº PG-169/97, desde que sejam

descontados os valores pagos em excesso pelo Departamento Estadual de Rodagem na Paraíba – DER/PB, na execução do Contrato PJ-007/99-DERIPB, conforme apontado no Acórdão Plenário nº 67/2002, de forma a evitar que o DNIT absorva os prejuízos advindos do mencionado superfaturamento;

9.2.2. a inclusão do Contrato PJ-007/99-DER/PB, vinculado ao Programa de Trabalho 26.782.0235.1236.0101, no Anexo VIII da Lei nº 10.837/2004, visa, nos termos do art. 93, § 2º, inciso I, da Lei nº 10.707/2003, a evitar prejuízos aos cofres da União, em face do superfaturamento apurado no mencionado contrato, não obstante, portanto, o ressarcimento previsto no Convênio PG-169/97, desde que efetuados os descontos indicados no subitem 9.2.1 deste Acórdão;

9.2.3. o desbloqueio da execução orçamentária do PT 26.782.0235.1236.0101, no que tange ao mencionado contrato, a que se vincula o Convênio PG-169/97, é competência do Poder Legislativo, nos termos do art. 93, § 5º, da Lei nº 10.707/2003, não podendo este Tribunal autorizar nem determinar ao DNIT a utilização do citado Programa de Trabalho para efetuar o aludido ressarcimento;

9.3. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para a adoção das providências que julgar cabíveis, bem como aos embargantes, para a devida ciência;”

Convém destacar que o instrumento que a união de fato detém controle é o Convênio PG-169/97. Portanto, deve-se vedar, parcialmente, a execução desse convênio, no tocante ao objeto do Contrato PJ-007/99-DER/PB, exceto o ressarcimento, ao Estado da Paraíba, dos pagamentos efetuados em 2001, desde que sejam descontados os valores pagos em excesso pelo Departamento Estadual de Rodagem na Paraíba – DER/PB, na execução do Contrato PJ-007/99-DER/PB, visto que trata-se de um direito daquele Estado, que o TCU deixou claro que não está prejudicado pela irregularidade no contrato de expedição das obras;

Em face do exposto, voto para que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 54, de 2004-CN, e das peças que o acompanham;

b) delibere pela inclusão do Convênio PG-169/97, no tocante ao objeto do Contrato PJ-007/99-DER/PB; e

c) autorize o DNIT a efetuar o ressarcimento, ao Estado da Paraíba, dos pagamentos efetuados em 2001, desde que sejam descontados os valores pagos em excesso pelo Departamento Estadual de Rodagem na Paraíba – DER/PB, na execução do Contrato PJ-007/99-DER/PB, com recursos do subtítulo 26.782.0235.1236.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba – Trecho João Pessoa — Campina Grande.

ANEXO 12 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Atualiza o Anexo VIII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, na forma proposta, os empreendimentos relacionados Anexo I.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dar continuidade à realização destes empreendimentos no momento em que entender oportuno, estando autorizada a sua execução orçamentária, física e financeira.

Art. 2º Os empreendimentos relacionados no Anexo II permanecem constantes do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, na forma indicada, autorizando-se a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios e congêneres não relacionados.

Art. 3º O DNIT está autorizado a efetuar o ressarcimento, ao Estado da Paraíba, dos pagamentos efetuados em 2001, desde que sejam descontados os valores pagos em excesso pelo Departamento Estadual de Rodagem na Paraíba – DER/PB, na execução do Contrato PJ-007/99-DER/PB, com recursos do subtítulo nº 26.782.0235.1236.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba – Trecho João Pessoa – Campina Grande.

Art. 4º O Tribunal de Contas da união fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas neste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 5º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de novembro de 2004. – Deputado **Cláudio Cajado**, Relator.

ANEXO 12
ANEXO I
EXCLUSÃO

ANEXO VIII – OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

UF	Subtítulos	Empreendimento	Contratos e Congêneres
----	------------	----------------	------------------------

53101 — Ministério da Integração Nacional

PB	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BARTOLOMEU II, NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB	Empreendimento
----	---	----------------

53204 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

CE	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM PAULA PESSOA NO ESTADO DO CEARÁ - NO ESTADO DO CEARÁ	Empreendimento
PI	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CASTELO NO RIO POTY - NO ESTADO DO PIAUÍ Construção da Barragem Castelo, no Município de Castelo do Piauí – PI	Contrato AJ-N. 76/88

ANEXO 12
ANEXO II
ALTERAÇÃO

ANEXO VIII – OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

UF	Subtítulos	Empreendimento	Contratos e Congêneres
----	------------	----------------	------------------------

39252 — Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ES	26.782.0220.2834.0032	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS – NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Obras de restauração na rodovia BR-101/ES, segmento Km 0,0 - Km 149,0.	Contrato PG-019/00-00
PB	26.782.0235.1236.0101	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-230 NO ESTADO DA PARAÍBA - TRECHO JOÃO PESSOA – CAMPINA GRANDE Rodovia BR-230 trecho: João Pessoa/Campina Grande. Projeto de duplicação e restauração e respectiva execução de obras nos subtrechos: entronc BR-101 - entr. PB-055 e niaçhão entronc BR-104-A. Projeto de restauração e execução da obra no segmento da Rod BR-230 entronc. com entronc a PB-055 e niaçhão. exec. das obras interseção níveis das rod. BR 230 com a BR-101. Obras de ampliação, melhoramentos e restauração da rodovia BR 230/PB, trecho Cabedelo/Divisa PB-CE, Segmento Km 35,6 a 147,9.	Convênio de Delegação de Execução PG-169/97, referente ao objeto do Contrato PJ-007/99-DER/PB, exceto resarcimento, ao Estado da Paraíba, dos pagamentos efetuados em 2001, desde que sejam descontados os valores pagos em excesso pelo Departamento Estadual de Rodagem na Paraíba - DER/PB, na execução do Contrato PJ-007/99-DER/PB. Contrato PJ-007/99-DER/PB
RR	26.782.0238.7456.0004	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-401 NO ESTADO DE RORAIMA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO KM 100 - NORMANDIA Execução de obras e serviços de construção rodoviária, na BR-401/RR, trecho Boa Vista/Bonfim. Serviço de construção de pontes de concreto armado sobre os rios Itacutu (comprimento 230,00 m) e Arraia (120,00 m).	convênio SIAFI nº 372314, referente ao objeto do Contrato CP nº 001/2001, exceto execução dos serviços de pavimentação do tabuleiro da ponte sobre o Rio Arraia. Contrato CP nº 001/2001, exceto execução dos serviços de pavimentação do tabuleiro da ponte sobre o Rio Arraia.

53101 — Ministério da Integração Nacional

MA	18.544.0515.5256.0021	CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO ITALUIS COM 45 KM NO ESTADO DO MARANHÃO – NO ESTADO DO MARANHÃO Execução do lote II do sistema produtor do Itapecuru	Contrato 071/2000-RAJ
----	-----------------------	--	-----------------------

C O N C L U S Ã O

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 23 de novembro de 2004, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado CLÁUDIO CAJADO ao **Aviso nº 03/2004-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à exclusão do Contrato AJ-N. 76/88, referente às obras de Construção da Barragem de Castelo no Rio Poty – no Estado do Piauí, do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 19 e 22/11/2004, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Bernardo, Presidente, José Carlos Machado, Segundo Vice-Presidente, Alberto Goldman, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Joaquim, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Cezar Silvestri, Cleonâncio Fonseca, Colbert Martins, Daniel Almeida, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Héleno, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Boeira, José Carlos Elias, José Militão, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Maria Helena, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pastor Amarildo, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rodrigo Maia, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Terezinha Fernandes, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Geraldo, Zé Gerardo e Zezé Ribeiro; e os Senadores Sibá Machado, Terceiro Vice-Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Hélio Costa, Ideli Salvatti, João Capiberibe, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Sérgio Zambiasi, Serys Slihessarenko, Tião Viana e Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 23 de novembro de 2004.


Deputado PAULO BERNARDO

Presidente


Deputado CLÁUDIO CAJADO

Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2004

Atualiza o Anexo VIII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, na forma proposta, os empreendimentos relacionados Anexo I.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dar continuidade à realização destes empreendimentos no momento em que entender oportuno, estando autorizada a sua execução orçamentária, física e financeira.

Art. 2º Os empreendimentos relacionados no Anexo II permanecem constantes do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, na forma indicada, autorizando-se a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios e congêneres não relacionados.

Art. 3º O DNIT está autorizado a efetuar o resarcimento, ao Estado da Paraíba, dos pagamentos efetuados em 2001, desde que sejam descontados os valores pagos em excesso pelo Departamento Estadual de Rodagem na Paraíba – DER/PB, na execução do Contrato PJ-007/99-DER/PB, com recursos do subtítulo nº 26.782.0235.1236.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba – Trecho João Pessoa – Campina Grande.

Art. 4º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas neste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 5º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de novembro de 2004.
– Deputado **Paulo Bernardo**, Presidente – Deputado **Cláudio Cajado**, Relator.

ANEXO I
EXCLUSÃO

ANEXO VIII – OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

UF	Subtítulos	Empreendimento	Contratos e Congêneres
----	------------	----------------	------------------------

53101 — Ministério da Integração Nacional

PB	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM BARTOLOMEU II, NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB	Empreendimento
----	---	----------------

53204 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

CE	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM PAULA PESSOA NO ESTADO DO CEARÁ - NO ESTADO DO CEARÁ	Empreendimento
PI	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE CASTELO NO RIO POTY - NO ESTADO DO PIAUÍ Construção da Barragem Castelo, no Município de Castelo do Piauí – PI	Contrato AJ-N. 76/88

ANEXO II
ALTERAÇÃO

ANEXO VIII – OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

UF	Subtítulos	Empreendimento	Contratos e Congêneres
----	------------	----------------	------------------------

39252 — Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ES	26.782.0220.2834.0032	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS – NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Obras de restauração na rodovia BR-101/ES, segmento Km 0,0 - Km 149,0.	Contrato PG-019/00-00
PB	26.782.0235.1236.0101	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-230 NO ESTADO DA PARAÍBA - TRECHO JOÃO PESSOA – CAMPINA GRANDE Rodovia BR-230 trecho: João Pessoa/Campina Grande. Projeto de duplicação e restauração e respectiva execução de obras nos subtrechos: entronc BR-101 - entr. PB-055 e riachão entronc BR-104-A. Projeto de restauração e execução da obra no segmento da Rod BR-230 entronc. com entronc a PB-055 e riachão. exec. das obras interseção níveis das rod. BR 230 com a BR-101. Obras de ampliação, melhoramentos e restauração da rodovia BR 230/PB, trecho Cabedelo/Divisa PB-CE, Segmento Km 35,6 a 147,9.	Convênio de Delegação de Execução PG-169/97, referente ao objeto do Contrato PJ-007/99-DER/PB, exceto resarcimento, ao Estado da Paraíba, dos pagamentos efetuados em 2001, desde que sejam descontados os valores pagos em excesso pelo Departamento Estadual de Rodagem na Paraíba - DER/PB, na execução do Contrato PJ-007/99-DER/PB. Contrato PJ-007/99-DER/PB
RR	26.782.0238.7456.0004	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-401 NO ESTADO DE RORAIMA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO KM 100 - NORMANDIA Execução de obras e serviços de construção rodoviária, na BR-401/RR, trecho Boa Vista/Bonfim. Serviço de construção de pontes de concreto armado sobre os rios Itacutu (comprimento 230,00 m) e Arraia (120,00 m).	convênio SIAFI nº 372314, referente ao objeto do Contrato CP nº 001/2001, exceto execução dos serviços de pavimentação do tabuleiro da ponte sobre o Rio Arraia. Contrato CP nº 001/2001, exceto execução dos serviços de pavimentação do tabuleiro da ponte sobre o Rio Arraia.

53101 — Ministério da Integração Nacional

MA	18.544.0515.5256.0021	CONSTRUÇÃO DA ADUTORAS DO ITALUIS COM 45 KM NO ESTADO DO MARANHÃO – NO ESTADO DO MARANHÃO Execução do lote II do sistema produtor do Itapecuru	Contrato 071/2000-RAJ
----	-----------------------	---	-----------------------

CONCLUSÃO

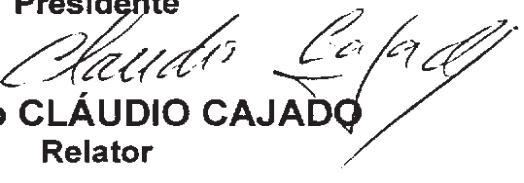
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 23 de novembro de 2004, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado CLÁUDIO CAJADO ao Aviso nº 022/2004-CN, favorável à EXCLUSÃO do contrato 072/2000-RAJ (obras de execução do lote I do sistema produtor do Itapecuru), referente à Construção da Adutora do Italuís com 45 KM no Estado do Maranhão, do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, e à solicitação ao TCU de informações complementares acerca das irregularidades na sub-rogação do Contrato 071/2000-RAJ, apresentando parecer conclusivo sobre a manutenção ou não da vedação da execução do referido contrato. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 19 e 22/11/2004, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Bernardo, Presidente, José Carlos Machado, Segundo Vice-Presidente, Alberto Goldman, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Joaquim, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Cesar Silvestri, Cleonâncio Fonseca, Colbert Martins, Daniel Almeida, Darci Coelho, Darcisio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Héleno, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Boeira, José Carlos Elias, José Militão, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Maria Helena, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pastor Amarildo, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rodrigo Maia, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Terezinha Fernandes, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Geraldo, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro; e os Senadores Sibá Machado, Terceiro Vice-Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Hélio Costa, Ideli Salvatti, João Capiberibe, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Tião Viana e Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 23 de novembro de 2004.


Deputado PAULO BERNARDO

Presidente


Deputado CLÁUDIO CAJADO
Relator

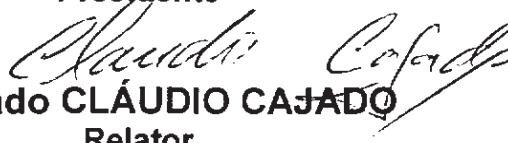
CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 23 de novembro de 2004, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado CLÁUDIO CAJADO ao Aviso nº 023/2004-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à EXCLUSÃO do contrato PG-179/98-00 (restauração da BR- 259/ES no trecho João Neiva – Colatina, segmento km 0,0 – km 51,2) e MANUTENÇÃO do contrato PG-019/00-00 (restauração na BR-101/ES, segmento km 0,0 – km 149,0) referente ao programa de trabalho Restauração de Rodovias Federais do Estado do Espírito Santo, do Anexo VIII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 19 e 22/11/2004, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Bernardo, Presidente, José Carlos Machado, Segundo Vice-Presidente, Alberto Goldman, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Joaquim, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Cezar Silvestri, Cleonâncio Fonseca, Colbert Martins, Daniel Almeida, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Héleno, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Boeira, José Carlos Elias, José Militão, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Maria Helena, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pastor Amarildo, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rodrigo Maia, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Terezinha Fernandes, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Geraldo, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro; e os Senadores Sibá Machado, Terceiro Vice-Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Hélio Costa, Ideli Salvatti, João Capiberibe, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Moarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Sérgio Zambiasi, Serlys Slhessarenko, Tião Viana e Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 23 de novembro de 2004.


Deputado PAULO BERNARDO
Presidente


Deputado CLÁUDIO CAJADO
Relator

CONCLUSÃO

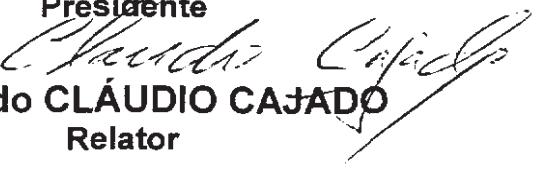
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 23 de novembro de 2004, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado CLÁUDIO CAJADO ao Aviso nº 029/2004-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à REDUÇÃO DA VEDAÇÃO da execução física, orçamentária e financeira, com recursos federais, do contrato CP n.º 001/2001 (construção de pontes de concreto armado sobre os rios Itacutu e Arraia), permitindo, exclusivamente, a execução dos serviços de pavimentação da ponte sobre o rio Arraia e à INCLUSÃO do convênio SIAFI N.º 372314 referente ao contrato CP n.º 001/2001, permitindo, excepcionalmente, a exclusão de serviços de pavimentação de tabuleiro da ponte do rio Arraia, no Anexo VIII à Lei n.º 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 19 e 22/11/2004, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Bernardo, Presidente, José Carlos Machado, Segundo Vice-Presidente, Alberto Goldman, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Joaquim, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Cesar Silvestri, Cleonâncio Fonseca, Colbert Martins, Daniel Almeida, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Héleno, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Boeira, José Carlos Elias, José Militão, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Maria Helena, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pastor Amarildo, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rodrigo Maia, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Terezinha Fernandes, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Geraldo, Zé Gerardo e Zezé Ribeiro; e os Senadores Sibá Machado, Terceiro Vice-Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Hélio Costa, Ideli Salvatti, João Capiberibe, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Tião Viana e Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 23 de novembro de 2004.


Deputado PAULO BERNARDO

Presidente


Deputado CLÁUDIO CAJADO

Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 23 de novembro de 2004, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado CLÁUDIO CAJADO ao Aviso nº 030/2004-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à EXCLUSÃO da vedação da execução física, orçamentária e financeira das obras de construção da Barragem Paula Pessoa no Estado do Ceará, do Anexo VIII à Lei n.º 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 19 e 22/11/2004, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Bernardo, Presidente, José Carlos Machado, Segundo Vice-Presidente, Alberto Goldman, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Joaquim, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Cesar Silvestri, Cleonâncio Fonseca, Colbert Martins, Daniel Almeida, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Héleno, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Boeira, José Carlos Elias, José Militão, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Maria Helena, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pastor Amarildo, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rodrigo Maia, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Terezinha Fernandes, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Geraldo, Zé Gerardo e Zezé Ribeiro; e os Senadores Sibá Machado, Terceiro Vice-Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Hélio Costa, Ideli Salvatti, João Capiberibe, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Tião Viana e Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 23 de novembro de 2004.


Deputado PAULO BERNARDO
Presidente


Deputado CLÁUDIO CAJADO
Relator

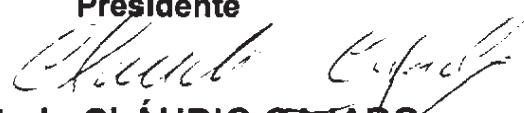
CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 23 de novembro de 2004, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado CLÁUDIO CAJADO ao **Aviso nº 053/2004-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à **EXCLUSÃO** das obras de construção da Barragem Bartolomeu II, no município de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, do Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 19 e 22/11/2004, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Bernardo, Presidente, José Carlos Machado, Segundo Vice-Presidente, Alberto Goldman, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Joaquim, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Cesar Silvestri, Cleonâncio Fonseca, Colbert Martins, Daniel Almeida, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Héleno, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Boeira, José Carlos Elias, José Militão, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Maria Helena, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pastor Amarildo, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rodrigo Maia, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Terezinha Fernandes, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Geraldo, Zé Gerardo e Zezé Ribeiro; e os Senadores Sibá Machado, Terceiro Vice-Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Hélio Costa, Ideli Salvatti, João Capiberibe, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Sérgio Zambiasi, Serys Síhessarenko, Tião Viana e Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 23 de novembro de 2004.


Deputado PAULO BERNARDO
Presidente

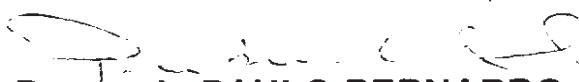

Deputado CLÁUDIO CAJADO
Relator

CONCLUSÃO

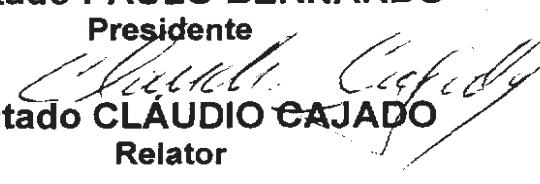
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 23 de novembro de 2004, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado CLÁUDIO CAJADO ao Aviso nº 054/2004-CN, favorável à INCLUSÃO do convênio PG-169/97, no tocante ao objeto do contrato PJ-007/99-DER/PB, e da autorização ao DNIT para efetuar o ressarcimento ao Estado da Paraíba, dos pagamentos efetuados em 2001, desde que sejam descontados os valores pagos em excesso pelo Departamento Estadual de Rodagem na Paraíba – DER/PB, na execução do contrato PJ-007/99-DER/PB, com recursos do subtítulo 26.782.0235.1236.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba – trecho João Pessoa – Campina Grande, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, no Anexo VIII à Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 19 e 22/11/2004, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Paulo Bernardo, Presidente, José Carlos Machado, Segundo Vice-Presidente, Alberto Goldman, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Joaquim, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Bismarck Maia, Cesar Silvestri, Cleonâncio Fonseca, Colbert Martins, Daniel Almeida, Darcy Coelho, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Heleno, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Duarte, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Boeira, José Carlos Elias, José Militão, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Manato, Márcio Reinaldo Moreira, Maria Helena, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pastor Amarildo, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rodrigo Maia, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Rubens Otoni, Sérgio Miranda, Terezinha Fernandes, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Geraldo, Zé Gerardo e Zezé Ribeiro; e os Senadores Sibá Machado, Terceiro Vice-Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Hélio Costa, Ideli Salvatti, João Capiberibe, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Tião Viana e Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 23 de novembro de 2004.


Deputado PAULO BERNARDO

Presidente


Deputado CLÁUDIO CAJADO

Relator

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1963 , DE 2004**

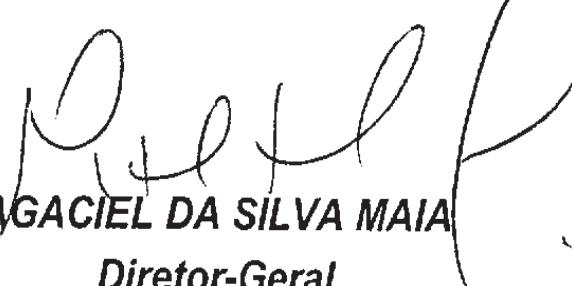
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores NILSON DA SILVA REBELLO, matrícula nº 2691 e, CARLOS ROBERTO STUCKERT, matrícula nº 3362, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 016.664/04-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de novembro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1964 , DE 2004

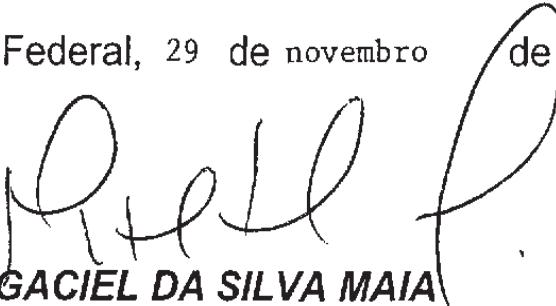
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 1457 e, VANDERLEI PIRES DA SILVA, matrícula nº 5247, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 008.783/03-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de novembro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1965 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JAMES R. MENEZES DE CARVALHO, matrícula nº 0464 e, ALEXANDRE PAIVA DAMASCENO, matrícula nº 0508, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 016.682/04-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de novembro de 2004.


AGACIËL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1966 , DE 2004

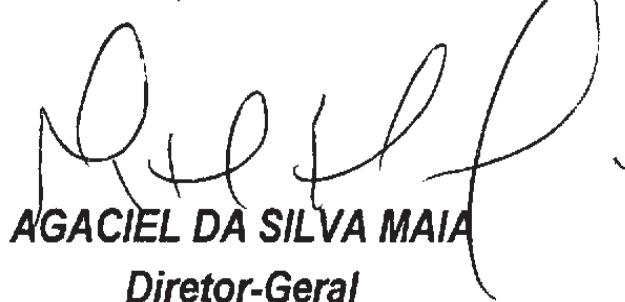
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ELIAS LYRA BRANDÃO**, matrícula nº 1312 e, **LUIZ CARLOS PIRES RAYOL**, matrícula nº 3379, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 016603/04-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de novembro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1967 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SIMONE BASTOS VIEIRA, matrícula nº 3921 e, MARCELO MARTINS TEIXEIRA, matrícula nº 592-PD, como gestores titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 58/2002, celebrado entre a Secretaria Especial de Informática – Prodasel e a empresa Ex Libris Ltda., em substituição aos servidores VALDIR ALVES DOS SANTOS, matrícula nº 169-PD e FERNANDO CICILIATI JÚNIOR, matrícula nº 564-PD.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de novembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1968 , DE 2004**

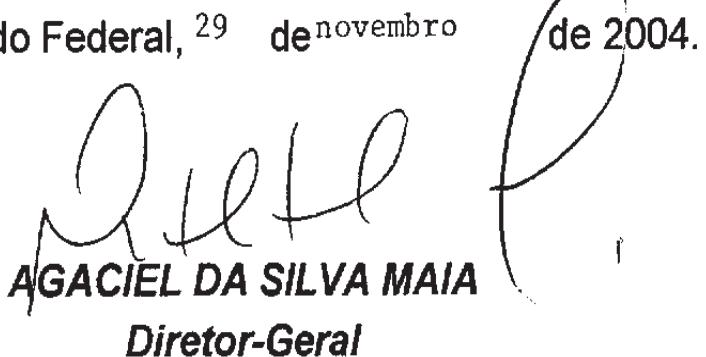
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores TÂNIA TOLEDO TENÓRIO, matrícula nº 3467 e, JOSÉ ANTONIO PEREZ JÚNIOR, matrícula nº 4067, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 008687/04-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de novembro de 2004.

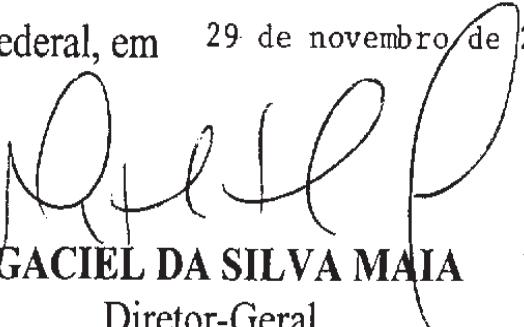

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1969 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016486/04-8,

R E S O L V E exonerar **CESAR MAURÍCIO RODRIGUES**, matrícula n.º 35262, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete .

Senado Federal, em 29 de novembro de 2004.



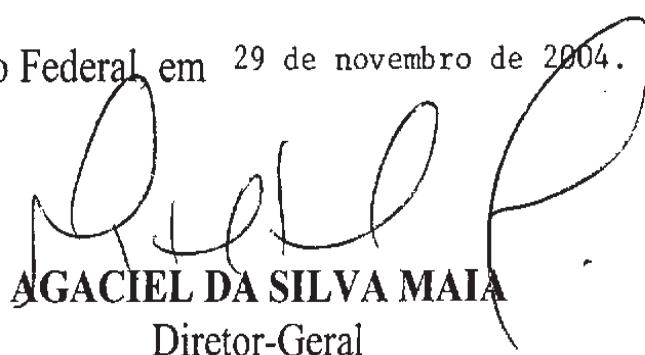
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1970 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016485/04-1,

R E S O L V E exonerar **CRISTIANE SILVA MAGALHÃES**, matrícula n.º 35356, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Paulo Paim e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete .

Senado Federal em 29 de novembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães		Mão Santa
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		Garibaldi Alves Filho	
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
GOIÁS		PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	João Ribeiro
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
ESPÍRITO SANTO		PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	--

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calhão Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	--	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	--

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	---	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE	– Luiz Gonzaga da Silva Filho	Ramal: 4605
	CAS	– José Roberto Assumpção	Ramal: 4608
	CCJ	– Gildete Leite de Melo	Ramal: 3972
	CE	– Júlio Ricardo Borges Linhares	Ramal: 4604
	CFC	– José Francisco B. de Carvalho	Ramal: 3935
	CI	– Celso Antony Parente	Ramal: 4354
	CRE	– Maria Lúcia Ferreira de Mello	Ramal: 4777
	CLP	– Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



**SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDE利 SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2-PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

**REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060**

**ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04**

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995

2^a Designação: 30.06.1999

3^a Designação: 27.06.2001

4^a Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhylino (PTB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 130 PÁGINAS